

UNIVERSIDADE
AUTÓNOMA
DE LISBOA



DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS E EMPRESARIAS

MESTRADO EM GESTÃO DE EMPRESAS

MESTRADO EM GESTÃO DE EMPRESAS

**FATORES DETERMINANTES DA IMPLEMENTAÇÃO DAS IAS / IFRS NAS
EMPRESAS DO SETOR FINANCEIRO ANGOLANO**

“ Estudo de caso ”

Dissertação especialmente elaborada para a obtenção do grau de Mestre em Gestão de
Empresas, na Especialidade de Auditoria Contabilística, Económica e Financeira

Autor: Mateus Luís Singana

Orientador: Professor Doutor Renato Pereira

Dezembro de 2016

Lisboa

DEDICATÓRIA

É com muito gosto que eu dedico este trabalho único e exclusivamente ao “Sr. Luís Singana¹”, meu querido e amado pai... [que o nosso Deus Pai Todo Poderoso o tenha em sua glória].

¹ Em memória.

AGRADECIMENTOS

Nesta secção reservada aos agradecimentos a todos aqueles que contribuíram para a realização e conclusão do meu curso de Mestrado. Assim sendo, eu quero primeiramente expressar os meus mais profundos agradecimentos à *Deus-Todo-Poderoso*, o criador de todas as coisas visíveis e invisíveis que, pela sua graça me concedeu o fôlego de vida, saúde, forças [...] para poder seguir avante nesta grande caminhada pela qual eu trilhei. Pela fé (*Hebreus 11:1*), eu afirmo que só mesmo por intermédio da graça de Deus foi possível tornar real a realização e a conclusão desta de grande etapa, e *creio* que este será uma das inúmeras conquistas virão em termos de graduação académica.

É com muito gosto que eu agradeço aos meus pais “*principalmente ao meu pai*”, pela fé, afeto, apoio incondicional que sempre tinha para comigo, não só como filho, mas como académico também, pela força e incansável luta que, enquanto em vida teve para poder suprir as despesas relacionadas a minha formação. Agradeço aos meus irmãos, amigos, namorada e aos colegas pelo carinho, pelas palavras de encorajamento e pelo apoio incondicional. Um especial agradecimento vai para todos meus amigos que conviveram comigo cá em Portugal durante este percurso académico.

Agradeço a Comunidade Académica da *Universidade Autónoma de Lisboa – UAL* em geral, e em particular, a todos professores que do curso de Mestrado em gestão de Empresas (Auditoria Contabilística, Económica e Financeira), que lecionaram no ano letivo 2014/2015. Um especial agradecimento vai ao professor Doutor Renato Pereira, na qualidade de meu Orientador, pelos esclarecimentos através de comentários e sugestões dadas para a construção e desta investigação.

Agradeço ao meu ex. Professor da Licenciatura, o Dr. Pedro Ntiama, na qualidade de coordenador do projeto levado a cabo pelo BNA com vista a implementação das Normas Internacionais de Relato de Relato Financeiro na banca angolana. De igual agradeço aos Professores Isiko Justin e a Professora Suzana Abreu pelos seus contributos e opiniões. De um modo geral, eu agradeço a todos que, direta ou indiretamente contribuíram para a conclusão do meu curso de Mestrado. *A todos, os meus profundos agradecimentos.*

Mateus Luís Singana

RESUMO

A adoção / implementação das normas IFRS tem sido objeto de estudo que muito que chama bastante atenção para os académicos e os profissionais de contabilidade em toda a parte do mundo. Sobre esse assunto, surgiu uma nova forma de abordagem, apoiando-se para isso nas abordagens da teoria institucional para poder enquadrar melhor a explicação sobre os fatores determinantes de adoção das IFRS nas organizações ou até mesmo em países. O foco do nosso estudo e a investigação sobre os fatores determinantes de implementação das IFRS nas instituições financeiras angolanas.

Nós utilizamos a abordagem da teoria institucional para podermos enquadrar melhor a nossa a nossa investigação e obtermos um conhecimento acerca da influência desta teoria na implementação de uma determinada prática organizacional (como as práticas do IFRS), onde enunciamos três modelos de institucionalização das práticas organizacionais (Oliver, 1991; Tolbert e Zucker 1996; Dillard, Rigsby e Goodman, 2004) para explicarmos as mudanças institucionais de práticas organizacionais (como a prática de IFRS). Utilizando o modelo de Dillard te al. (2004), para avaliação empírica do nosso estudos, nós descobrimos a influência de determinado fatores, desde o Nível Económico e Político ao Nível Organizacional foram determinantes na implementação das IFRS nas instituições bancárias angolanas, desde os próprios esforços desenvolvidos pela União Europeia e que com certeza forem determinante na abertura do caminho para a harmonização das IFRS a nível internacional (Ball, 2006, p. 9; Guiola, 2010; Tavares, 2015, p. 12; Lopes, p. 21). Também verificou-se o papel desenvolvido o Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI) e outras instituições internacionais no sentido de difundir as práticas de IFRS e nível internacional.

Palavras-chaves: Teoria Institucional; Isomorfismo; CONTIF, IAS/IFRS; Instituições Financeiras Angolanas.

ABSTRACT

The adoption / implementation of IFRS standards has been the subject of much study that draws a lot of attention to academics and accounting professionals from all over the world. On this subject, a new approach has emerged, relying on institutional theory approaches to better fit the explanation of the determinants of IFRS adoption in organizations or even in countries. The focus of our study is the research on the determinants of IFRS implementation in Angolan financial institutions.

We use the institutional theory approach to better frame our research and gain insight into the influence of this theory on the implementation of a particular organizational practice (like as IFRS practices), where we enunciate three models of institutionalization of organizational practices (Oliver, 1991; Tolbert and Zucker 1996; Dillard, Rigsby, and Goodman, 2004) to explain institutional changes in organizational practices (like as IFRS practice). Using the model of Dillard *et al.* (2004), for the empirical evaluation of our studies, we have discovered the influence of certain factors, from the Economic and Political Level to the Organizational Level, were decisive in the implementation of IFRS in the Angolan banking institutions, from the European Union's own efforts. Certainty is decisive in opening the way to the harmonization of IFRS at the international level (Ball, 2006, p.9, Guiola, 2010, Tavares, 2015, p.12, Lopes, p. The role of the World Bank (WB), the International Monetary Fund (FMI) and other international institutions in the sense of disseminating IFRS practices and the international level was also verified.

Keywords: Institutional Theory, Isomorfism; CONTIF; IAS / IFRS; Angolan Financial Institutions.

ÍNDICE GERAL

DEDICATÓRIA	I
AGRADECIMENTOS	II
RESUMO	III
ABSTRACT	IV
ÍNDICE GERAL	V
ÍNDICE DE GRÁFICOS	VII
ÍNDICE DE FIGURAS	VII
SIGLAS E ABREVEATURAS	VIII
INTRODUÇÃO	9
Enquadramento do tema	9
Delimitação do tema	9
Caraterização de problema	10
Estrutura da dissertação	12
1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	13
1.1. Teorias utilizadas na investigação em contabilidade	13
1.1.1 Teoria Institucional: um novo paradigma de investigação	14
1.1.2 Conceito de instituições	16
1.1.3 Vertentes teóricas da teoria institucional	17
1.1.4 Referencial teórico utilizado no estudo	19
1.1.5 Estudos relacionados	20
1.2 Pressões de mudanças por isomorfismo	24
1.2.1 Formas de pressões de mudanças por isomorfismo	25
1.2.2 Isomorfismo coercivo na adoção das IFRS	29
1.2.3 Isomorfismo mimético na adoção das IFRS	30
1.2.4 Isomorfismo normativo e adoção das IFRS	31
1.3 Modelos de institucionalização das práticas organizacionais	32
1.3.1 Modelo de Oliver (1991)	33
1.3.2 Modelo de Tolbert e Zucker (1996)	38
1.3.3 Modelo de Dillard <i>et al.</i> (2004)	42
1.4 Conceito de Empreendedorismo Institucional	46
2 SISTEMA FINANCEIRO ANGOLANO	47
2.1 Nota prévia sobre o setor financeiro	47
2.2 Enquadramento do sistema bancário angolano	48
2.2.1 Evolução história	49

2.2.2	Estrutura do sistema financeiro angolano	50
2.2.3	Atividade das instituições financeiras bancárias angolanas	51
2.2.4	Evolução da atividade bancária em Angola	52
2.2.5	Bancos que operam em Angola	54
2.3	Contributo do setor bancário no desenvolvimento de Angola	54
3	Ambiente institucional da contabilidade internacional	56
3.1	Sistema de contabilidade.....	56
3.1.1	Conceito	56
3.1.2	Origem e desenvolvimento das Normas Internacionais de Relato Financeiro	57
3.1.2.1	Papel do IASB no Processo de Harmonização Contabilística	60
3.1.2.2	Papel da União Europeia no Processo de Harmonização Contabilística.....	61
4	Ambiente institucional da contabilidade angolana	64
4.1.1	Evolução da normalização contabilística angolana	64
4.1.2	Comissão de Normalização Contabilística em Angola	65
4.1.3	Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola	66
4.1.4	Mercado de Capitais e a Bolsa de Dívida e Valores de Angola	67
4.1.5	O Plano Geral de Contabilidade Angolano (PGCA).....	68
4.1.6	Evolução do regulamento contabilístico das instituições financeiras angolanas. ..	70
4.1.7	Plano de Contas das Instituições Financeiras (CONTIF)	71
5	METODOLIGIA.....	75
5.1	Metodologia utilizada no estudo	75
5.2	Formas de colheita e análise de dados	77
5.2.1	Seleção da amostra	78
5.2.2	Consistência dos dados da investigação.....	79
5.3	Considerações sobre o estudo empírico	79
6	ESTUDO EMPÍRICO.....	80
6.1	Setor Económico e Político	80
6.1.1	Contexto institucional global de implementação das IFRS	80
6.1.2	IFRS como símbolo de legitimação	81
6.1.3	Contexto local de implementação das IFRS.....	83
6.2	Setor do Setor Organizacional	87
6.3	Setor Organizacional.....	88
6.4	Análise dos resultados	90
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÕES	93
7.1	Limitação do estudo	94
7.2	Propostas para futuras investigações.....	94

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	96
ANEXOS	107
Anexo I: Lista de instituições financeiras bancárias angolanas	107
Anexo II: Listagem das Normas Internacionais de Contabilidade e de Relato Financeiro....	109
Anexo III: Carta Convite de Entrevista	112
Anexo IV: Guião de Entrevista	114

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução do número de balcões em Angola	53
---	----

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - estudo relacionados	21
Tabela 2 - Variação de ênfases nos pilares institucionais.	29
Tabela 4 - Respostas estratégicas a processos institucionais.....	34
Tabela 5 - Antecedentes institucionais e a previsão das respostas estratégicas	36
Tabela 3 - Grau de comparação das fases de institucionalização	41
Tabela 7 – Comparação da estrutura de informação contabilística no PCIF e CONTIF	74
Tabela 8 – Paradigma de Investigação Utilizada no estudo	76
Tabela 6 – Lista de países que exigem ou permitem a utilização das normas IFRS	82

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Formas de Isomorfismo	27
Figura 2 - Construção de significação local das IFRS	37
Figura 3 - Institucionalização segundo modelo de Tolbert e Zucker	40
Figura 4 - Inovação e processo de institucionalização	41
Figura 5 - Modelo de Dillard et al. (2004)	42
Figura 6 – Estrutura do PGCA	70
Figura 7 – Evolução do normativo contabilístico das instituições financeiras angolanas.....	71
Figura 8 - Componentes de análise de dados de uma entrevista	78
Figura 9 -Modelo de demonstrações financeiras individual e consolidada a apresentar pelos bancos angolanos.....	89
Figura 10 - Modelo de adoção plena das IFRS	Erro! Marcador não definido.
Figura 11 - Modelo de implementação das ifrs na banca angolana.....	92

SIGLAS E ABREVEATURAS

ABANC – Associação Angolana de Bancos

IASB – International Accounting Standards Board

BNA – Banco Nacional de Angola

BM – Banco Mundial

BODIVA – Bolsa de Dívida e Valores de Angola

DSI – Departamento de Instituições Financeiras

OCDE - Organização Económica para a Cooperação

DF – Demonstrações Financeiras

CMC – Comissão de Mercado de Capitais

FMI – Fundo Monetário Internacional

SNC – Sistema de Normalização Contabilística

SADC – Comunidade do Desenvolvimento da África Austral

PGCA – Plano Geral de Contabilidade Angolano

UE – União Europeia

IASC – International Standards Committee

IASCF – International Accounting Standards Committee Foundation

SIC – Standards Interpretation Committee

EM – Estados Membros

IOSCO – Organization of Securities Commissions

INTRODUÇÃO

Enquadramento do tema

A contabilidade é vista nos dias de hoje como sendo uma linguagem, visto que é através deste sistema de informação de os diversos utilizadores de informações financeiras possam tomar decisões resultantes da operacionalização dos seus investimentos. É cada vez notória a existência de vários países que veem abraçando ao processo de harmonização das normas IFRS, sendo que, umas empresas ou países os fazem para poder garantir melhor comparação dos seus relatórios financeiros com os relatórios financeiros de outros países.

Uma outra abordagem vem sendo utilizada por parte de alguns investigadores na área de contabilidade para poder explicar melhor as causas do surgimento de uma prática de contabilidade, sendo de salientar as normas IFRS, como os sistemas de contabilidade dominante a nível internacional para a preparação e divulgação das Demonstrações Financeiras (DF). Conforme veremos mais à frente, diversos autores procuraram investigar mais os impactos que possam derivar a partir dessa adoção, medindo apenas aspectos de ordem económica e deixando de parte as questões de ordem política e / ou sociais que estão associadas a este processo de homogeneização das Normas Internacionais de Relatório Financeiro a nível internacional (IFRS).

Delimitação do tema

Tendo em consideração ao tema em análise, o objeto deste estudo consiste em fazermos uma abordagem descritiva sobre a evolução do sistema normativo de contabilidade angolano e, tendo como base a Teoria Institucional, mais concretamente a Nova Sociologia Institucional (NIS), pretendemos analisar os fatores institucionais que exercem influência na decisão por parte do Banco Nacional de Angola (BNA) para adotar e implementar as International Accounting Standards and Financial Report Standards (IAS/IFRS) como modelo de reporte financeiro para todas as empresas financeiras bancárias e não bancárias que estão sob sua tutela.

Caraterização de problema

Pretendemos com este estudo analisar os fatores que exerceram uma influência na evolução da normalização contabilística angolana, usando a perspetiva institucional. Deste modo, pretende-se responder as seguintes questões de pesquisa:

- *Que fatores institucionais exerceram influência na implementação das IFRS como modelo contabilístico nas instituições financeiras angolanas?*

Objetivos do estudo

O setor bancário contribui em grande escala para o desenvolvimento económico de qualquer País. Em Angola não é exceção, ou seja, tem-se verificado um bastante desenvolvimento económico de Angola, como fruto do contínuo crescimento setor bancário. Este crescimento do setor bancário implicou ao BNA a implementar com maior intensidade os regulamentos e a reforçar as práticas de supervisão com o objetivo de poder alinhá-los aos padrões internacionais e as boas práticas de mercado (KPMG, 2011).

Como resultado de implementação das normas pelo BNA, aprovou-se o Plano de Contas das Instituições Financeiras (CONTIF) através do Instrutivo nº 09/07 de 19 de Setembro, aprovou-se que inclui normas que estão mais em conformidade com as IAS / IFRS). Com a aprovação do CONTIF, as instituições financeiras angolanas estão acompanhando a evolução da harmonização das normas de contabilidade reconhecidas internacionalmente, o que constituiu um grande avanço para as práticas contabilísticas nas empresas do setor financeiro angolano.

Objetivo geral

De um modo geral, pretendemos com este estudo analisarmos os fatores de ordem económicos, políticos e sociais que exerceram influência dominante na adoção / implementação das IFRS a nível internacional.

Objetivo específico

Como objetivos específicos do estudo, pretendemos:

- ✚ Fazermos uma abordagem sobre a Teoria Institucional, na qualidade da teoria predominante para o estudo em causa
- ✚ Descrever as formas de pressões institucionais que podem exercer influência na adoção das IAS / IFRS as organizações ou países;
- ✚ Fazer uma abordagem sobre o ambiente institucional da contabilidade a nível internacional e a nível local;
- ✚ Descrever a evolução histórica do processo de harmonização contabilística angolana; e
- ✚ Analisar os fatores económicos, políticos e sociais que forma determinantes na implementação das IAS / IFRS nas Instituições Financeiras Angolanas.

Oportunidade do estudo

Vimos aqui uma oportunidade de poder fazer uma investigação sobre a harmonização das normas IFRS, mais tomando em consideração uma outra perspectiva que, segundo estudos já realizados sobre o assunto procuraram demonstrar ao fundo as verdadeiras causas pelos quais os países ou mesmo as organizações estão implementando as normas IFRS. Eu pessoalmente me apaixonei com estudos dessa natureza e, como angolano, queria falar sobre adoção dessas normas, referenciando Angola (tendo como referência as normas recentes adotadas pelo Banco Nacional de Angola para todas instituições financeiras sobre sua supervisão. Mas eu não sabia como poder conciliar esta oportunidade de estudo por causa do tempo em si para a elaboração da Dissertação, bem como os próprios objetivos a investigar visto que mais provável no estudo seria, no entanto, medir o impacto causado pela adoção dessas normas de contabilidade. Aconteu que, depois de muitas leituras realizadas, eu deparei-me com uma nova oportunidade de estudo, onde poderias falar mesmo das normas IFRS envolvendo mesmo a banca angolana, mas falando dos determinantes de implementação dessas normas nas instituições financeiras angolanas. É nesse sentido que nos propusemos em analisar os fatores institucionais e outras causas que foram determinantes de decisão do BNA para escolher as IFRS como o modelo de contabilidade a nível da banca angolana. Uma outra oportunidade do estudo foi o de podermos falar mais sobre esta abordagem da Teoria Institucional nas práticas organizacionais, com ênfase nos estudos das normas de contabilidade.

Em resumo, queremos com esta investigação adquirir uma maior compreensão sobre o ambiente económico, social e regulamentar do sistema de contabilidade a nível internacional e no caso particular de Angola.

Estrutura da dissertação

No cabeçalho deste trabalho encontra-se a introdução, conforme referido acima, onde abordamos sobre aspetos relevantes sobre o assunto em estudo. Em seguida temos um enquadramento teórico (Capítulo I), o estado da arte sobre o assunto em estudo, seguindo depois sobre um enquadramento sobre as instituições financeiras angolanas (Capítulo II). Em continuação, faremos uma abordagem sobre o ambiente contabilístico vivido internacionalmente (Capítulo III) e o ambiente contabilístico angolano, enfatizando o atual ambiente vivido na banca angolana (Capítulo IV). No capítulo V mostraremos a metodologia adotada para o nosso estudo. No capítulo VI fizemos um estudo empírico e por fim, as considerações finais e conclusões sobre o nosso estudo (Capítulo VII).

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo será feito um enquadramento teórico, enfatizando a Teoria Institucional, como parte do referencial teórico usado para dar corpo ao nosso trabalho. Merecerá especial destaque a *Nova Sociologia Institucional (NIS)* e o conceito de empreendedorismo institucional para podermos enquadrar melhor o processo de convergência das IFRS nas Instituições Financeiras Angolanas.

1.1. Teorias utilizadas na investigação em contabilidade

Segundo Han (2007) apud Pontes (2014, p. 72), parte de diversas pesquisas em contabilidade apoiam-se em teorias de outras áreas do saber, como por exemplo, *a da economia, das finanças, da psicologia e da sociologia* para poder explicar as práticas de contabilidade. As teorias ligadas a economia e a finanças tem como objetivo, explicar a relação que existe entre as decisões de investimentos em mercado regulamentado e as informações financeiras produzidas pela contabilidade, apontando a influência da informação financeira no retorno de investimento, bem como relacionar essa informação financeira com o valor que uma empresa tem no mercado de capitais (*Ibidem*). Pontes (2014, p. 72) acrescentou ainda que estas teorias são igualmente utilizadas para explicar a utilidade da informação financeira na diminuição do conflito de interesse que possa surgir entre os gestores e os acionistas (teoria de agência), podendo também explicar o comportamento dos profissionais de contabilidade (teoria de capital). Uma outra teoria utilizada em investigação em contabilidade está relacionada com a psicologia, cujo objetivo consiste em explicar os processos culturais relacionais relacionados com a aprendizagem, expectativas, atitudes e comportamentos dos estudantes ou profissionais de contabilidade, assim como explicar a relação existente entre o julgamento dos profissionais e a informação contabilística (*Ibid*).

Nos últimos anos, a investigação em contabilidade tem evoluído para um novo paradigma apoiando-se nas teorias organizacionais e comportamentais, não considerando apenas a vertente económica (Gomes *et al.*, 2009, p. 16). Diversos investigadores estão, hoje em dia, cada vez mais interessados em conhecer o contexto organizacional e social das organizações para poderem explicar as práticas de contabilidade, através de uma visão subjetiva dos fenómenos contabilísticos, grande parte dessas investigações objetivam explicar as relações que existem entre tais fenómenos contabilísticos (Vieira, 2009, p.11). É neste sentido que tem

surgido atualmente diversas investigação em contabilidade apoiada na sociologia para explicar as práticas de contabilidade, sendo esta uma ciência social. Sobre este aspeto importa apontar para as *Teorias Institucionais*, onde enfatizaremos (mais adiante) a *Nova Sociologia Institucional*, como parte integrante das teorias institucionais.

1.1.1 Teoria Institucional: um novo paradigma de investigação

Segundo Clegg (1990, p. 94), “a Teoria Institucional surgiu das abordagens sociológicas desenvolvida por Selznick (1957), Hughes (1939), Berger e Luckmann (1967) e por Scott (1987)”. Esses institucionalistas defendiam que nem as pressões ecológicas ou do mercado de produtos nem a forte determinação associada às contingências da dimensão eram responsáveis para a criação de semelhanças entre as estruturas das organizações, referindo que essas características organizacionais deve-se ao fato de estas constituírem objetos culturais imbuídos de significado (*Ibidem*). Segundo Soeiro (2015) a teoria institucional é uma teoria influenciada por teorias organizacionais e sociais cujo objetivo é analisar o papel das regras e convenções que estruturam o comportamento das organizações e da sociedade.

De acordo com Vieira (2009, p. 29) considera a teoria institucional como sendo uma teoria proveniente das teorias organizacionais e sociológicas cujo principal destaque dessa abordagem consiste em enfatizar as regras e convenções que estruturam o comportamento nas organizações e na sociedade. Este autor acrescentou ainda, referindo que o sistema de contabilidade “*como resultado de uma convenção*” é composto pelo conjunto de estruturas e ferramentas que fazem parte dos diversos ambientes institucionalizados (*legal, professional, regulatório, etc.*) com o propósito único de reconhecer socialmente as ações ou práticas das organizações participantes [...].

Meyer e Rowan (1997) desenvolveram um artigo intitulado *Intitutionlised Organizations: Formal Structures as Myth and Ceremony*, onde consideraram que instituições como mito² pelo fato do desempenho delas dependerem de aceitação social e de serem promovidos por indivíduos e grupos que têm a competência e a legitimidade para agirem. Estes autores caracterizaram o mito em duas propriedades (Major e Ribeiro, 2009, p.45):

- a) Mito como prescrições pessoais e impessoais;

² Segundo Clegg (1990, p. 95), o mito ou mitos racionais refém simultaneamente uma afirmação de valores, pelo fato de traduzirem formas estabelecidas culturalmente e negando os valores, adotando para isso várias formas em determinadas contingências na medida em que se enfatizam o elemento racional.

- b) Mito como expressão de valores que são aceites vulgarmente como legítimos e que, como tal, com o passar do tempo se institucionalizaram como a «a forma apropriada de fazer as coisas».

Para que as organizações possam adquirir legitimidade no meio em que operam, elas necessitam de adoptar posições, políticas, programas e procedimentos que são tidas como as mais apropriados e corretos³ (Major e Ribeiro, 2009, p. 45-46). As organizações que não adoptam determinada estratégia para poderem obter legitimidade podem ficar mais vulneráveis ao seguirem estratégias irracionais e desnecessárias, ficando pois sujeita a um grau de turbulência e instabilidade, sob hipótese de poderem comprometer a sua sobrevivência e sucesso (Major e Ribeiro, 2009, p. 46)

Carpenter e Feroz (2001, p. 567), consideram que a teoria institucional como sendo uma teoria que defende que as organizações adoptam estruturas e práticas de gestão que são consideradas legítimas por outras organizações em seus campos, independentemente da sua utilidade real. Esta linha de pensamento está de acordo com Khadaroo (2005), que refere que as organizações adoptam as práticas percebidas como legítimas na sociedade e que este processo poderá melhorar as suas chances de sobrevivência na mesma sociedade.

A teoria institucional refere ainda que as organizações se conformam tendencialmente através de influências de normas predominantes na sociedade, sendo que, essas influências são exercidas por algumas instituições sociais para poderem levar a conformidade das atividades exercidas por tais organizações, garantindo as mesmas não percam a sua legitimidade (DiMaggio e Powell, 1983). De acordo com Major e Ribeiro (2009, p. 46) as organizações adoptam sistemas e estruturas aceites pelos seus constituintes como legítimos com o propósito de esperarem ser recompensados⁴ por se procederem de tal forma. Este mecanismo de adoção é fundamental na promoção da convergência à homogeneização nas estruturas e práticas organizacionais (Rodrigues e Graig, 2007). De acordo com Vieira (2009, p. 21), a teoria institucional serve necessariamente para *“por um lado, explicar o processo de legitimação das organizações pertencentes a um determinado campo organizacional, por outro, para justificar a adoção de determinados padrões de mudança organizacional ou para explicar a resistência a mudança”*.

³ Nesse processo de aquisição de legitimidade pelas organizações incorporam-se mitos (Major e Ribeiro, 2009, p. 46).

⁴ Essa recompensa pode traduzir-se pela facilidade de troca de recursos, bens ou serviços, etc.

Segundo Dillard *et al.* (2004, p. 506), teoria institucional é uma das correntes teóricas dominantes dentro das teorias das organizações e que cada vez mais está sendo aplicado em investigação em contabilidade com o objetivo de analisar as práticas de contabilidade nas organizações. A teoria institucional é uma teoria dentro da literatura contabilística que permite fornecer uma base conceitual sólida e abrangente sobre a investigação da prática de contabilidade nas organizações (*Ibid*, p. 507).

1.1.2 Conceito de instituições

Sendo as instituições o foco da Teoria Institucional, torna-se necessário abordarmos o conceito de instituição sob óptica de diversos autores. Para Tolbert (1997), as instituições são tidas como regras e tipificações que identificam a categoria dos atores sociais e suas atividades ou relações apropriadas compartilhadas. Estes elementos quando adotados por uma organização poderá conferir uma legitimidade social (Major e Ribeiro, 2009, pág.45).

Meyer e Rowan (1997) descreveram a instituição como sendo um conjunto de crenças, formas de agir, regular e compreender a realidade. Acrescentaram ainda que a atividade humana em uma sociedade é regulada por vários fatores como leis de país, o tipo de cultura de empresa ou conjunto de normas existentes em um órgão governamental.

Scott (2001, p.48) apresentou uma série de conceitos sobre instituições, definindo as instituições como sendo:

- As estruturas sociais que já tenham atingido um alto grau de recuperação;
- Que se transmite por diversos tipos de portadores, incluindo sistemas simbólicos, sistema relacionais, rotinas e artefactos;
- As que operam em múltiplos níveis de jurisdição, do sistema mundial para as relações interpessoais localizadas;
- As que por definição conotam estabilidade mas que estão sujeitas ao processo de mudança, sejam suplementais ou por descontínuos.

Scott (2008, p.48) refere ainda as Instituições são compostas por elementos regulativos, normativos e culturais-cognitivos que, juntamente com as atividades e recursos associados, proporcionam estabilidade e significado à vida social. Dillard *et al.* (2004, p. 508) consideram a instituição como uma ordem estabelecida que está limitada por certas regras e práticas padronizadas.

Arnold (2009, p. 50), com base no estudo de Hollingsorth (2003), definiu instituições considerando três níveis de análise institucional: *micro, mezzo e macro análise*.

- a) O *nível micro* é uma forma de análise institucional que averigua a forma como a economia e as conseqüentes decisões económicas transformam-se em normas, valores, significados compartilhados, hábitos e modelos de comportamentos (Arnold, 2009, p. 50);
- b) O *nível mezzo* o foco de análise são as atividades económicas desenvolvidas pelos diversos setores económicos como a contabilidade e setores financeiros, visando compreender a forma de incorporação de atividades económicas em arranjos institucionais, tais como regimes legais e regulamentais, explorando assim a mudança dinâmica desses campos institucionais (Arnold, 2009, p. 50); e
- c) No *nível macro*, analisam-se os arranjos institucionais que regem a economia de uma forma global (Arnold, 2009, p. 50).

Dillard *et al.* (2004, p. 508) consideram a instituição como sendo uma série de arranjos estruturais previamente estabelecidos e que está constituído por um conjunto práticas e regras estandardizadas socialmente.

1.1.3 Vertentes teóricas da teoria institucional

A Teoria Institucional é uma teoria que vem merecendo destaque em investigação em contabilidade, enfatizando o ambiente institucional em que as organizações operam. Segundo Major e Ribeiro (2009, p. 38), o contexto institucional é o um dos principais fatores levados em conta pela Teoria Institucional para a investigação em contabilidade.

Segundo Moll *et al.* (2006, p. 183), as principais vertentes da Teoria Institucional⁵ mais utilizadas em investigação em contabilidade são: a *Nova Economia Institucional* (*New Institutional Economics* «NIE»); a *Velha Economia Institucional* (*Old Institutional Economics* «OIE») e a *Nova Sociologia Institucional* (*New Institutional Sociology* «NIS»). Apesar de existir uma diferença entre essas correntes teóricas, no que diz respeito as suas origens e raízes filosóficas, estas três variações da teoria institucional compartilham um

⁵ Embora essas correntes teóricas tenham origem e raízes filosóficas diferentes, elas compartilham um interesse em comum pelo temas *instituição e instituição em mudança* (Guerreiro et al, 2015, p. 97).

interesse em comum pelo pelos temas: *instituição e instituição em mudança* (Guerreiro *et al.*, 2015, p. 97).

- **Nova Economia Institucional (NIE)**

A NIE é uma teoria que se preocupa com a redução dos custos e aumentos da eficiência, adotando estruturas de governança, considerando o ser humano como um ator não racional, isto é, mesmo sendo racional, o indivíduo tem uma capacidade cognitiva restrita (Medina, 2015).

- **Velha Economia Institucional (OIE)**

A OIE é uma corrente teórica velha pela razão da sua emergência desenvolvimento estarem associados a autores que escreveram há mais de um século, concretamente na passagem do século XIX para o XX (Major e Ribeiro, 2009, p. 41). Esta teoria surgiu como resposta em oposição a paradigma predominante de ciência económica (a Economia Neoclássica). Na OIE a contabilidade é considerada como uma instituição, onde o indivíduo representa o centro de análise que afeta a construção das instituições, sendo também o mesmo moldado por ela (Medina, 2015). De acordo com Soeiro (2015), a instituição é o principal objetivo de análise segundo perspectiva da OIE, não considerando o comportamento racional e maximizador dos indivíduos que tomam as decisões.

- **Nova Sociologia Institucional (NIS)**

Segundo Major e Ribeiro (2009, p. 44-45) a NIS tem a designação de “nova” pelo fato das suas origens remontarem o final dos anos 70 do século XX, onde diversos autores como Scott (1987) e DiMaggio e Powell (1983) conferem o seu desenvolvimento à aplicação de teorias de sistemas abertos das organizações na década de 60 [...] desta forma a NIS assume-se como uma teoria válida para compreender e descrever os fenómenos organizacionais.

A NIS considera que as organizações são sistemas abertas e que as estruturas organizacionais são produzidas por pressões exercidas pelo meio envolvente institucional em que as organizações operam (Major e Ribeiro, 2009, p. 45). Esta teoria defende que o ambiente externo exerce uma forte influência no contexto da adoção / implementação das práticas de contabilidade (Medina, 2015). DiMaggio e Powell (1983) apontaram que as decisões das

estruturas de práticas de gestão nas organizações não são determinadas apenas seguindo os aspectos económicos, referindo que muitas dessas decisões decorrem do processo de legitimação. De acordo com Oyadomari *et al.* (2008), as organizações adotam determinadas estruturas e práticas como formas de legitimação não levando apenas em consideração as razões económicas.

A NIS baseia-se no ambiente externo para poder explicar a mudança organizacional (Gomes, 2009, p. 17), identificando um conjunto de factores que no fundo podem pressionar ou ocasionar o processo de mudança interna (DiMaggio e Powell, 1983). Segundo Tuttle e Dilard (2007) a teoria institucional pode ser usada para descrever o processo pelo qual uma situação ou prática surge, e na condução do processo para corrigir quaisquer problemas.

De acordo com Oliver (1991, p. 151), a teoria institucional também alerta para o impacto causado pelos estados sociais, culturais e as pressões por oposição às forças do mercado e a escassez de recursos sobre o comportamento das organizações e para efeitos da história, regras e compreensão consensual da conformidade organizacional face às restrições ambientais. Oliver (1991, p. 151) acrescenta ainda que a teoria institucional apresenta uma gama de ideias inovadoras para as relações das organizacionais com o seu meio envolvente e as formas pelas quais as organizações reagem a institucionalização de processos adicionais.

1.1.4 Referencial teórico utilizado no estudo

E corrente teórica que vai servir de suporte para a nossa investigação é a Nova Sociologia Institucional (NIS). A NIS defende que as instituições / organizações se adaptam por intermédio de ajustes, sendo que, essas adaptações por intermédio em ajustes poderão ocorrer por intermédio de mecanismo de isomorfismo, fazendo com que as organizações se assemelham umas com as outras, pelo fato de estarem no meio ambiente de atividade (DiMaggio e Powell, 1983).

Segundo Ivirne (2008), a teoria institucional poder ser utilizado para analisar o impacto que as poderosas forças institucionais⁶ que operam a nível internacional exercem sobre os Estados individuais.

As IFRS estão sendo cada vez adotado por várias organizações e Estados a nível internacional por causa da influência que exerce quer termos de comparação da harmonização das práticas

⁶ Como exemplo das forças institucionais destacamos o poder exercido pela União Europeia (UE); as pressões por parte do Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI), etc.

contabilísticas. Hope *et al.* (2006) afirmaram que apesar deste grande papel que exerce a nível internacional, ainda há poucos estudos que abordam sobre a influência dos fatores institucionais determinantes na implementação dessas normas contabilísticas.

1.1.5 Estudos relacionados

A Teoria Institucional tem sido frequentemente utilizado na literatura de gestão (ver por exemplo: Gomes *et al.*, 2009; João e Machado, 2012; Guerreiro *et al.*, 2005; Yoadomari *et al.*, 2008; Warken e Klan, 2014; Tsamenyi *et al.*, 2006; Ivirne, 2011; Oliveira *et al.*, 2013; Silva *et al.*, 2016; Griffith *et al.*, 2015; Hopper e Major, 2007), com o objetivo de explicar as mudanças de sistemas de contabilidade e de outras práticas de gestão nas Organizações ou Instituições. Segundo Tuttle e Dillard (2007) a teoria institucional pode ser utilizado para descrever o processo pela qual uma determinada situação ou prática surge, conduzindo tais processos para corrigir eventuais problemas. Esta abordagem vem sendo adotada para a investigação de estudo de caso em contabilidade (ver por exemplo Touron, 2005; Carpenter e Feroz, 2001) a fim de explicar as mudanças de práticas de contabilidade.

Diversos estudos sobre a adoção / implementação voluntária dos GAAP⁷ não locais são realizadas com objetivo de analisar as características específicas das organizações, enfatizando apenas os aspetos da” *busca da eficiência económica*” como o principal fator explicativo para adoção de tais normas (Santos (2015), dos Santos e Cavalcante (2014), Alinho (2014), Terzi *et al.* (2013), Beckman (2016), Appiah *et al.* (2016), Cuijpers e Buijink (2005), Costa e Lopes (2010).

Carpenter e Feroz (2001) afirmaram os governos bem-sucedidos são aqueles que ganham apoio e legitimidade em harmonia com as pressões sociais, recorrendo para isso a rituais de legitimidade para demonstrar aptidão social e económico, com o objetivo de obter recursos e aumentar as suas capacidades de sobrevivência. Nessa ordem de ideia, alguns teóricos institucionais afirmaram que a eficiência económica não é o único caminho para a sobrevivência das organizações, ou seja, o ganho da legitimidade institucional aos olhos da sociedade é outra estratégia de sobrevivência que as organizações deveriam levar em consideração (Hope *et al.* 2006). De acordo com Albernethy e Chua (1996, p. 571 apud

⁷ GAAP (Princípios Contabilísticos Geralmente Aceites) corresponde a um conjunto comum de Princípios Contabilísticos, normas que as empresas adotam para poderem elaborar as suas demonstrações financeiras. Estes princípios correspondem aos padrões oficiais

Guerreiro *et al.*, 2012), para as organizações sobreviverem, estas não precisam obter apenas eficiência técnica e operacional, mas também precisam obter legitimidade social.

A Teoria Institucional em geral, e em particular, a NIS vem merecendo especial atenção na investigação em contabilidade no sentido de entender o impacto das estruturas globais e organizacionais sobre as práticas de contabilidade. Esta abordagem está sendo adotada em investigação sobre a adoção das IFRS com o propósito de analisar os fatores institucionais que exercem pressão sobre adoção / implementação das IFRS nas Instituições / Organizações e Estados. Albu *et al.* (2014, p. 493) consideraram a teoria institucional como sendo uma teoria composta de estruturas privilegiadas para estudar mudanças nos sistemas de contabilidade pelo fato desta teoria considerar a dinâmica institucional.

TABELA 1 - ESTUDO RELACIONADOS

Autores	Países em análise
Guerreiro <i>et al.</i> (2015); Guerreiro <i>et al.</i> (2012)	Portugal
Medina (2015)	Brasil
Hassan <i>et al.</i> (2014)	Iraque
Judge <i>et al.</i> (2010)	Estudo multi-países (132 países)
Ivirne (2008)	Emirados Árabes Unidos
Hassan (2008)	Egito
Khadaroo (2005)	Reino Unido
Albu <i>et al.</i> (2014)	Roménia
Mir e Rahaman (2005)	Bangladesh
Heidhues e Patel (2012)	Alemanha
Alon e Dwyer (2014)	Estudo multi-países (71 países)
Pricope (2016)	Estudo multi-países (97 países)

A NIS é uma nova abordagem que tem sido utilizado em estudos de casos para explicar a razão de escolhas de determinadas práticas de contabilidade, nomeadamente a justificação das determinantes de adoção das IFRS (ver por ex. Guerreiro *et al.* (2015); Carpenter e Feroz (2008); Hassan *et al.* (2014), Ivirne (2008), etc.

Judge *et al.* (2010) realizaram estudo usando uma amostra composta por 132 países, onde incluindo os países em desenvolvimento, em transição e as economias desenvolvidas que adotaram as IFRS e concluíram que as três formas de pressões por isomorfismo (*normativo*, *coercivo* e *mimético*) podem explicar a razão de alguns países a adotarem parcialmente ou totalmente as IFRS. Ivirne (2008) baseou em estudo de um único país, ou seja, o objetivo do seu trabalho consistia em identificar as pressões institucionais globais para adoção das IFRS que, de certo modo tiveram impacto nos Emirados Árabes Unidos e outras economias emergentes, confirmando os mesmos resultados que Judge *et al.* (2010). Ainda no estudo de

um único país (Irake) Hassan *et al.* (2014) chegaram a mesma conclusão. Um estudo mais recente foi realizado pela Pricope (2016) com base na mesma teoria, combinado com o Modelo Logit cujo objetivo consistia em analisar o papel das pressões institucionais em 97 países em desenvolvimento em 2013. Pricope (2016) concluiu que o processo de adoção das IFRS nesses países foi influenciado significativamente pelas pressões miméticas.

Alon e Dwyer (2014) realizaram um estudo multi-países com uma amostra composta de 71 países, com base no conceito da teoria institucional e da dependência de recurso, onde o objetivo consistia em analisar os fatores que contribuíram para o início de nível de adoção das IFRS antes da sua aceitação global.

Guerreiro *et al.*, 2012 utilizaram o conceito de Lógicas Institucionais, combinando o modelo de Oliver (1991). Estes autores analisaram a adoção das IFRS nas grandes empresas portuguesas não cotadas em bolsa com o objetivo de explicar as pressões institucionais que favoreceram a adoção voluntária das IFRS naquelas empresas, ou seja, o objectivo deste estudo consistia em investigar a razão pela qual as empresas que não tinham ações cotadas em Portugal decidiram adotar voluntariamente as IFRS, em detrimento do então regime contabilístico aplicado em Portugal. Estes autores concluíram, no entanto, que a adoção das IFRS por tais empresas não foi uma resposta cega às demandas institucionais, mas que foi em grande parte previsível em virtude da natureza inerente e da relevância de tais pressões institucionais para tais empresas.

Albu *et al.* (2014) com base em um estudo de caso, utilizaram igualmente o modelo de Oliver (1991) para explicar a tradução e a implementação das IFRS na Roménia, ou seja, estes autores utilizaram a abordagem institucional para explicarem como as IFRS, considerada como uma norma global de contabilidade tornou-se numa norma local. Segundo estes autores, as respostas organizacionais para uma norma global (como as IFRS) são condicionados pelos autores locais e que a aquiescência pode ocorrer mesmo quando existe um maior grau de multiplicidade constituinte, já a evasão poderá ocorrer em entidades com um grau menor de multiplicidade. Albu *et al.* (2014, p. 489) concluíram que os países são heterogêneos em termos de aplicação das práticas contabilísticas, sugerindo que os interesses e ações intraorganizacional são relevantes para a implementação das IFRS.

Khadaroo (2005) investigou sobre o processo de definição de normas de contabilidade a partir da perspectiva da teoria institucional no Reino Unido, identificando também as três formas de pressões institucionais que influenciaram na definição das normas de contabilidade

naquele país. Khadaroo (2005) concluiu que a pressão *coerciva* exercida pelo Tesouro e a pressão *normativa* como exercida pela Profissão contabilística foram influentes na formação de observações nos inquiridos sobre a elaboração e publicação do *Exposure Draft* (ED).

Medina (2015) realizou uma investigação sobre a implementação das IFRS *Full* ou das IFRS SME nas médias empresas multinacionais no Brasil. Com base na teoria institucional, o objetivo da investigação desta Autora consistia em investigar os fatores que no fundo direcionavam as médias empresas multinacionais a adotarem as IFRS *Full* ou as IFRS SME, identificando também sobre mudança institucional (coercivo, mimético e/ou normativo) as empresas procuram legitimação no processo de adoção das IFRS. Medina (2015) concluiu decisão de adoção das IFRS *Full* por parte destas empresas está associada à capacitação técnica do pessoal e pela expectativa de crescimento dessas empresas no curto e médio prazo, ou seja, os mecanismos de mudança institucional foram o *normativo* e *mimético*, percebidos pela capacitação profissional e busca de legitimidade.

Guerreiro *et al.*, 2015 investigaram⁸ a mudança institucional do sistema de contabilidade, quando Portugal adotou o regime de Normas de Contabilidade Internacionais (adaptado em SNC – Sistema de Normalização Contabilística). Em seus estudos, estes autores concluíram que o processo de mudança do sistema de contabilidade portuguesa foi promulgada ao nível político e económico, ou seja, este processo foi motivada por mudanças nas estruturas no seio da União Europeia (UE), como resultado do movimento internacional no sentido das normas do IASB, levando desta forma a mudança de regulamento que levaram o consenso profissional sobre tradições do *code Law*.

Segundo Hope *et al.* (2006, p.1) os fatores institucionais é constituído um conjunto de elementos que são relevantes para os normalizadores das regras contabilísticas a nível local, pelo fato permitir uma melhor compreensão das principais motivações para a implementação / adoção, de uma determinada prática organizacional como as IFRS, contribuindo dessa forma para a promoção das IFRS de forma mais eficaz nos países que ainda não implementaram estas normas. De acordo com Touron (2005) os fatores institucionais exercem um papel relevante no processo de normalização contabilística, pelo que chamam atenção de determinadas entidades como os investidores, governos, reguladores e os profissionais de contabilidade no sentido de levar a consideração a esses fatores institucionais para uma melhor compreensão

⁸ Estes autores combinaram o modelo de Dillard *et al.*, (2004) com a teoria do empreendedorismo institucional com o propósito de explicar melhor os processos de mudança institucionais, quando Portugal adotou as IFRS adaptado (SNC).

sobre tais influências sobre a contabilidade. É nesta ordem de ideias que surgem uma necessidade de compreender o ambiente institucional, incluindo os fatores políticos e económicos que exercem influência sobre a adoção / implementação de uma determinada prática organizacional.

1.2 Pressões de mudanças por isomorfismo

A análise institucional tem sido tradicionalmente realizada no âmbito organizacional (por exemplo, a indústria ou empresa) (DiMaggio e Powell, 1983). No entanto, a teoria também tem sido explorada para explicar o impacto que poderosas forças institucionais que operam a nível internacional têm sobre os Estados / Países (Irvine, 2008). Vários fatores podem implicar uma organização a mudar suas práticas contabilísticas e de relato financeiro e tornando-lhe isomórfica (Scott, 1987, p. 498).

A expressão *isomorfismo* é vulgarmente encontrada em biologia, matemática, filosofia, tem sido agregado para o uso no contexto de organizações e instituições pra descrever “uma semelhança dos organismos de diferentes estruturas resultante da convergência”

Para Rodrigues e Graig (2007, p. 742),

“o isomorfismo descreve um processo pelo qual uma organização (ou conjunto de arranjos institucionais, como as normas internacionais de contabilidade) torna-se semelhante a uma outra organização (ou conjunto de arranjos institucionais) através da adoção (ou aproximando-se) as características de uma outra organização”.

De acordo com DiMaggio e Powell (1983), o isomorfismo é vista como um processo pelo qual as organizações são obrigadas a adotarem estruturas e sistemas similares afim de tornar as suas práticas idênticas entre si, num determinado setor organizacional. DiMaggio e Powell (1983) referem ainda que o isomorfismo é um processo que faz com as organizações tornam-se semelhantes umas com as outras, copiando modelos entre si, processos ou aspectos de outras para obter maior visibilidade, competitividade e legitimidade dentro do seu campo organizacional, que é conhecido como grupo organizacional.

João e Machado (2012, p. 241) apresentaram um conceito de isomorfismo que complementam a linha de pensamento de DiMaggio e Powell (1983) ao afirmarem que “isomorfismo tem lugar quando uma organização procura solucionar os problemas que ela não consiga resolver, recorrendo-se aos processos semelhantes aos que observa em outras organizações de modo a favorecer a o seu funcionamento por meio de regras socialmente aprovadas.

De acordo com Albu *et al.* (2014, p. 493), os resultados do isomorfismo advém da ideia de que as organizações competem pelo poder político e de legitimidade, adotando para efeito estruturas, tecnologias, técnicas e métodos já validados socialmente. Dillar *et al.* (2004, p. 509) consideram o isomorfismo como sendo uma forma de adaptação de uma prática já institucionalizada em uma determinada organização com a intenção de poder copiar tais práticas. Rodrigues e Graig (2007) consideram o isomorfismo como sendo o sinónimo de convergência.

1.2.1 Formas de pressões de mudanças por isomorfismo

A ocorrência do processo de isomorfismo é tida com fator fundamental para promoção e sobrevivência e sucesso das organizações no seu ambiente de atividade (Major e Ribeiro, 2009, p. 46). O isomorfismo como a forma pela qual as organizações se adaptam em determinados ambientes e em determinadas práticas organizacionais (Dillard *et al.*, 2004, p. 509)

DiMaggio e Powell em suas investigações elaboraram em 1983 um trabalho intitulado: “*The Iron Cage Revisited: Institutional Isomorphism and Collective Rationality in Organizational Fields*”. A base da investigação dos estudos destes autores foram as pesquisas desenvolvidas por Meyer (1979) e Fennel (1980). DiMaggio e Powell (1983) descobriram duas formas de pressões de mudanças por isomorfismo que podem explicar os determinantes de implementação / institucionalização de uma prática organizacional:

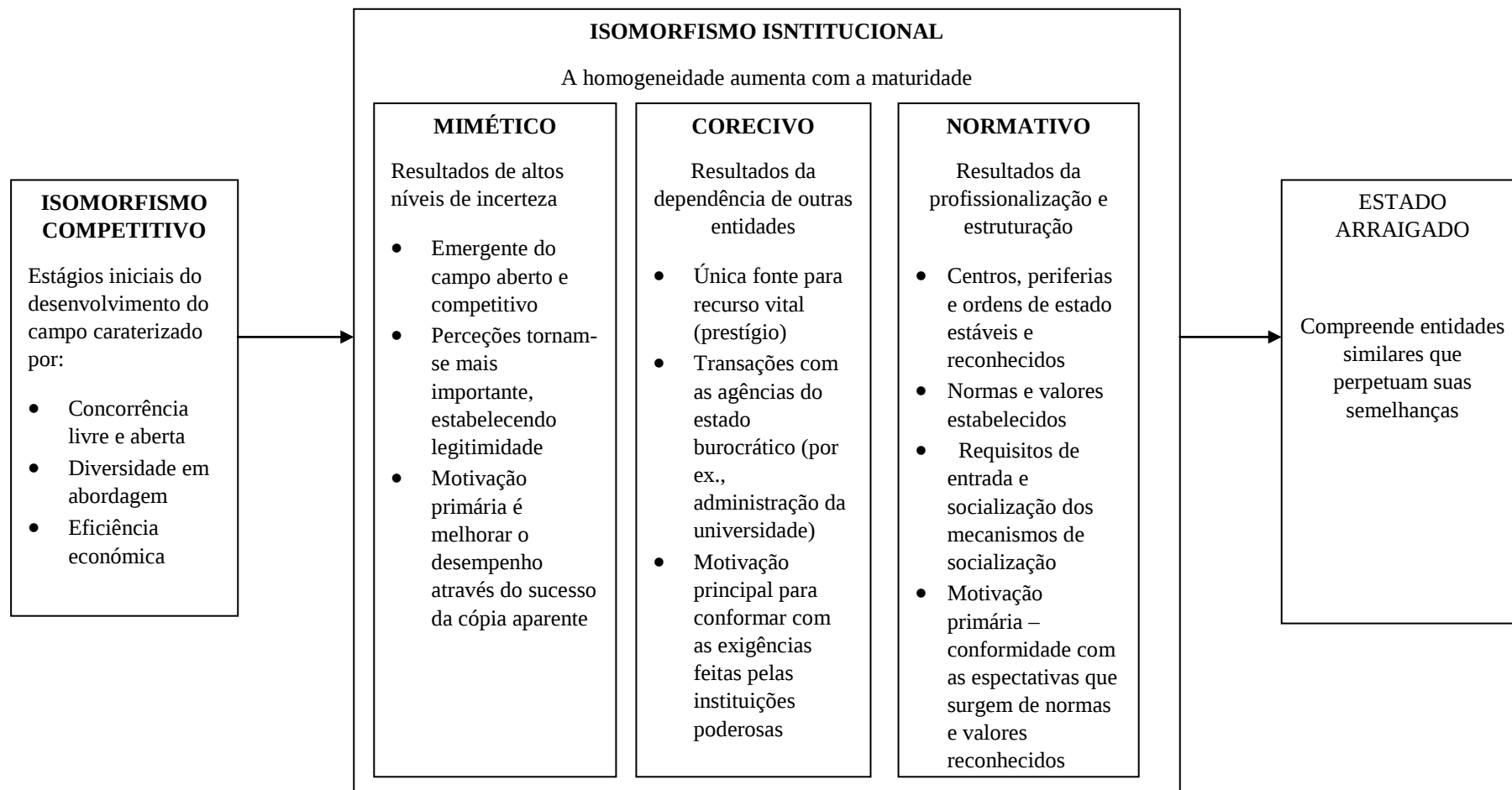
- a) *Isomorfismo competitivo; e*
- b) *Isomorfismo institucional.*

O *isomorfismo competitivo* “ocorre sempre que as forças de mercado forcem uma determinada organização a adotar procedimentos específicos, em nome da eficiência” (Major e Ribeiro, 2009, p.46). Esta forma de isomorfismo pode fazer também com que determinadas organizações escolham uma estrutura, mas não consegue explicar totalmente as opções e as escolhas de uma organização, como acontece no isomorfismo institucional (Major e Ribeiro, 2009, p.46).

O *isomorfismo institucional* enfatiza as questões de ordem cultural, social e política para poder explicar a mudança de estrutura organizacional (Major e Ribeiro, 2009, p.47). DiMaggio e Powell (1983) consideraram o isomorfismo institucional como sendo um processo que tem como função de fazer com que as organizações se assemelhem umas com as

outras, copiando entre si os modelos, processos e / ou estruturas de outras organizações para adquirirem maior visibilidade, competitividade legitimidade perante o seu campo organizacional, considerado como grupo de organizações. De acordo com Mir e Rahaman (2005, p. 825), o isomorfismo institucional confere legitimidade que permite às organizações a continuidade das suas operações. Essa legitimidade pode assumir várias formas, sendo uma delas, a prestação de apoio económico ou financeiro para a organização (Mir e Rahaman, 2005, p. 825).

DiMaggio e Powell (1983) identificaram três mecanismos de mudança isomórfica que pode ocorrer numa determinada organização: *Isomorfismo coercivo, mimético e normativo*. Estes mecanismos de mudanças isomórficas apresentam diferenças em termos de mudanças de comportamento que as organizações podem apresentar na implementação de uma determinada prática organizacional, contribuindo assim para uma mudança em termo de escolha de uma organização na adoção / implementação de uma determinada estrutura ou processo para que se assemelham com as outras organizações. Tuttle e Dillard (2007) referiram que estes três processos de mudanças institucional por via de isomorfismo moldam o campo organizacional para poder explicar a que pode ocorrer no sistema de contabilidade.



Fonte: Adaptado de Tuttle e Dillard (2007, p. 391), baseado em DiMaggio e Powell (1983).

FIGURA 1 - FORMAS DE ISOMORFISMO

O Scott (1995) no seu *framework* indicou que as instituições procuram obter a sua base legitimidade em três grandes pilares institucionais: o regulativo, normativo e o cultural ou cognitivo.

O pilar regulativo caracteriza-se pela capacidade de conduzir as normas e regras afim de motivar certos comportamentos, levando para a organização a capacidade de avaliar, inspecionar ou até mesmo examinar conformidades, bem como instituir sanções para moldar comportamentos. Segundo o pilar regulativo, a legitimidades das organizações são estabelecidas e realizadas por exigências legais (Scott, 2001).

O pilar normativo inclui⁹ os valores e as normas que levam a conformidade intrínseca e extrínseca, fixando metas e objetivos com o propósito de indicar o melhor caminho para alcança-los (Medina, 2015). De acordo com o Scott (2001, p 55) os valores e as normas definem meios legítimos para a valorização das extremidades.

O pilar cultural / cognitivo enfatiza os princípios e regras relacionadas com a natureza da realidade social e como os significados são gerados. Segundo Scott (2001), este pilar estabelece-se por entendimentos pré-conscientes ou tido como corretos, sendo que este é considerado como o pilar mais profundo. Este pilar pode ser utilizado em investigação para diversos tipos de organizações (ver por exemplo Medina (2015), Oyadomari *et al.* (2007), Oyadomari *et al.* (2008).

Scott (1995), com base numa abordagem analítica desenvolveu três pilares que sustentam as instituições, sendo posteriormente ampliado em (Scott, 2008) onde incorporou os mecanismos de isomorfismo de DiMaggio e Powell (1983), conforme podemos observar no quadro a seguir:

⁹ Segundo o Scott (2001, p. 55) os *valores* constituem ideias desejáveis ou preferidas, em conjunto com a construção de padrões com os quais as estruturas ou comportamentos existentes podem ser comparados e avaliados; a *Normas* refere-se a uma forma de imposição que indicam como as coisas devem ser feitas.

TABELA 2 - VARIAÇÃO DE ÊNFASES NOS PILARES INSTITUCIONAIS.

	Pilar Regulativo	Pilar Normativo	Pilar Cognitivo - Cultural
Base de submissão	Utilidade	Obrigação social	Aceita�o de pressupostos Entendimento partilhado
Base de ordem	Regras regulatórias	Expectativas de liga�o	Esquema constituído
Mecanismos	Coercivo	Normativo	Mimético
Lógica	Instrumentalidade	Apropria�o	Ortodoxia
Indicadores	Regras	Certifica�o	Crenças comuns
	Leis	Acredita�o	Lógicas partilhadas da a�o
	San�oes		Isomorfismo
Afeta	Culpa medo / Inocência	Vergonha/Honra	Certeza / Confusão
Bases de Legitima�o	Legalmente sancionada	Moralmente governada	Compreensível Reconhecível Culturalmente suportada

Fonte: adaptado de Scott (2008, pág.51)

1.2.2 Isomorfismo coercivo na ado o das IFRS

Segundo DiMaggio e Powell (1983), o isomorfismo coercivo pode resultar de pressões formais e informais exercidas pelas organizações em outras organizações das quais elas são dependentes, e pelas expectativas culturais das sociedades onde estão inseridas. De acordo com Carruthers (1995, p. 317), o isomorfismo coercivo está relacionado às formas pelas quais as organizações estão sujeitas às pressões externas, quer de organizações que dependem, ou de expectativas culturais mais gerais. De acordo com Gomes et al (2009, p.17), o isomorfismo coercivo resulta de pressões exercidas por autoridades externas, grupos políticos e outros grupos de interesse ou ainda com a publicação de uma legislação que, de forma impositiva, conduz a decisão de adotar determinada prática.

Este tipo de isomorfismo resulta de influências políticas e problemas de legitimidade (DiMaggio e Powell, 1983). De acordo com Major e Ribeiro (2009, p. 47) existem dois tipos de imposições associados ao isomorfismo coercivo: a imposição por autoridade e a imposição por poder coercivo,. De acordo com Judge *et al.* (2010, p.163) refere que segundo essa lógica de pressão para ado o das IFRS, os principais influenciadores da ado o dessas normas internacionais de contabilidade pode ser a presença ou ausência de instituições que podem forçar e / ou influenciar os agentes económicos a respeitar as normas internacionais de contabilidade. Segundo este autor, os países ou organizações podem verem-se forçados a estar em conformidade com as normas internacionais por causa de influências de instituições coercivas fora da economia. Quando uma economia é relativamente pequena e pobre, ela torna-se mais dependente das normas e padrões do que quando é relativamente grande e rica.

Os Estados / Nações ou ainda as Organizações que podem ser forçados a adotar e implementar regulamentos e normas devido a imposição / pressões sofridas por Organizações ou Instituições coercivas da economia internacional como o Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI), a UE, etc. Por exemplo, constitui isomorfismo coercivo para a adoção das IFRS, o *Regulamento CE n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002*, que obrigou a todas as empresas cujos títulos sejam negociados publicamente, a elaborar os seus relatórios financeiros consolidados em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade e de Relato Financeiro a partir do exercício económico 2005. A pressão que uma determinada empresa-mãe exerce sobre as suas controladas, para utilizar as normas das IFRS corresponde uma outra forma de isomorfismo coercivo.

1.2.3 Isomorfismo mimético na adoção das IFRS

Em suas investigações, DiMaggio e Powell (1983) referiram que nem todo isomorfismo institucional tem proveniência de uma autoridade coerciva, defendendo que a incerteza por parte das organizações pode constituir uma força poderosa para poder estimular a imitação de uma prática organizacional. Quando as organizações desenvolvem suas atividades em ambientes onde as tecnologias, expectativas e objetivos são incertos e poucos estáveis, elas têm tendência em imitar outras práticas e modelos considerados como bem-sucedidos ou legítimo (Judge *et. al.*, 2010). Esse processo de imitação é considerado na teoria institucional como *Isomorfismo mimético*. De acordo com Griffith *et al.* (2015, p. 857) o isomorfismo mimético corresponde a um processo de reprodução das políticas e procedimentos outras organizações em um ambiente. De acordo com Rodrigues e Graig, (2007), o isomorfismo mimético diz respeito às formas como as organizações copiam as ações de outras organizações semelhantes tidas como bem-sucedidos

Touron (2005¹⁰) em seu estudo verificou que para as grandes empresas francesas ganharem legitimidade no mercado global tinham de abster-se do uso de normas nacionais de contabilidade, devido a pressões miméticas. O comportamento de sucesso de uma de uma organização é frequentemente imitado por outras organizações que queiram obter o mesmo sucesso (Cunha *et. al.*, 2007).

¹⁰ Touron (2005), tendo como base teórica a Teoria Institucional, realizou um estudo sobre adoção dos Princípios Geralmente Aceites (GAAP/ US GAAP) por empresas francesas antes da criação da Comissão de Normalização Contabilística Internacional.

O exemplo de isomorfismo mimético associado a adoção das IFRS é o *Sistema de Normalização Contabilística (SNC) de Portugal que entrou em vigor em 2010*. O SNC é uma norma de contabilidade que está em sintonia com as IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e adotadas pela UE. Um outro exemplo de isomorfismo mimético associado às práticas de contabilidade em Portugal é aplicação de normativo contabilístico por parte das instituições financeiras. As demonstrações financeiras apresentadas pelas instituições financeiras de Portugal são divulgadas com base nos princípios consagrados nas *Normas de Contabilidade Ajustada (NCA)* nos termos do Aviso 1/05, de 21 de Fevereiro e das Instruções n.º 23 / 04 e n.º 9/05 de Banco de Portugal¹¹. As NCA é uma norma de contabilidade utilizadas pelos bancos portugueses para a preparação das suas contabilidade, bem como a divulgação dois Relatórios Financeiros referentes as atividades de tais bancos. Representa genericamente às IFRS conforme adotadas pela UE, de acordo com o regulamento (CE) 1606/2002 do Parlamento e do Conselho que, para Guerreiro *et al.* (2015), esta norma é considerada como sendo *IAS / IFRS ajustadas*.

1.2.4 Isomorfismo normativo e adoção das IFRS

No *isomorfismo normativo*, as profissões assumem um papel preponderante na divulgação de práticas e orientações idênticas a serem seguidas pelas organizações. Este processo é proveniente da legitimidade conferida pela educação formal e o resultado dos networks profissionais com que as organizações enfrentam no decurso de suas atividades (Major e Ribeiro, 2009, p. 47). As profissões exercem pressões normativas através do seu controlo de registo e certificação, creditação dos cursos universitários e promulgação de regras obrigatórias normativas para o uso dos membros (Rodrigues e Graig, 2007).

Segundo Cunha *et al.*, (2007), existem duas fontes poderosas que estão na base deste isomorfismo:

- 1) A socialização profissional operada nas universidades e nas associações profissionais da especialidade; e

¹¹ O Banco de Portugal é a instituição com autoridade para supervisionar todas Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras que exercem atividade em Portugal, segundo a competência que lhe conferida pelo Regime Geral de Instituições de Créditos e Sociedades Financeiras.

- 2) A importância do papel das redes de profissionais na difusão de modelos¹² de atuação posteriormente difundidos pelas organizações.

De uma maneira simples, e a título exemplificativo¹³, pode-se afirmar que a parcela da semelhança entre algumas organizações decorre do facto de elas preponderarem um grupo de profissionais (como por ex. os Contabilistas Certificados, ou os Revisores Oficiais de Contas) que receberam uma determinada formação universitária, sendo depois submetidos aos ditames profissionais e deontológicos da Ordem (ex. OCC – Ordem dos Contabilistas Certificados, ou OROC – Ordem dos Revisores Oficiais de Contas), sendo especificamente do mesmo colégio de especialidade e que se influenciam mutuamente através das redes formais e informais através das quais se relacionam.

Portanto, a força de pressão exercida pelas diversas autoridades externas, os grupos políticos e outros agrupamentos interessados através da publicação de legislação que, de forma coativa, levam a decisão de adotar uma determinada estrutura ou prática organizacional (*isomorfismo coercivo*), a imitação de práticas tidas como bem-sucedidas noutras organizações (*isomorfismo mimético*), ou ainda através opiniões ou recomendações das organizações profissionais que, de certa forma influenciam comportamentos (*isomorfismo normativo*) podem explicar a mudança organizacional (DiMaggio e Powell, 1983), isto é, as formas de pressão por isomorfismo podem constituir um fator predeterminante para a explicação das causas que estão na base para a adoção / implementação de determinada prática organizacional, como a implementação das IFRS nas Instituições financeiras angolanas.

1.3 Modelos de institucionalização das práticas organizacionais

Guerreiro, Frezatti, Lopes e Pereira (2005, p. 102) defendem que a institucionalização de um novo sistema de contabilidade financeira não é um processo comum, pelo que não se de enfatizar apenas questões da dimensão técnica, justificando que os indivíduos passariam a aceitar um novo modelo de contabilidade financeira e que se comprometem seguramente com a sua implementação e utilização, se houver a integração de diversos factores:

- ✓ Que exista uma orientação normativa para a implementação do novo modelo;
- ✓ Que o novo modelo seja efetivamente compreendido pelas pessoas;

¹² Após a instituição de modelos, a seleção de novos membros será filtrada pelas normas vigentes, com objetivo de reforçar a semelhança inter e intraorganizacional (Cunha *et al.*, 2007) apud DiMaggio e Powell (1983); Schneider (1987).

¹³ Exemple baseado em Cunha *et al.* (2007, p. 295).

- ✓ Que existam elementos facilitadores para o processo de repetição do modelo proporcionando certa estabilidade e gerando hábitos;
- ✓ Que as pessoas percebam claramente as consequências da implantação do modelo no, plano pessoal e no âmbito do grupo;
- ✓ Que a implementação do novo modelo confira legitimidade para as pessoas, tanto no âmbito interno quanto ao externo;
- ✓ Que o novo modelo seja sintonizado com as crenças e valores aceites e compartilhados com os membros da organização; e
- ✓ Que o novo modelo represente efetivamente como os indivíduos serão avaliados não só institucionalmente, mas também pela subjetividade dos seus pares.

1.3.1 Modelo de Oliver (1991)

O isomorfismo corresponde para as organizações uma tendência para adoção de estruturas, sistemas e procedimentos de operações semelhantes das que operam no ambiente institucional para explicar por que razão as organizações adotam práticas semelhantes (DiMaggio e Powell, 1983). Existem diversas práticas organizacionais consideradas como legítimas, sendo que, as organizações que procuram legitimidade têm liberdade de escolhas daquelas práticas que possam assegurar o seu prestígio e poder (DiMaggio e Powell, 1983). Quando as estruturas e os sistemas de uma organização são adotadas cerimonial mente, estas afastam das práticas de natureza instrumental pelo facto de as organizações não quererem melhorar a eficiência organizacional e benefícios para o conjunto da comunidade, assegurando apenas a sua legitimidade e benefícios para um grupo específicos de indivíduos (Major e Ribeiro, 2009, p. 48).

Em muitas situações, as organizações sentem-se pressionadas em pelo seu ambiente institucional, onde desenvolvem as atividades, coagindo-as no sentido de adotar uma determinada estrutura ou prática organizacional. Acontece, porém que, a conformidade dessas pressões institucionais exercem um papel predominante para aquisição da legitimidade institucional e consequente sucesso organizacional [...] (Silva *et al.*, 2016, p. 24).

Oliver (1991, p. 145), apresentou um quadro onde referiu as hipóteses sobre as respostas estratégicas sobre pressões institucionais que podem afetar as organizações. Segundo este Autor, as organizações quando confrontadas com diversas pressões institucionais para mudanças de práticas organizacionais, elas respondem direta e estrategicamente aos processos

de tais conformidades institucionais, escolhendo para o efeito uma resposta estratégica que variam em termos de agência ativa por parte dessas organizações, ou seja, essas respostas estratégicas alteram de acordo com a resistência passiva à ativa (Guerreiro *et al.*, 2012, p. 485). Oliver (1991) apresentou um *continuum* de cinco respostas que as organizações podem adotar, quando pressionadas pelo seu ambiente institucional: *aquiescência; compromisso; não confronto; recusa; e manipulação*.

Khadaroo (2005, p. 74) alegou que o pressuposto lógico da teoria institucional é que as organizações adotam essas práticas organizacionais que são percebidos como legítimos na sociedade pela razão de poderem melhorar as suas chances de sobrevivência, sendo com isso influenciados por pressões coercivas, miméticos e normativas no seu ambiente de atividades e empregando constantemente uma das respostas estratégicas propostas por Oliver (1991). Na tabela a seguir apresentaremos um resumo das cinco respostas estratégicas propostas por Oliver (1991) desenvolvidas pelas organizações.

TABELA 3 - RESPOSTAS ESTRATÉGICAS A PROCESSOS INSTITUCIONAIS

Estratégias	Táticas	Exemplos
▪ Aquiescência	▪ Hábito ▪ Imitação ▪ Aceitação	▪ Seguir valores socialmente aceites ▪ Imitar modelos institucionais ▪ Obedecer as normas impostas
▪ Compromisso	▪ Gestão ▪ Consideração ▪ Negociação	▪ Gerir expectativas de vários constituintes ▪ Acomodar com diversas pressões institucionais ▪ Negociar com os <i>stakeholders</i> institucionais
▪ Não confronto	▪ Ocultação ▪ Proteção ▪ Alteração	▪ Encobrir a não conformidade ▪ Dissociar as exigências técnicas das instituições ▪ Mudar objetivos, atividades ou domínios
▪ Recusa	▪ Não aceitação ▪ Desafio ▪ Ataque	▪ Ignorar explicitamente normas e valores ▪ Contestar regras e exigências ▪ Criticar as fontes de pressão institucional
▪ Manipulação	▪ Importação ▪ Influência ▪ Controlo	▪ Recrutar apoios de constituintes influentes ▪ Moldar valores críticos ▪ Dominar constituintes influentes

Fonte: Major e Ribeiro (2009, p. 49), adaptado de Oliver (1991, p. 152).

Ainda sobre as respostas estratégicas sobre as pressões institucionais (tabela#), podemos acrescentar ainda, referindo abaixo:

- a) **Aquiescência:** nesta forma de resposta estratégica organizacional implica *hábito*, *imitação* ou *conformidade*, onde vulgarmente as organizações aderem às pressões institucionais com o objetivo de poderem aumentar a sua legitimidade e apoio social (Guerreiro *et al.*, 2012, p. 485). De acordo com Albu *et al.* (2012, p. 494), a aquiescência assume formas alternativas como hábito (que corresponde a adesão cega ou inconsciente pelas organizações às determinadas regras ou valores), a imitação (que é o cumprimento ou aceitação das organizações de forma consciente com certas normas e outros requisitos. Oliver (1991, p. 153) considera a aquiescência como sendo uma resposta estratégica fundamental para as organizações por causa do poder de legitimidade e apoio social que fornece para as organizações que aderem às demandas institucionais.
- b) **Compromisso:** esta resposta estratégica resulta de um equilíbrio, conciliação e negociação com os componentes externos para estar em conformidade com, e para acomodar as expectativas institucionais (Guerreiro *et al.*, 2012, p. 485). Todavia, no compromisso verifica-se um grau de conformidade parcial por parte das organizações, onde elas são mais ativas na promoção dos seus interesses, o que não acontece na aquiescência (Guerreiro *et al.*, 2012, p. 485).
- c) **Não confronto:** esta resposta estratégica ocorre quando as organizações tentam evitar a necessidade da não conformidade com as pressões institucionais, escondendo assim a sua não conformidade, contrapondo às pressões institucionais, ou escapando-se das regras institucionais (Oliver, 1991, p. 154). Nesta resposta estratégica, as organizações não cumprem com os requisitos das práticas institucionais, ocultando (conformidade disfarçada), tamponando ou escapando a essas táticas (Albu *et al.*, 2014, p. 494).
- d) **Recusa:** ocorre quando assiste-se a uma resposta evidente das organizações às normas e expectativas institucionais, onde as organizações assumem publicamente a sua resistência às pressões institucionais para se conformar, implicando um aumento dos níveis de resistência ativa aos processos institucionais (Guerreiro *et al.*, 2012, p. 485).
- e) **Manipulação:** as organizações adotam esta resposta estratégica com objetivo de procurar mudar de forma ativa as suas expectativas ou as fontes que buscam expressar ou impor pressões institucionais (Guerreiro, 2012, p. 485).

Segundo Oliver (1991, p. 157), as formas de respostas estratégicas (*a aquiescência, compromisso, não confronto, e recusa*) representam níveis ativos de resistências organizacionais provocadas pelas pressões institucionais e expectativas. Contrariamente as estas formas de respostas estratégicas, «a *manipulação* é a resposta estratégica mais ativa às pressões, porque ele tem a intenção de forma ativa ou exercer poder sobre o conteúdo das próprias expectativas ou as fontes que buscam expressar ou aplica-las» (Oliver, 1991, p. 157).

Segundo Oliver (1991, p. 159), a conformidade ou a resistência das normas ou expectativas institucionais inclui a vontade das organizações, bem como a sua capacidade para conformar-se com o ambiente institucional. Oliver (1991, p. 159), acrescentou ainda que as respostas organizacionais à pressões institucionais em direção a conformidade depende da razão pela qual essa forma de pressão é exercida, quem está a exercê-lo, qual o tipo de pressão, local de ocorrência, como e porque meios é que essas formas de pressões ocorrem. De acordo com Albu *et al.* (2014, p. 494), as respostas estratégicas à pressões institucionais são condicionadas pelos antecedentes institucionais: pressões para a conformidade (legitimidade e eficiência, isto é, a causa da pressão), as normas e requisitos (relacionado ao conteúdo), os meios utilizados para exercerem as pressões (isto é, o controle); e o ambiente onde é realizado a pressão (isto é, o contexto)

Depois de identificar o comportamento das organizações em termos de respostas estratégicas fáceis às pressões institucionais suportadas pelas organizações, Oliver (1991, p. 180) implementaram os fatores institucionais que podem anteceder às respostas estratégicas, bem como a sua previsão (Tabela 5), com o propósito de limitar as ações das organizações.

TABELA 4 - ANTECEDENTES INSTITUCIONAIS E A PREVISÃO DAS RESPOSTAS ESTRATÉGICAS

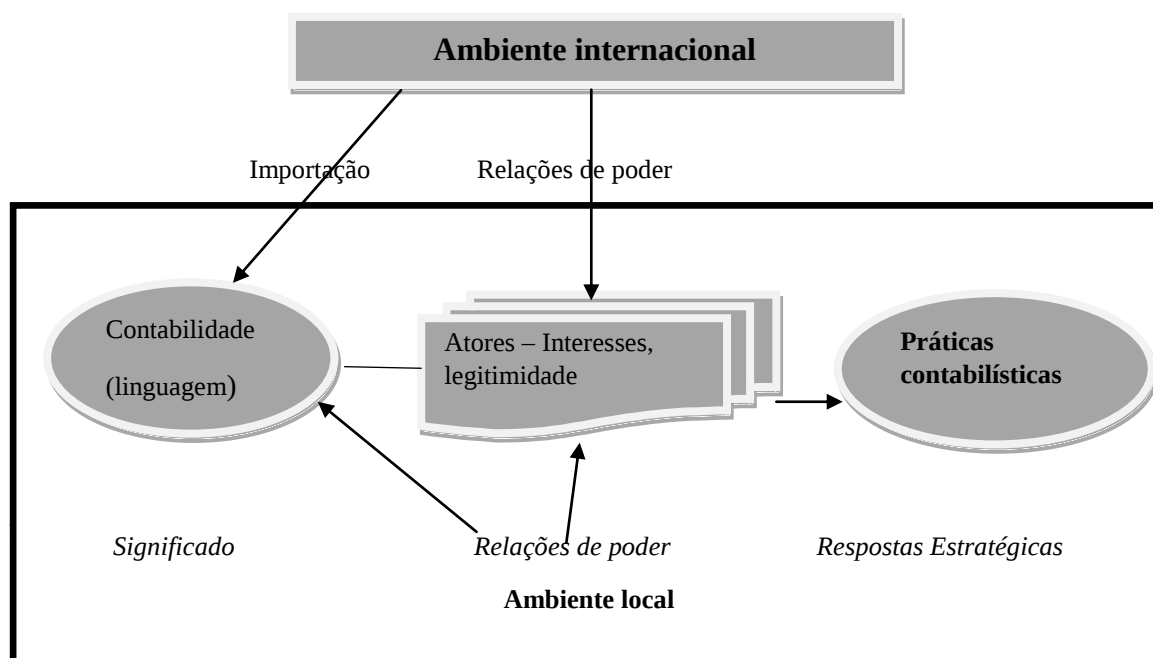
Fator preditivo	Respostas estratégicas				
	Aquiescer	Compromisso	Não confronto	Recusa	Manipulação
Causa					
Legitimidade	Alto	Baixo	Baixo	Baixo	Baixo
Eficiência	Alto	Baixo	Baixo	Baixo	Baixo
Constituintes					
Multiplicidade	Baixo	Alto	Alto	Alto	Alto
Dependência	Alto	Alto	Moderado	Baixo	Baixo
Conteúdo					
Consistência	Alto	Moderado	Moderado	Baixo	Baixo
Limitação	Baixo	Moderado	Alto	Alto	Alto
Ao controle					
Coerção	Alto	Moderado	Moderado	Baixo	Baixo

Difusão	Alto	Alto	Moderado	Baixo	Baixo
Contexto					
Incerteza	Alto	Alto	Alto	Baixo	Baixo
Interconetividade	Alto	Alto	Moderado	Baixo	Baixo

Fonte: Adaptado de Oliver (1991, p. 160).

Conforme vimos, o modelo de Oliver (1991) pode ser aplicado para a investigação das práticas contabilísticas com o propósito de explicar o impacto que as poderosas forças institucionais exercem na implementação das IFRS nas Organizações ou Estados (ver por exemplo Albu *et al.*, 2014; Guerreiro *et al.*, 2012). Nós já referimos o modelo de Oliver (1991) foi adaptado para explicar o processo de implementação das IFRS pelas grandes empresas não cotas em Portugal (ver Guerreiro *et al.*, 2012). O mesmo modelo ainda adaptado num estudo de caso com o objectivo de explicar o processo de tradução e aplicação das IFRS na Roménia (ver Albu *et al.*, 2014).

FIGURA 2 - CONSTRUÇÃO DE SIGNIFICAÇÃO LOCAL DAS IFRS



Fonte: Adaptado de Albu *et al.*, 2014, p. 494

Conforme podemos verificar na figura representada acima, por um lado existe um grupo de instituições (como o IASB, FMI, B.M, a EU etc.) que são os mais interessados nesse processo de harmonização das regras contabilísticas, impondo a obrigação implementação nas empresas ou organizações, conferindo legitimidade em tais entidades que assim poderem

implementas estas normas. Por outro lado, as empresas ou organizações podem responder estrategicamente a este processo de imposição de regras para a práticas de contabilidade, conforme as respostas estratégicas de Oliver (1991). É neste sentido que podemos encontrar no conjunto de países que implementaram as IFRS a expressão “*exigem ou permitem o uso de IFRS em algumas ou em todas empresas*”.

1.3.2 Modelo de Tolbert e Zucker (1996)

Tolbert e Zucker (1996) definiram a institucionalização como sendo um processo que tem como objetivo transformar as crenças e ações, através de um mecanismo de aceitação e propagação para que essas regras tornam-se padrão e passam a ser encarados como rotinas. Estes autores consideram a institucionalização como um processo central para o desenvolvimento e perpetuação de grupos sociais duradouros, onde as ações tornam-se habituais e aceitas.

Segundo Selznick (1972, p. 14-15 apud Quinello, 2009, p. 10-11), a institucionalização é um processo, é um fenómeno que ocorre em uma determinada organização com o andar do tempo, e que reflete a sua história particular, bem como o pessoal que trabalhou nela, bem como os grupos abrangidos e os diversos interesses que criaram, e a maneira como a organização se adaptou ao meio envolvente, [...] e que o grau de institucionalização é dependente da proteção que existe para a interação pessoal com o grupo. Eles argumentaram ainda que, quanto mais precisa for a finalidade de uma organização e quanto mais especialidades e técnicas forem as suas operações, menores serão as chances das forças afetarem o seu desenvolvimento, [...], e que talvez, o significado mais importante de institucionalizar seja infundir um valor, além das exigências das tarefas técnicas.

O processo de institucionalização ocorre quando há existência de um novo padrão de comportamento que define [como e porque] se inova daquela maneira (Quinello, 2009, p. 8), ou seja, a institucionalização tem lugar quando existe de um novo modelo padronizado de mudança de comportamento que define os motivos pelo qual se deve emergir para uma nova prática organizacional. A inovação ocorre através da existência de fatores endógenos, como a força de mercado, legislação ou mudanças tecnológicas, que, segundo Tolbert e Zucker (1996), levariam a estágios, desenvolvendo um carácter processual à inovação em busca da institucionalização desta nova prática organizacional.

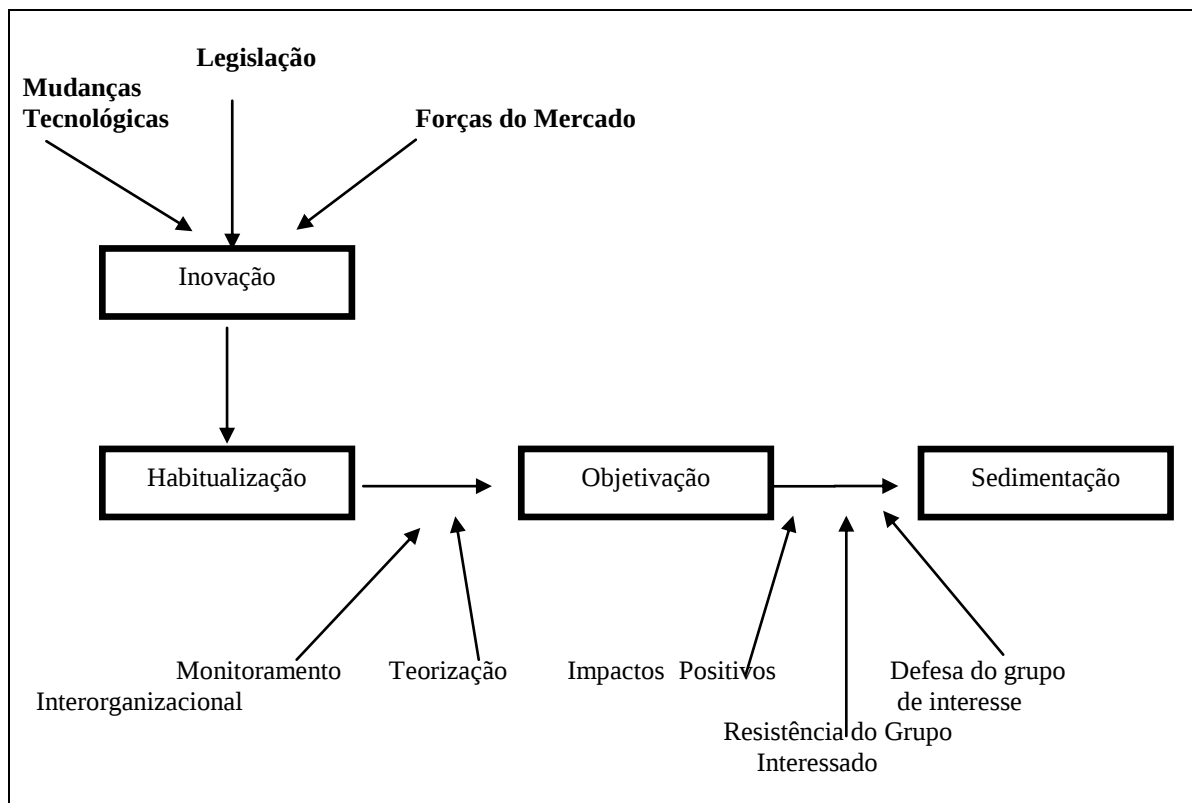
Tolbert e Zucker (1996) identificaram três etapas sequenciais suportadas pelo processo de institucionalização: a habitualização ou fase pre-institucional; objetivação ou estágio semi-institucional e a sedimentação ou total institucionalização.

- 1) **Habitualização:** esta fase inicia através do desenvolvimento de comportamentos padronizados e perçecionado pelas organizações que identificam alguma semelhança na adoção de processos, ou seja, nesta fase, a adoção de práticas organizacionais sucede em organizações que vivenciam o mesmo tipo de problema, obrigando de forma natural que as organizações tenham em consideração as soluções desenvolvidas por outras organizações (Tolbert e Zucker, 1996). Segundo Medina (2015), a habitualização corresponde a uma fase de pré-institucionalização do processo de desenvolvimento de etapas sequenciais adotadas pelas organizações para novos processos, partilhando as experiências com outras organizações do mesmo grupo económico com o objectivo de assemelhar-se as elas, faltando uma variável considerável por causa do modo de implementação.
- 2) **Objetivação:** nesta fase, as organizações avaliam os riscos de adoção de uma nova estrutura através do recurso às diversas fontes (observação direta, noticiário, etc.), observando também as atitudes dos concorrentes para manter a sua competitividade relativa e a mensuração da relação custo / benefício da prática (Tolbert e Zucker, 1999). Segundo Medina (2015), a objetivação é uma fase do processo de institucionalização onde se desenvolve um acordo social entre os decisores da organização a respeito do valor da estrutura da organização e a adoção pelas outras organizações baseando-se no mesmo conceito, onde as organizações alcançam um grau de comparabilidade com as demais organizações, buscando informações que possam ser avaliadas para se analisar o risco de tal adoção. Este movimento é de capital importância em organizações que estão implementar de uma determinada prática de gestão ou mudança de estrutura e ocorre, em alguns casos, através da prática de *Benchmark*¹⁴ e processos por intermédio de informações que se tornam públicas (Medina, 2015).
- 3) **Sedimentação:** a sedimentação ocorre quando a institucionalização sobrevive por várias gerações nas organizações, passando desta forma a fazer parte da história da

¹⁴ Benchmark ou Benckmarking é um processo contínuo e sistemático que permite a comparação do desempenho de uma determinada organização e as respectivas funções ou processos, tendo em consideração o melhor nível e visando não apenas a equiparação dos níveis de desempenho, mas também a sua ultrapassagem (*in* Benchmarking e Boas Práticas [Disponível em: <https://www.iapmei.pt/PRODUTOS-E-SERVICOS/Qualificacao-Certificacao/Benchmarking-e-Boas-Praticas.aspx>].

organização (Oyadomari *et al.*, 2008, p. 59). A sedimentação caracteriza-se pela difusão das estruturas por todo grupo (Tolbert e Zucker, 1996, p. 184).

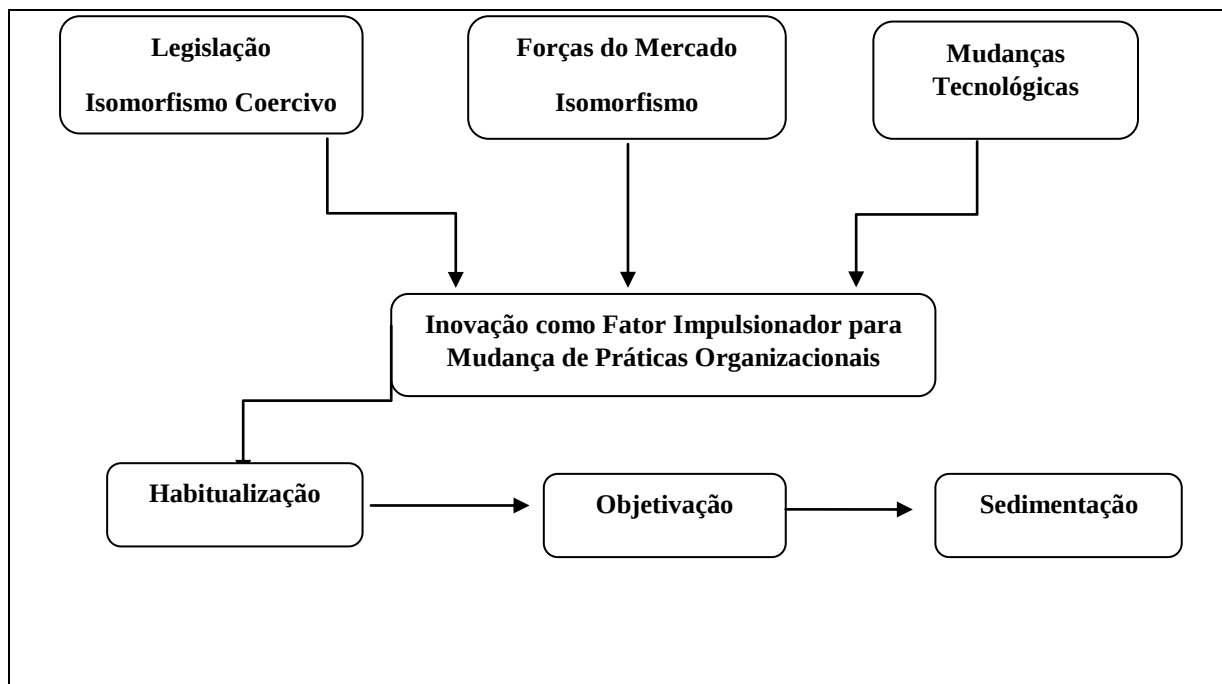
FIGURA 3 - INSTITUCIONALIZAÇÃO SEGUNDO MODELO DE TOLBERT E ZUCKER



Fonte: Tolbert e Zucker (1996, p. 182)

Já referimos anteriormente que, usualmente o processo de institucionalização origina a partir da implementação de uma nova prática organizacional ou de novos arranjos nas estruturas das organizações, tidas em consideração para fazer face a uma determinada necessidade ou a um interesse através da inovação no processo de gestão (Tolbert e Zucker, 1996). Warken e Klan (2015, p. 109), baseando-se no estudo de Tolbert e Zucker (1996), concluíram que as três formas de pressões isomórficas podem levar uma organização a adotar estruturas de gestão inovadoras, promovendo assim a efetivação das suas práticas através do processo de institucionalização. Segundo estes autores, o processo de institucionalização de uma prática organizacional está relacionado com a implementação de uma nova prática de gestão, conforme podemos verificar no quadro abaixo.

FIGURA 4 - INOVAÇÃO E PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO



Fonte: Adaptado de Warken e Klan (2015, p. 109).

O processo de institucionalização proposta por Tolbert e Zucker (1996, p. 185) (Tabela 3) comporta três fases sequenciais. Apresentaremos a seguir as dimensões comparativas que constam nas três fases deste processo de institucionalização:

TABELA 5 - GRAU DE COMPARAÇÃO DAS FASES DE INSTITUCIONALIZAÇÃO

Dimensão	Estágio pré-institucional	Estágio semi-institucional	Estágio total de institucionalização
Processos	Habitualização	Objetivação	Sedimentação
Caraterização dos adotantes	Homogêneos	Heterogêneos	Heterogêneos
Movimento para difusão	Imitação	Imitativo/Normativo	Normativo
Atividades de teorização	Nenhuma	Alta	Baixa
Variância na implementação	Alta	Moderada	Baixa
Taxa de fracasso estrutural	Alta	Moderada	Baixa

Fonte: Tolbert & Zucker (1996, p.185).

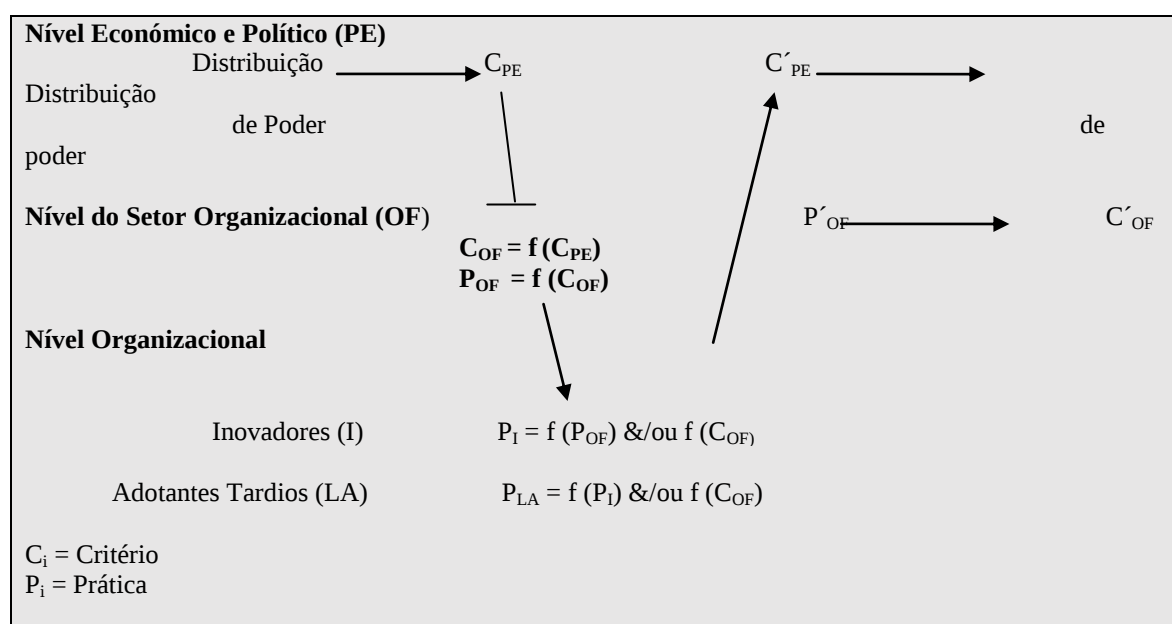
O processo de institucionalização é importante, pois, à medida que este processo aumenta, as organizações adquirem mais competência para poderem executar as suas actividades de forma mais eficiente (Carvalho *et al.*, 2015, p. 116).

1.3.3 Modelo de Dillard *et al.* (2004)

O Modelo de Dillard *et al.* (2004) está sendo enfatizado por parte de diversos investigadores (por exemplo, Hopper e Major; Tsamenyi, 2006; Cruz *et al.*, 2009) que fizeram estudos sobre mudança institucional que afetam as práticas de contabilidade. Dada sua capacidade de explicar o processo de mudança institucional de contabilidade, este modelo está sendo privilegiado em recentes estudos sobre mudanças de sistema de contabilidade, mas concretamente em investigações ligadas à adoção / implementação das IFRS (por exemplo, Mir e Rahaman, 2005; Ivirne, 2008; Guerreiro *et al.*, 2015).

Dillard *et al.* (2004) propuseram um modelo geral de institucionalização das práticas organizacionais, onde definiram três níveis da envolvente de institucionalização das práticas das organizações (Nível Económico e Político – PE; Nível Setor Organizacional – OF; Nível Organizacional).

FIGURA 5 - MODELO DE DILLARD ET AL. (2004)



Fonte: Adaptado de Dillard *et al.* (2004, p. 512)

Conforme podemos verificar, o modelo de Dillard *et al.* (2004) apresenta três dimensões necessárias, senão mesmo fundamentais, e que uma organização deve ter em consideração na elaboração do processo de institucionalização e de mudança de uma prática ou estrutura organizacional: *Nível Económico e Político*; *Nível do Setor Organizacional*; e *Nível Organizacional*.

➤ O Nível Económico e Político (PE)

Seundo Dillard *et al.* (2004, p. 527), o Nível Económico e Político é o nível onde legitimam-se as razões de criação das normas, valores; onde se estabelece a sua codificação em leis e regulamentos por parte das instituições dominantes que detém os poderes económicos e políticos. Este é o primeiro e o mais alto nível de institucionalização das práticas organizacionais, constituídos por “*sistemas político-social-económicos que enquadram toda a atividade humana, sendo no entanto responsável pela criação e de normas e valores que norteiam as práticas organizacionais*” (Major e Ribeiro, 2009, p. 53). De acordo com Guerreiro *et al.* (2015, p. 382), neste nível, os sistemas económicos e políticos são estabelecidos tendo em atenção geralmente a certas normas ou critérios (C_{PE}) que são difundidos na sociedade e no campo organizacional, sendo que, estas normas, onde os critérios e práticas organizacionais são determinadas através da influência dos sistemas dominantes da sociedade e instituições poderosas.

➤ Nível do Setor Organizacional

Dillard *et al.* (2004, p. 527) definiram este nível como sendo o nível onde se legitimam as razões para a elaborações de regulamentos relacionadas com as práticas organizacionais, onde o esquema de representação das práticas de propriedades estruturais decorre através de ações organizacionais, bem como dos critérios económicos e políticos traduzidos para o contexto organizacional. Neste nível “as normas, os critérios e as práticas estabelecidas no Nível Económico e Político (C_{PE}) são traduzidos em critérios de legitimidade (C_{OF}) para avaliar se a ação no campo organizacional é legítimo” (Guerreiro *et al.*, 2015, p. 382). As práticas organizacionais (P_{OF}) resultam da avaliação dos critérios de legitimidade (C_{OF}) que fornecem a legitimação e a base de regulamentação para as acções no nível organizacional. Neste nível, o processo de institucionalização abrange em todos setores de atividade, tais como as associações setoriais, os grupos industriais e as coletividades geográficas (Major e Ribeiro, 2009, p. 53). De acordo com Guerreiro *et al.* (2015, p. 382), nível de setor organizacional é onde estão incluídos os grupos industriais e comerciais, bem como as associações profissionais.

➤ **Nível Organizacional**

Este nível é caracterizado como sendo um nível de institucionalização constituídos por organizações individuais (Major e Ribeiro, 2009, p. 53), sendo que, as organizações podem escolher várias estratégias dentro do processo de implementação / adoção de uma determinada prática, podendo ser *inovadores ou adotantes tardios* de tais práticas (Guerreiro *et al.*, p. 382). Segundo Dillar *et al.* (2004, p. 528), este nível é onde se legitimam as razões das organizações em aplicar uma determinada prática organizacional, e onde se estabelece o esquema de representação ou reconhecimento para as organizações que poderão implementar tais regras ou normas. Neste nível, a significação, legitimação e dominação fazem parte da estrutura organizacional que justificam as causas de práticas organizacionais (Dillard *et al.*, 2004, p. 529).

- i. *Significação*: é uma representação simbólica que tem como função de atribuir significado ao comportamento social de redes organizadas de imagens como códigos semânticos, esquemas de interpretação e práticas de discursos de forma consciente ou inconsciente, considerando a contabilidade como um esquema representativo de informação compostas por regras comuns e de conceitos tirados na prática de contabilidade (Guerreiro, 2015, p. 383);
- ii. *Legitimação*: está constituído por normas, regras e valores que permitem fornecer legitimação a critérios de avaliação das ações das organizacionais e fornece também critérios que sancionam formas de conduta organizacional (*Ibidem*). Segundo Guerreiro *et al.* (*Ibid*), os critérios de legitimação fornecem uma compreensão sobre os valores e ideias que permitem definir as características do sistema de contabilidade. O surgimento de novas regras provocadas pela adoção das normas dos IASB levou a que os profissionais tivessem que adotar um novo comportamento profissional (*Ibid*), sendo entanto de considerar o aumento do julgamento profissional do contabilistas por se tratar de uma nova norma baseada em princípios e não em regras. e
- iii. *Domínio*: é exercido por parte das instituições que detém o controlo de recursos associados ao desenvolvimento de uma atividade (*Ibid*).

Major e Ribeiro (2009, p. 53) argumentaram que o modelo de Dillard *et al.* (2004) apresenta uma ideia bem definida de influência institucional que origina desde o nível económico e político, passando depois para o nível do setor organizacional, que por sua vez fornece o contexto para as instituições que estão envolvidas as organizações.

Guerreiro *et al.* (2015, p. 382) apontaram a este modelo como sendo um modelo que enfatiza a natureza política de uma mudança institucional e que incorpora os poderes relativos dos interesses organizados, representando assim um processo dinâmico e contínuo de institucionalização que ocorre sequencialmente desde nível social, económico e político ao nível do campo organizacional, e o nível organizacional.

Segundo Vieira (2009, p. 21), *“a teoria institucional preocupa-se por um lado, explicar o processo de legitimação das organizações pertencentes a um determinado campo organizacional, e por outro lado, justificar a adoção de determinados padrões de mudança organizacional ou para explicar a resistência à mudança”*.

Guerreiro *et al.* (2015) consideram o modelo de Dillard *et al.* (2004) como sendo um modelo completo para poder explicar o processo de mudança de estrutura organizacional. Conforme referimos mais acima, Guerreiro *et al.* (2015) utilizaram este modelo em combinação com a teoria do Empreendedorismo Institucional, cujo objetivo era a compreensão dos processos de mudança institucional que estava na base de implementação de um novo regime contabilístico, ou seja, o objetivo desses autores era obter uma compreensão do processo de mudança institucional quando Portugal adotou IFRS adaptado (SNC). Segundo esses autores, a teoria do empreendedorismo institucional.

Alguns autores (como Guerreiro *et al.*, 2015; Ivirne, 2008; Mir e Rahaman, 2005; Major e Ribeiro, 2009, p. 49 – 54) consideram o modelo de Dillard *et al.* (2004) como sendo o modelo mais completo para poder explicar as mudanças de estruturar que podem ocorrer para um país ou mesmo uma organização adopta uma determinada prática organizacional. Major e Ribeiro (2009) defendem que o modelo de Dillard *et al.* 2004 veio contribuir tapar algumas lacunas que existiam anteriormente na NIS, sendo capaz de explicar as razões de implementação de uma prática organizacional que envolve uma organização de acordo com a realidade vivida por estas organizações. Algumas das lacunas comportadas pela NIS era a preocupação de poder explicar as pressões do meio envolvente como determinantes de adoção de uma determinada prática organizacional sem, num entanto explicar questões de ordem económica e políticas que podem estar associadas às razões de implementação de uma determinada prática organizacional (*Ibid*). Para Guerreiro *et al* (2015), uma das limitações da teoria institucional era a sua limitação em dar ênfase no nível do campo organizacional para poder explicar o processo de mudança institucional.

1.4 Conceito de Empreendedorismo Institucional

O conceito de empreendedorismo institucional tem a ver com as “*atividades de atores que têm um certo interesse em arranjos institucionais e que mobilizam recursos pra criar novas instituições ou para transformas as já existentes*” (Maguire, Hardy e Lawrence, 2004, p. 657). Segundo Guerreiro *et al.* (2015, p. 384), a combinação do modelo de Dillard com a teoria do empreendedorismo institucional permite obter uma visão mais ampla das ações dos empreendedores institucionais e a agência.

Segundo Graud, Hardy e Maguire (2007, p. 957), o empreendedorismo institucional é um conceito que veio estabelecer uma inter-relação entre a agência, os interesses e os poderes institucionais dentro nas análises das estruturas organizacionais.

Guerreiro *et al.* (2015) consideram que para se poder analisar a melhor forma de atuação dos indivíduos ou entidades como empreendedores institucionais, torna-se necessário recorrer-se a teoria do empreendedorismo institucional pelo fato desta teoria constituir ser capaz de explicar com maior detalhe sobre as mudanças que podem ocorrer em uma estrutura, quando uma organização adota uma nova prática organizacional. Segundo estes autores, a associação do modelo de Dillar *et al.* (2004) com a teoria de empreendedorismos institucional permite obter uma explicação mais detalhada sobre os interesses e a agência, considerando os autores institucionais como agentes de mudança capazes de influenciar as organizações a implementar outras regras, para além daquelas já estabelecidas.

2 SISTEMA FINANCEIRO ANGOLANO

Esta seção está reservada ao enquadramento setorial das instituições financeiras angolanas, bem como as atividades por elas desenvolvidas. Por questões de relevância, mereceu destaque a menção das instituições financeiras bancárias nacionais e internacionais que exercem atividade dentro do território angolano. Segundo Caiado e Caiado (2006, p. 56), “os bancos são as instituições que, de longe, assumem maior projecção no conjunto de instituições de crédito e sociedades financeiras e mesmo no conjunto do setor financeiro”.

2.1 Nota prévia sobre o setor financeiro

O setor financeiro em geral e, o bancário em particular desempenha um importante papel no desenvolvimento económico e social de qualquer país. Segundo Caiado e Caiado (2006, p. 30), “a atividade bancária vem desempenhando, ao longo dos tempos, uma função relevante e até mesmo imprescindível no funcionamento de qualquer economia”. De acordo com Caiado (2015, p. 19), os bancos assumem uma posição dominante dentro do conjunto de instituições financeiras, desempenhando um conjunto de atividades que têm relevância essencial e determinante para o funcionamento da economia de um país. Caiado (2015, p. 26) referiu ainda que nos dias de hoje, o sector financeiro tem sido o principal suporte para a realização de diversos tipos de operações entre os agentes económicos, tudo graças a sua principal função que é a intermediação financeira.

Uma das atividades principais realizadas pelos bancos é a intermediação financeira, canalizando assim as poupanças dos agentes económicos que os têm em excesso e que, portanto, não os utilizam, e concedendo crédito a outros agentes económicos que estão motivados a fazer uma aplicação nas áreas de operações de tesouraria, ou mesmo na área de investimento (Caiado e Caiado, 2006, p. 31). Podemos dizer que as instituições financeiras canalizam as poupanças dos indivíduos ou entidades que os têm em excesso para depois conceder crédito a economia.

De acordo com Caiado e Caiado (2006, p. 56), os bancos são instituições financeiras que têm como função a receção de valores e outros valores reembolsáveis, através de depósitos junto do público, a fim de os poderem aplicar por conta própria através da concessão de crédito. Podemos verificar também que, como qualquer outra organização, as instituições financeiras financiam as suas atividades por intermédios dos seus próprios recursos (capital) e de outrem

(passivos) que podemos considerar como sendo as suas responsabilidades perante terceiros (Alves, 2012, p. 6).

Segundo Caiado e Caiado (2006, p. 49), [...] o sistema financeiro de um país é constituído pelas organizações que têm como objetivos, a intermediação financeira, e outras instituições financeiras, bem como os ativos e os instrumentos financeiros, mercados, investidores finais e entidades reguladoras e supervisoras do mesmo sistema. Um sistema financeiro é no entanto constituído por um banco central, as instituições de crédito e as sociedades financeiras (*Ibidem*).

Importa aqui referirmos que uma supervisão das instituições financeiras são efetuadas por parte do banco central através de dois departamentos principais: o departamento de supervisão prudencial e o departamento de comportamental (Marques, 2010, p. 19). O departamento da supervisão prudencial tem como função principal, a preservação da liquidez e a solvabilidade das instituições, com objetivo fundamental de garantir a estabilidade individual e sistémica, já a supervisão comportamental tem como função garantir uma melhor relação entre as instituições financeiras com os seus clientes (*Ibidem*). De acordo com as informações constantes do *site* do BNA, todo processo de adoção e implementação das Normas Internacionais de Contabilidade e de Relato Financeiro adaptado (CONTIF) está a cargo do departamento de supervisão prudencial.

2.2 Enquadramento do sistema bancário angolano

A semelhança do que se vive em outros países, como por exemplo, o caso de Portugal, onde o Banco de Portugal exerce a função de supervisão sobre as instituições de crédito e outras sociedades financeiras e as instituições de pagamento que exercem atividade em Portugal (artigo 17.º da Lei Orgânica do Banco de Portugal), compete ao BNA, na qualidade da pessoa coletiva de direito público, revestida de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, isto nos termos do artigo 1º da Lei n.º 16/10, de 15 de Julho, a tarefa de assegurar a supervisão de todas as instituições financeiras bancárias e não bancárias, quer seja nacionais ou estrangeiras e que exercem atividade em Angola, isto nos termos da Lei n.º 16/10, de 15 de Julho (Lei orgânica do BNA). Segundo a Lei n.º 16/10, de 15 de Julho, as atividades do BNA assentam-se em dois prismas principais:

- i) Velar pela preservação do valor da moeda nacional; e
- ii) Como o Banco Central, exerce fundamentalmente as seguintes funções:

- a) Agir como único banqueiro do Estado angolano;
- b) Ser consultor do Estados para a tomada de decisões no que diz respeito domínio monetário, financeiro e cambial;
- c) Ajudar na definição e execução da política cambial, bem como o respetivo mercado;
- d) Gestão de disponibilidades externas do país ou as que possam ser cometidas;
- e) Atuar como um intermediário nas relações monetárias internacionais do Estado;
- f) Garantir a estabilidade do sistema financeiro nacional, atuando como financiador de última instância;
- g) Garantir a eficiência nos instrumentos de coordenação, gestão e controlo de sua funções de modo a garantir e assegurar a produção de um bom sistema de informação, compilação e tratamento das estatísticas monetárias, financeiras e demais documentações;
- h) Gestão completa da dívida externa do país

2.2.1 Evolução história

O Banco Nacional de Angola foi criado em 14 de Agosto de 1926, com sede em Lisboa e se dedicava único e exclusivamente a atividade de comércio bancário até ao ano 1957, ano que surgiu o Banco comercial de Angola, de direito estritamente angolano, representando assim um novo marco histórico do país no setor bancário (BNA, 2014, p. 78).

Ate o ano de 1975, o BNA operava no território nacional juntamente com mais cinco banco comerciais, o Banco Comercial de Angola (BCA), o Banco de Crédito Comercial e Industrial (BCCI), o Banco Tota Standard de Angola (BTSA), Banco Pinto & Soto Mayor (BPSM) e o Banco Inter Unido (BIU), assim como quatro instituições de crédito, o Instituto de Crédito de Angola (ICRA), Banco de Fomento Nacional (BFN), Caixa de Crédito Agropecuário (CCAP) e o banco Montepio de Angola (ABANC).

As transformações a nível da política e da economia nos 80 foi determinante para o desenvolvimento económico e financeiro do país, tendo ganhado o nome de processo de tomada da banca e que levou ao confisco do ativo e passivo de Banco de Angola em 1975, gerando assim a criação do Banco Nacional de Angola.

Através da Lei n.º 4/78, de 25 de Fevereiro de 1978, a atividade bancária em angola passou a ser exercida exclusivamente pelos bancos do Estado neste mesmo ano, pelo que a rede de

balcões do BNA estendeu-se por todo território nacional, em parte por causa da facilidade ocasionado pelo encerrando formal os bancos comerciais privados nessa altura (BNA, 2014, p. 78). Com base na Lei n.º 5/91, de 29 de Abril de 1991 iniciou-se um novo um novo programa na implementação do Sistema bancário em dois níveis e foi a partir daí que o BNA começou a exercer a Função de Banco Central, tendo a consagração de autoridade monetária e agente da autoridade cambial, deixando assim outras funções até aí exercia (*Ibib*).

2.2.2 Estrutura do sistema financeiro angolano

Temos verificado cada vez mais um forte crescimento no nosso sistema financeiro, tudo em parte por causa do surgimento de novas instituições de crédito, sendo que, o número de bancos que operam no mercado angolano está aumentando.

Atualmente o sistema financeiro angolano está constituído por dois tipos de instituições: as instituições financeiras bancárias, onde constam todos bancos em geral, e as outras instituições financeiras não bancárias (Lei n.º12/15, de 17 de Junho). Estas instituições são geridas supervisionado por três entidades públicas a saber: o Banco nacional de Angola; a Comissão de Mercado de Capitais (CMC); e a Agencia Angolana de Regulação e Supervisão de seguros (ARSEG). A seguir apresentaremos um quadro onde constam as instituições financeiras bancárias e as instituições financeiras não bancárias e as respetivas entidades que as supervisionam.

Instituições financeiras sob supervisão do BNA:

- Instituições Bancárias;
- Casas de câmbio;
- Sociedades Cooperativas de Crédito;
- Gestão de Gestão Financeira;
- Sociedade de Locação Financeira;
- Sociedades Mediadoras dos Mercados Monetários e de Câmbios;
- Sociedades de Microcrédito;
- Sociedades Prestados de serviços de Pagamento;
- Sociedades Operadoras de Sistemas de Pagamentos, Compensação ou Câmara de Compensação, nos termos da Lei do Sistema de pagamento;
- Outras sociedades que integram no grupo, conforme a qualificação da Lei.

O BNA, na qualidade de banco central e emissor, tem responsabilidades acrescidas na tarefa de definição das políticas monetárias, financeiras e cambial para poder assegurar a preservação do valor da moeda nacional. O BNA também exerce a atividade de intermediação nas relações monetárias internacionais do Estado angolano, gerindo as disponibilidades externas do país (Lei n.º 16/10, de 17 de Julho).

Instituições financeiras sob supervisão da Agência Angolana de Regulação e Supervisão de Seguros:

- Sociedades de seguro e resseguro;
- Fundos de pensões, bem como as sociedades gestoras de fundos de pensões;
- Outras sociedades que integram no grupo, conforme a qualificação da Lei.

Instituições financeiras sob Supervisão da Comissão de Mercado de Capitais (CMC):

- Sociedades corretoras de valores mobiliários;
- Sociedades destruidoras de valores mobiliários;
- Sociedades de investimento;
- Sociedades gestoras de património;
- Outras empresas que integram no grupo, conforme a qualificação da Lei.

2.2.3 Atividade das instituições financeiras bancárias angolanas

Tendo em consideração aos objetivos enunciados para a elaboração do nosso estudo, merecerá destaque um enquadramento das atividades desenvolvidas pelas instituições financeiras bancárias que exercem atividade em Angola. Assim sendo, segundo ao que se encontra consagrado no artigo 6º da Lei n.º 12/15, de 17 de Junho, as instituições financeiras bancárias em Angola podem desenvolver as seguintes operações:

- a) A receção de depósitos e outros valores reembolsáveis junto do público;
- b) Compromissos financeiros, assim como locação financeira e cessão financeira ou *factoring*;
- c) Prestação de serviços de pagamento;
- d) Emissão e gestão de outros meios de pagamento, tais como cheques de suporte de papel, cheques de viagem em suporte de papel, e cartas de crédito;

- e) Realização de serviços e atividades de investimento em valores mobiliários e instrumentos derivados, seguindo os termos utilizados nas sociedades distribuidoras de valores mobiliários;
- f) Atuação dentro do mercado interbancário;
- g) Realização de consultoria em empresas no tocante a matérias de estruturas de capitais, indicando a melhor estratégia a utilizar pelas empresas, fornecendo também serviços de consultoria no domínio da fusão e aquisição de empresas;
- h) Realização de operações sobre metais e pedras preciosas, dentro dos parâmetros estabelecidos pela legislação cambial;
- i) Ser parte integrante no capital social de uma entidade,
- j) Realização de atividade de mediação de seguro;
- k) Prestações de serviços de informações comerciais;
- l) Serviço de aluguer de cofres e guarda de valores;
- m) Serviço de locação de bens móveis, dentro dos parâmetros estabelecidos para as sociedades de locação financeira;
- n) Emissão eletrónica de moeda;
- o) Demais operações aprovadas pela legislação.

2.2.4 Evolução da atividade bancária em Angola

Segundo o relatório anual fornecido pela Associação Angolana de Bancos (ABANC) para o ano de 2009-2013, o sistema bancário angolano estava constituído por um total de vinte e quatro bancos, dentre os quais, quatro bancos são públicos, oito bancos privados cujo controlo acionista era exercido por bancos estrangeiros (com sede em Portugal, África de Sul, Inglaterra e Rússia) e dose faziam parte de bancos privados nacionais de instituições bancárias e contava com nove escritórios de representação de instituições financeiras bancárias com sede no estrangeiro.

O objetivo principal do setor bancário angolano consiste no aumento da taxa de bancarização da população em todo país, sendo que, segundo o relatório da KPMG (2015, p. 9), esta taxa fixou-se em 47%, um crescimento de 17% em contrário ao ano 2013 (rondava nos 30%). Em 2013, o crescimento dos níveis de bancarização foi motivado pelo aumento registado nas

contas *bankita*¹⁵ à ordem, verificando um aumento em cerca de 36,8% entre 2013 e 2014 (*Ibid*).

GRÁFICO 1 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE BALCÕES EM ANGOLA



Fonte: KPMG (2015, p. 3).

O desenvolvimento do setor bancário angolano tem contado com uma grande participação do BNA que, dentro dos poderes instituídos através da Lei n.º 12/15, de 17 de Junho, definindo por um lado, a política monetária e cambial que essas instituições devem adotar, e, por outro, garantindo a supervisão dessas instituições para o seu correto funcionamento.

Para poder atingir a excelência em todos objetivos preconizados para o setor bancário angolana, o BNA, na qualidade de entidade de supervisão propôs uma série de desafios pelos quais os bancos vão ter que ultrapassar (KPGM, p 8):

- a) Busca da supervisão com excelência;
- b) Dar devida importância na gestão dos riscos de mercado;
- c) Consolidar os movimentos do setor;
- d) Restruturação de empresas como forma de recuperação;
- e) Gestão de operações cambiais;
- f) Investimento na banca digital, de modo a não perder a competitividade;
- g) Procurar otimizar a experiência que tem com o cliente;
- h) Optar em outra forma de reconhecimento de uma imparidade;

¹⁵ Bankita: é um programa que instituído pelo BNA e que tinha como principal objetivo a captação das poupanças nos agentes económicos e está formado em dois produtos (nomeadamente *Depósitos Bankita* e *Poupança Banquita a Crescer*) cuja função consiste na satisfação das necessidades das populações de baixa renda, dispondo para isso de condições de adesão mínimas, permitindo um maior acesso aos serviços bancários para as populações (ABANC, 2012, p. 23).

- i) Capitalizar os ativos informacionais;
- j) Proteger a informação dos ativos;
- k) Proceder a adoção plena das IFRS e prever o seu impacto para a fiscalidade; e
- l) Estabelecer procedimentos necessários para transferência para o exterior

2.2.5 Bancos que operam em Angola

O ano de 2015 foi um ano importante para o mercado de capital angolano marcado pelo registo de quase todas instituições financeiras bancárias na Bolsa de Dívida e Valores de Angola (BODIVA). Este fenómeno poderá levar a uma evolução das atividades de gestão de ativos e de corretagem, garantido desta forma o desenvolvimento do papel das instituições bancárias nacionais, como os elementos principais de intermediação financeira (Deloitte, 2015, p. 79). Segundo a última listagem apresentada pelo BNA em 16 de Setembro do ano corrente, Angola conta com um total de 30 instituições bancárias, onde 28 instituições estão no ativo (conforme no quadro em **Anexo 1**).

2.3 Contributo do setor bancário no desenvolvimento de Angola

O setor financeiro é um dos principais setores que promovem o desenvolvimento económico e social de um determinado país, conforme iremos mais adiante. Dentre as várias instituições que compõem o setor financeiro, os bancos ocupam posição de destaque, desempenhando um conjunto de funções que é essencial e determinante para o funcionamento harmonioso da economia de um país (Caiado, 2015, p. 19).

A atividade financeira encontra-se hoje em dia envolvida num ambiente de desregulamentação e diversificação na prestação de serviços financeiros, sobretudo, no que se vive ao nível da banca. Segundo Caiado (2015) a explicação para esse fenómeno está, diretamente relacionado com os grandes avanços proporcionados pela tecnologia de informação e de comunicação, onde os agentes económicos já dispõem de uma vasta gama de serviços como o *Home Banking*, a *internet*, o *banco telefónico*, e outros meios que, certamente, num prazo de tempo relativamente curto permite o desenvolvimento de operações bancárias e financeiras.

Em Angola, o ano de 2014 foi um ano marcado pela recessão da economia, ocasionada principalmente pela queda do preço de petróleo a nível internacional, motivando assim o Executivo Angolano a empreender esforços com vista a diversificação da economia. Nos

últimos anos o crescimento do sistema financeiro, principalmente no setor bancário angolano tem marcado pela diversificação de serviços bancários e pelo surgimento de novas instituições ligadas atividade da banca, apesar do número de bancos existentes em 2014 manter-se inalterados face ao ano transato, particularizando a mudança de denominação do Banco Espírito Santo que passou a chamar-se Banco Económico (KPMG, 2015). Apesar dessa dificuldade, a taxa de *bancarização* da população angolana continua a ser uma prioridade para o setor bancário (*Ibid*).

3 Ambiente institucional da contabilidade internacional

Nesta seção iremos fazer uma resenha sobre o sistema contabilístico no âmbito geral, onde enfatizar as normas IAS / IFRS, pelo fato de estas normas serem considerados atualmente como um padrão de referência a nível internacional para registo e divulgação de relato financeiro das atividades das empresas, organizações / Instituições. Em sequência, faremos uma breve abordagem sobre o atual ambiente institucional da dessas normas de contabilidade a nível internacional, e, em particular, faremos uma caracterização do ambiente contabilístico vivido em Angola.

3.1 Sistema de contabilidade

3.1.1 Conceito

A contabilidade é vista como uma técnica de registo e divulgação dos fatos patrimoniais que diariamente constituem a vida das organizações, satisfazendo assim a necessidade de avaliação das atividades realizadas por tais organizações (Lejeune, 1992, p. 11).

Borges *et al.*, (2010, p. 31) consideraram a contabilidade como uma linguagem composta por sua própria simbologia estruturada por um conjunto de regras e procedimentos para poder servir a realidade económica. Segundo esses autores, a contabilidade é “*a linguagem dos negócios*”.

Caiado (2015, p. 178) definiu a contabilidade como sendo uma técnica de registo e divulgação de fatos patrimoniais extra patrimoniais das organizações, quer sejam pequenas, médias ou de maior dimensão, podendo também ser uma instituição pública ou uma empresa privada, como um banco, uma universidade, uma organização desportiva, uma câmara municipal ou mesmo uma unidade hoteleira.

Hoje em dia, a contabilidade constitui uma técnica indispensável para a vida das empresas, pelo fato de ser considerado uma ponte de ligação entre as fontes informações, a organização e os próprios utilizadores dessas mesmas organizações (Borges *et al.*, (2010, p. 31). A contabilidade é útil nesse sentido, pela razão de ser “[...] *um sistema de informação mais capaz de medir e reportar a realidade económico-financeira-patrimonial das empresas, das organizações*”. Assim a contabilidade desempenha um importante papel, podendo ser

determinante na avaliação da atividade das organizações ou instituições, independentemente do seu setor de atividade (Caiado, 2015, p. 178).

3.1.2 Origem e desenvolvimento das Normas Internacionais de Relato Financeiro

O fenómeno da globalização dos mercados e consequente internacionalização dos negócios a nível internacional, o desenvolvimento verificado nos meios tecnológicos, levaram aos investidores a movimentarem enormes quantidades de capitais, sendo o mercado mobiliário o foco principal, houve a então necessidade de se estender a normalização dos sistemas contabilísticos das organizações económicas sediadas em qualquer parte do mundo (Caiado, 2015, p. 188).

De acordo com Lopes (2013, p. 31), *“a globalização das economias em gerais, e dos mercados de capital em particular, estão entre as várias razões que determinam esta convergência ao nível da harmonização¹⁶ contabilística”*. De acordo com (Rodrigues e Pereira 2014, p. 131; Guerreiro, 2006, p. 9), a necessidade de comparabilidade de DF a nível internacional, bem como a necessidade de harmonização das normas¹⁷ de contabilidade é fruto da internacionalização e da globalização das economias, da crescente interdependência entre os agentes económicos em todo mundo e da existência dos mercados financeiros.

Rocha (2004, p. 95) apontou *a produção em série, o desenvolvimento das relações internacionais, o surgimento das multinacionais e a própria globalização* como sendo as principais causas de normalização contabilística a nível internacional. Foi nessa ordem de ideias que surgiu uma reunião em Junho de 1973, onde fizeram parte as entidades de supervisão de contabilidade de dez países: Alemanha, Austrália, Canadá, Estados Unidos da América do Norte, França, Holanda, Irlanda, Japão, México e Reino Unido. Esta reunião resultou a formação de um acordo para a constituição de International Standards Committee (IASC) que tinha como objetivos principais a formulação e a publicação de um novo padrão de normas de contabilidade e que pudesse ser utilizada a nível internacional, sendo que, o objetivo geral do IASC consistia em melhorar e harmonizar a forma de preparação das DF das Organizações dos diversos países. Nessa altura, os normativos contabilísticos publicados pelo

¹⁶ Segundo Hulle (1997, p. 146), a harmonização contabilística é um processo que tem por objetivo a uniformização das regras de contabilidade entre instituições ou organizações de outros países com a intenção de obter uma equivalência e comparabilidade em tais páticas.

¹⁷ Segundo Rocha (2004, p. 95), uma norma é uma diretriz que tem como objetivo, apontar os procedimentos a serem adotados para a realização de uma determinada atividade. As normas contabilísticas utilizadas para a elaboração de uma boa contabilidade são as normas técnicas e as éticas (Ibid).

IASC publicava era o International Accounting Standards (IAS) (Caiado, 2015, p. 188-189; Ball, 2006, p. 6).

O objetivo da iniciativa do IASB, (anterior IASC) consistia em poder elaborar um conjunto coerente de normas para procedimentos contabilísticas que fornecessem aos decisores tanto nacionais como internacionais um conjunto de informações financeiras relativamente homogêneas, fiáveis e comparáveis a nível internacional (Zeghal e Mhedhbi, 2006, p. 374).

A iniciativa de IASC ganhou importância partir do momento em que o International Organization of Securities Commissions (IOSCO) tomou a decisão de endossar as IAS para fins de registo de ações nas principais bolsas de valores do mundo (Hulle, 1997, p. 147).

Em 1 de Abril de 2001, o IASC mudou a sua denominação e passou a chamar-se *International Accounting Standards Committee Foundation* (IASCF), constituindo assim os seguintes órgão (Caiado 2015, p. 189):

- ✓ O IASB: é a instituição que tem como função principal a emissão e a aprovação das *International Financial Report Standards*¹⁸ (IFRS), anteriormente designado por *International Accounting Standards* (IAS). Este organismo é também responsável pela publicação das *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), anteriormente designado por *Standards Interpretation Committee* (SIC);
- ✓ IFRIC – tem como função a interpretação das normas internacionais de contabilidade, garantindo assim a sua correta aplicação e de propor a divulgação de interpretações feitas pelo IASB, garantindo assim a harmonização contabilística internacional; e
- ✓ *Standards Advisory Council* (SAC) – é o organismo que tem como função principal a identificação das necessidades e a definição de prioridades a serem implementadas no domínio da normalização contabilística em todos países.

Sendo a contabilidade uma técnica ou mesmo um sistema que tem por objetivo a recolha, processamento e divulgação das informações financeiras sobre o negócio das organizações, sejam elas nacionais ou estrangeiras, a contabilidade deve ser constituído por um conjunto de normas que sejam do conhecimento geral por parte de todos, desde os profissionais que estão envolvidos na preparação das informações financeiras, assim como pessoas ou as entidades

¹⁸ O termo *Normas Internacionais de Relato Financeiro* está sendo utilizando atualmente pelos profissionais de contabilidade e académicos para se referir as próprias IFRS, as interpretações do IFRIC, as IAS e as Interpretações das SIC (IASB, 2004). De acordo com Antão, Tavares, Marques e Alves (2015, p. 20), as IFRS compreendem as Normas de Relato Financeiro, as próprias Normas Internacionais de Contabilidade e as Interpretações desenvolvidas pelo (IFRIC), anterior SIC são considerados como normas de referência para a preparação e divulgação de Relato Financeiro.

que vão utilizar essa mesma informação (Lourenço e Moraes, 2015, p. 19). As IFRS são consideradas como sendo um *output* de um organismo independente do setor privado (que neste caso é o IASB) e que surgiu como consequência de respostas às demandas que se verificava nos mercados de capitais [...] (Whittington, 2005, p. 128).

Gonçalves (2013, p. 7), referiu que

“no atual mundo globalizado, face à relevância das demonstrações financeiras no mercado de capitais e na atividade empresarial, a adoção das International Financial Reporting Standard (IFRS) constituem uma vantagem competitiva para as empresas e, simultaneamente, um desafio para os executivos tendo em conta a crescente complexidade e exigências das suas atuais responsabilidades”

As IFRS têm como principais objetivos, os seguintes:

- ✓ Contribuir para o aumento da comparabilidade e da transparência das DF a nível internacional;
- ✓ Oferecer uma informação que tem uma base comum, contribuindo dessa forma para o melhor funcionamento do mercado de capitais; e
- ✓ Garantir a proteção dos investidores com objetivos de poder melhorar e confiança nos mercados financeiros. (Borges *et al.*, 2007, p. 18).

Segundo Cooper, Neu & Lehman, (2003, p. 360), o fenómeno da globalização dos mercados, da internacionalização das empresas contribuiu em grande medida para este grande processo de homogeneização e normalização das práticas contabilísticas a nível internacional. De acordo com Arnold (2009), contabilidade internacional está composto por um conjunto estruturado de normas e regras homogêneas para a preparação e divulgação das DF das empresas. A tarefa principal da contabilidade internacional é de contribuir para a promoção da transparência do mercado financeiro internacional (*Ibid*, p. 62).

Caiado (2015, p. 189) referiu as IAS/IFRS estão cada vez mais ser aplicado já na maioria dos países e, em particular, em empresas do setor bancário. Ball (2006) referiu que as Normas internacionais de Relato Financeiro podem trazer alguns benefícios as empresas, como sendo:

- a) Conferir legitimidade as DF apresentadas pelas empresas;
- b) Conferir maior qualidade e segurança nas informações financeiras apresentadas pelas empresas;
- c) Dar rigidez ao controlo contabilístico;
- d) Melhorar a informação produzida pelas empresas;

- e) Melhorar a comparabilidade, bem como a compreensão das DF, independentemente do local da sua preparação; e
- f) Reduzir os custos de contexto, ou seja, reduzir significativamente as diferenças que possam existir nas normas de contabilidade dos diversos países.

3.1.2.1 Papel do IASB no Processo de Harmonização Contabilística

O IASB (anterior IASC) é uma Organização fundada em 1973 com propósito único de formular e Publicar as normas para a preparação e divulgação das DF individuais e consolidadas, promovendo a aceitação dessas mesmas normas a nível internacional de modo a atingir a harmonização internacional em termos de práticas contabilísticas (Moraes e Lourenço, 2005, p. 35). No momento da constituição do IASB, este organismo contava apenas com associações de profissionais de dez países, que são considerados como os países membros fundadores do IASB (Moraes e Lourenço, 2005, p. 35).

Atualmente, os objetivos do IASB¹⁹ são:

- a) *‘Desenvolver para o interesse público, um conjunto único de normas contabilísticas de alta qualidade, compreensíveis, exequíveis, e globalmente aceites baseadas em princípios claramente articulados. Estas normas devem requerer informações de alta qualidade, que sejam transparentes e comparáveis em demonstrações financeiras e outros relatórios financeiros para ajudar os investidores, outros participantes nos vários mercados de capitais do mundo e outros usuários de demonstrações financeiras a tomarem decisões económicas’,*
- b) *‘Promover o uso e aplicação rigorosa dessas normas’;*
- c) *‘Produzir normas de contabilidades associados as necessidades de cada entidade, tendo em consideração a sua dimensão e setor de atividade; e*
- d) *‘Promover e facilitar a promoção de IFRS, sendo as normas e interpretações emitidas pelo IASB, por meio de convergência de normas contabilísticas nacionais e IFRS’*

¹⁹ **Fonte:** site das IFRS Foundation (2015, A12).

3.1.2.2 Papel da União Europeia no Processo de Harmonização Contabilística

A UE foi constituída em 1958, contando com participação de apenas um número limitado de países: Bélgica, Alemanha, França, Itália, Luxemburgo e os Países Baixos, cujo objetivo principal era aumentar a cooperação económica entre esses países. Segundo a redação do artigo G do Tratado da União Europeia citado por Sande (1994, p. 13), estes Estados tinham como objetivos, os seguintes:

- a) Estabelecer os fundamentos com objetivo de estreitar cada vez mais as relações em os povos europeus;
- b) Estabelecer um consenso entre os Estados para o progresso económico e social desses países, eliminando para isso as barreiras que dividem a Europa;
- c) Primar pela melhoria de condições de vida e de trabalho dos seus povos, sendo este o sendo objetivo principal;
- d) Eliminar as barreiras que existiam entre os Estados, estabelecendo assim um mercado livre entre os países membros de modo a garantir a estabilidade da expansão económica, o equilíbrio nas trocas comerciais e a lealdade na concorrência entre empresas dos Estados Membros (EM);
- e) Reduzir as desigualdades e o atraso das regiões menos desfavorecidas;
- f) Estabelecer uma política comercial comum para a diminuição das restrições ao comércio internacional.

De acordo com (Morais e Lourenço, 2005, p. 30; Rodrigues e Pereira, 2004, p. 164), o objetivo principal da UE consistia na promoção de um Mercado Único, convergindo as Leis dos diferentes EM através da elaboração, aprovação e implementação de Diretivas Comunitárias com a intenção de impor aos EM a adoção de uma determinada prática, de modo a poder convergi-los no seio da UE. É assim que a UE decidiu harmonizar as legislações dos diversos países do EM através das diretivas comunitárias (Tavares *et al.*, 2015, p. 12).

De acordo com Whittington (2005, p. 129), para a EU poder alcançar um mercado único dentro do espaço Económico e na própria Comunidade Europeia, houve uma necessidade óbvia por parte da UE em criar um conjunto compartilhado de normas contabilísticas para poder fornecer informações nos mercados de capitais. É nessa ordem de ideia que, em matéria de contabilidade, a UE desde o ano de 1970 vem aprovando através das Diretivas Comunitárias vem impondo aos EM no sentido de poderem aderir a adoção de uma determinada prática contabilística.

A UE desempenhava um papel de um observador dentro da estrutura do IASB (antigo IASC), sendo que, a sua preferência pelas normas do IASC foi determinante nas negociações IASB com o IOSCO, no sentido de poder facilitar assim o registo de ações nas principais bolsas de valores do mundo (Hulle, 1997, p. 147). De acordo com Rodrigues e Pereira (2004, p. 174) o acordo entre o IASB e o IOSCO em 1995 é considerado uma data importante na história da contabilidade da UE, pelo fato de ser determinante para alteração definitiva da política de harmonização das práticas contabilísticas. É nesse sentido que a UE anunciou em 2000 a sua intenção de poder exigir a todas as empresas listadas em bolsas de valores da UE a obrigação de apresentar as suas DF de acordo com as IFRS a partir de Janeiro de 2005 de modo a poder desenvolver uma harmonia dentro do seu Plano de Ação de Serviços Financeiros entre empresas os EM (Whittington, 2005, p. 127). Sendo assim, a UE aprovou no ano 2002, em 17 de Julho, o Regulamento CE n.º 1606/2002 para poder impor a essas empresas a obrigação de poder utilizar a IFRS para o tratamento e divulgação das suas informações financeiras.

Segundo Morais e Lourenço (2005, p. 34), o regulamento CE n.º 1606/2002, de 19 de Julho, do Parlamento Europeu e do Conselho tinha como objetivo, contribuir para a melhoria do funcionamento dos mercados de capitais através de uma boa relação custo-benefício, onde as sociedades que tinham os títulos negociados em bolsa pudessem aplicar apenas um único conjunto de regras de procedimentos contabilísticos reconhecido a nível internacional como sendo de elevada qualidade, para efeitos de elaboração das suas respectivas contas consolidadas. Lopes (2013, p. 21) referiu que o papel desempenhado pela UE através da publicação do Regulamento CE n.º 1606/2002, de 19 de Julho, do Parlamento Europeu foi determinante para o desenvolvimento do processo de institucionalização / implementação das IFRS a nível internacional. Borges *et al.*, (2007, p. 16) consideraram o ano de 2005, como sendo uma data importante na história da contabilidade, marcada pela adoção das IFRS em diversos países. Segundo Baker e Bargu (2007, p. 273), este marco histórico na história da contabilidade internacional representou e até agora representa nos académicos e nos profissionais ligados a área contabilidade muitas oportunidades de contabilização e tendências investigação em matérias de harmonização internacional de contabilidade. De acordo Guggiola (2010, p. 100) “*o ponto de viragem no processo de difusão mundial de IFRS foi a aprovação, em 2002, de Regulamento CE n.º 1606, que obriga todas a empresas listadas a usá-los para a sua demonstração financeira consolidada a partir de 2005*”.

As IFRS são consideradas como sendo um *output* de um organismo independente do setor privado (IASB) e que surgiu como consequência de respostas às demandas que se verificava nos mercados de capitais e não como iniciativas de políticas de estados individuais (Whittington, p. 128). A decisão de UE em adotar as IFRS para a apresentação das Demonstrações Financeiras Consolidadas das empresas com valor mobiliados admitido a cotação foi determinante para a expansão de IFRS (Guiola, 2010). Esta imposição por parte da UE constituiu uma força impulsionadora para a difusão das IFRS a nível internacional, sendo que, foi a partir daí que muitos países começaram a estabelecer planos para a convergência de suas práticas de contabilidade com as normais IFRS (Ball, 2006, p. 9).

Dentro das Diretivas Comunitárias produzidas pela UE, a harmonização das IAS / IFRS tem sido matéria de destaque pelo fato de desempenhar um grande papel em matéria de Relato Financeiro a ser divulgado pelas entidades com o intuito único de harmonizar as práticas contabilísticas em todos países do EM (Tavares, 2015, p. 12).

4 Ambiente institucional da contabilidade angolana

4.1.1 Evolução da normalização contabilística angolana

Duma forma geral, podemos dizer que a regulamentação / normalização do sistema contabilístico angolano conheceu duas grandes fases de desenvolvimento, marcado por um lado, pela evolução da normalização contabilístico enquanto província de Portugal²⁰, e por outro, a evolução das normas contabilísticas, como país independente.

a) A Normalização contabilística angolana, enquanto colónia de Portugal

Esta primeira fase teve origem com a criação da Direção dos Serviços da Fazenda Nacional que assegurou o funcionamento da contabilidade e tributação até Março de 1976 (Galiatu e Soares, 2012, p. 8). Até ao ano 1976, os princípios contabilísticos utilizados em Angola era o que vigorava em Portugal, pelo fato de Angola apresentar-se como uma colónia portuguesa até a altura.

No ano 1972 criou-se a Associação Angolana dos Técnicos de Contas por intermédio da realização de uma assembleia de profissionais de contabilidade onde foram discutidos e criados estatutos que foram entregues ao Governador-Geral de Angola (Magro, 2010, p. 52).

b) A normalização contabilística angolana no período pós-colonial

Esta fase de evolução da normalização do sistema contabilístico angolano deu-se início no período pós independência, mais concretamente em 1976, conforme referido anteriormente. Este foi marcado com a criação do Ministério das Finanças que efetuou uma reforma tributária com maior ênfase no Código sobre o Imposto Industrial através da aprovação de decretos e decretos-Leis [...], publicando um novo plano de contas através do decreto nº49381 que vigorou até 1977 (Galiatu e Soares, 2015, p.8)

Em 1978, o Ministério do Comércio Interno através do decreto 250/79 de 19 de outubro do Conselho de Ministros, aprovou o Plano Contas Nacionais que vigorou no sistema político

²⁰A contabilidade de Angola enquanto província de Portugal teve os impactos ocorridos da normalização contabilística do país colonizador partir de 1901, ano que foi criada em Angola a Direção dos Serviços da Fazenda Nacional (Magro, 2010, p. 54).

socialista (Caliatu e Soares, 2015, p.8). O objetivo da criação deste plano de contas era a uniformização do controlo económico das Unidades Económicas Estatais Angola (Valor Acrescentado, 2010, p.52).

Através do Decreto nº 82/01 de 16 de Novembro foi aprovado o Plano Geral de Contabilidade de Angola, ainda em vigor.

Em 1995, uma delegação do Banco Mundial (BM) foi para Angola com o objetivo de fazer um levantamento sobre a panorâmica contabilística, como resultado, a Associação de Profissionais ganhou espaço e passou a denominar-se como a Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola (OCPCA) (Magro, 2010, p. 53). Em 1997, o Ministério das Finanças em conjunto com o Ministério da Justiça e do Planeamento, o Banco Nacional de Angola (BNA) elaboram um plano para implementação do Mercado de Capitais e da Bolsa de Valores de Angola, sendo que, no ano seguinte foi criada um núcleo da comissão de Mercado de Capitais e da Bolsa de Valores de Angola.

Em 2007, o BNA levou a cabo um processo com objetivo de criar de um novo normativo contabilístico para as instituições sob sua tutela, aprovando através do Instrutivo nº 9/07 de 19 de Setembro, o CONTIF que entrou em funcionamento em 2010. Este plano de contabilidade está de acordo com as regras e práticas utilizadas internacionalmente, nomeadamente as IFRS. Setembro de 2014 é considerado como uma data importante na história da harmonização contabilística em Angola, particularmente na banca angolana, marcada pela publicação no sítio da *IFRS Foundation* o Perfil de adoção das IFRS em Angola. Este processo foi marcado pelo reconhecimento internacional da adoção plena das IFRS. Com a adoção plena das IFRS pelas empresas do setor financeiro, Angola passará a fazer parte integrante do grupo de países que exigem ou permitem a aplicação das IFRS (BNA, 26 de Junho de 2015, p. 3).

4.1.2 Comissão de Normalização Contabilística em Angola

Para que uma prática de contabilidade em Angola evolua, torna-se necessário haver um esforço e engajado por parte dos órgãos competentes no nosso país no sentido de implementar novas regras e práticas tidas como legítimas. Neste sentido, Magro (2010, p. 73) refere que temos de observar e estudar os que se está a fazer a nível das IFRS, podendo ser esta a, forma lenta e gradual de incorporação das IFRS no nosso Plano de Contas (Magro, 2010, p. 73, apud Gouveia Neto). Angola é parte integrante da Comunidade para o Desenvolvimento da África

Austral (SADC), onde países como a África do Sul, Namíbia, Zimbabwe, Zâmbia já adotaram a IFRS como modelo de preparação e apresentação de suas demonstrações financeiras.

Pese embora ainda não constituída em Angola, a Comissão de Normalização Contabilística, à luz do que verifica-se em outros países, deve ser constituída da seguinte forma (Magro, 2010, p.73):

- ✚ Governo;
- ✚ Ordem de Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola (OCPCA);
- ✚ Comissão de Mercado de Capitais (CMC);
- ✚ Bolsa de Valores e Derivados de Angola (BODIVA);
- ✚ Docentes de Contabilidade em Angola;
- ✚ Investigadores de reconhecida qualidade

Diferente do que se verifica em outros países, o Ministério das Finanças (como órgão em representação do Governo angolano), como a única Instituição responsável pela implementação das normas de contabilidade²¹ para as Sociedades Comerciais e Empresas Pública, tornando-se necessário que, «em nossa humilde opinião» este órgão possa unir forças com outras Entidades, conforme enunciada acima, para que este processo de difusão das normas contabilísticas passa a ganhar um carácter mais dinâmico.

4.1.3 Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola

Segundo uma entrevista prestada pelo Júlio Sampaio²² a revista da OCPCA em Novembro de 2014, o projeto da constituição começou a constituir-se de 1995 e tinha como objetivo a criação de uma associação de contabilistas e auditores. Mas isso só foi possível efetivar-se passado 6 anos, quando a associação recebeu uma carta do BM através da pessoa do senhor Uche Mbanefo como auditor da Coopres & Lybrand, a instituição que nessa altura era responsável por fazer um levantamento sobre a situação da contabilidade e auditoria Angola e que foi determinante no desenvolvimento de um memorando sobre o assunto que foi do interesse do BM, resultando daí a ideia de se criar não apenas uma associação de profissionais, mas sim uma Ordem que integrasse as profissões de contabilidade e auditoria.

²¹ Segundo o decreto nº 82/01 de 16 de Novembro, as normas do PGCA são de carácter obrigatórias para todas sociedades comerciais e empresas públicas que exerçam atividade em Angola, ou que, exercendo atividades noutros países têm a respetiva sede ou domicílio no território nacional. As entidades que exerçam atividades a título individual, bem como as empresas do setor bancário ficam dispensadas de uso do PGCA.

²² O Júlio Sampaio é o atual presidente da Comissão Instaladora da OCPCA.

Foi quando se aprovou em 2010 o estatuto da OCPCA. A OCPCA foi criada através do Decreto Presidencial n.º 232/10 de 11 de Outubro, que criou a OCPCA. De acordo com o artigo n.º 1 do Decreto Presidencial n.º 232/10, de 11 de Outubro,

“a Ordem do Contabilistas e Peritos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola, é uma pessoa coletiva do direito público, no âmbito nacional, dotada de personalidade jurídica, e autonomia administrativa, financeira e patrimonial, à qual compete representar e defender os interesses profissionais dos seus membros e a dignidade e prestígio da função, bem como superintender em todos os aspetos relacionados com o exercício da profissão”.

4.1.4 Mercado de Capitais e a Bolsa de Dívida e Valores de Angola

No mercado de capitais encontramos a Comissão de Mercado de Capitais (CMC) e a Bolsa de Dívidas e Valores de Angola (BODIVA). A CMC foi aprovado em 6 de Junho de 2013 através do Decreto Presidencial n.º 54/13. A CMC tem como objetivos regular, supervisionar, fiscalizar e promover o mercado de valores mobiliários, bem como as atividades desenvolvidas por todas instituições que fazem parte da Bolsa de Valores de Angola, dentro das competências que lhe é conferida pelo Decreto Presidencial que criou o Estatuto de CMC.

A BODIVA foi criado através do Decreto Presidencial n.º 97/14, de 7 de Maio cuja principal função consiste em assegurar a eficiência, a transparência e a segurança nas transações dentro na bolsa de valores de Angola, sendo considerado como o mercado de balcão organizado e especialmente de dívidas públicas para poder estimular assim a participação dos pequenos grupos de empresários, bem como a concorrência entre todos operadores que poderão constar na bolsa. Ultimamente a BODIVA vem assinando acordos com as instituições financeiras bancárias no sentido de poder torna-los como agentes de intermediação no mercado mobiliário para poderem atuar como Membros de Negociações e Liquidações no mercado de valores mobiliários, de modo a permitir-lhes a transacionar as obrigações (títulos representativos de dívidas) e as ações (propriedades) dentro da BODIVA (CMC, 2016).

A BODIVA começou a funcionar precisamente este ano, sendo considerado como “ uma sociedade anónima de capitais integralmente públicos, que tem a seu cargo a gestão dos mercados regulamentados de valores mobiliários. Nos primeiros nove meses deste ano, o segmento de registo de Títulos do tesouro registou um volume de transações de 239, 35 mil milhões de Kuanzas (cerca de 1,45 mil milhões de dólares norte-americanos) (CMC, 2016.

4.1.5 O Plano Geral de Contabilidade Angolano (PGCA)

Já referimos que o PGCA foi criado em 2001, por intermédio do Decreto nº82/01 de 16 de Novembro. Esta norma de contabilidade que vigora em Angola há mais de uma década, sendo por isso objeto de atenção e investigação por parte dos académicos angolanos (ver por exemplo: Cruz, 2011; Santos, 2014; Fernandes, 2011; António, 2014; Landu, 2014; Felix, 2014; Caliatu, 2012; Françony, 2015) com objetivo de fazer comparação com sistemas de contabilidade de outros países²³ que inovaram as suas práticas de contabilidade, adotando para o efeito as IFRS que são consideradas como o modelo de normas da contabilidade e de relato das DF a nível internacional.

A contabilidade constitui um sistema integrado de informação que é fundamental para a vida das entidades ou organizações (Magro, 2010, p. 40). É oficialmente considerada como a linguagem oficial dos negócios e de outras atividades económicas internacionais, sofrendo por isso a influência da globalização na qual ela participa ativamente (Franco, 1999, p. 17). Esta constitui a razão fundamental para a necessidade de harmonização das práticas contabilísticas a nível internacional. Foi com base nesse sentido que o BNA criou um novo plano de contas no sentido de poder ajustar as suas práticas de contabilidade aos padrões exigidos internacionalmente (Magro, 2010, p. 40).

Tendo em consideração ao tempo de vigência do PGCA, apela-se para a necessidade das instituições angolanas com responsabilidades política e organizativa na institucionalização das práticas de contabilidade em Angola no sentido de poder seguir a iniciativa do BNA, visto que o PGCA ou mesmo a própria Contabilidade Pública angolana não estão alinhadas com as práticas de contabilidade aplicadas internacionalmente, nomeadamente as IFRS (Magro, 2010, p. 40). Magro e Magro (2008, p. 48) definem o plano de conta como sendo “*um conjunto de normas e procedimentos contabilísticos, destinados a servir de guia e modelos para os trabalhos de registos e demonstrações de factos patrimoniais, constituídos por: Princípios e políticas contabilísticas, Elenco de contas, Reconhecimento das massas patrimoniais e valorimetria, Notas*”.

Referimos mais acima sobre o período de vigência do PGCA, ou seja, já se passaram quinze anos desde a sua implementação, pelo que este plano já se encontra desajustado face as nossas novas exigências em termos de práticas contabilísticas, sendo certo que “*em nossa humilde opinião*”, seria melhor que as instituições a quem compete o direito de institucionalizar ou

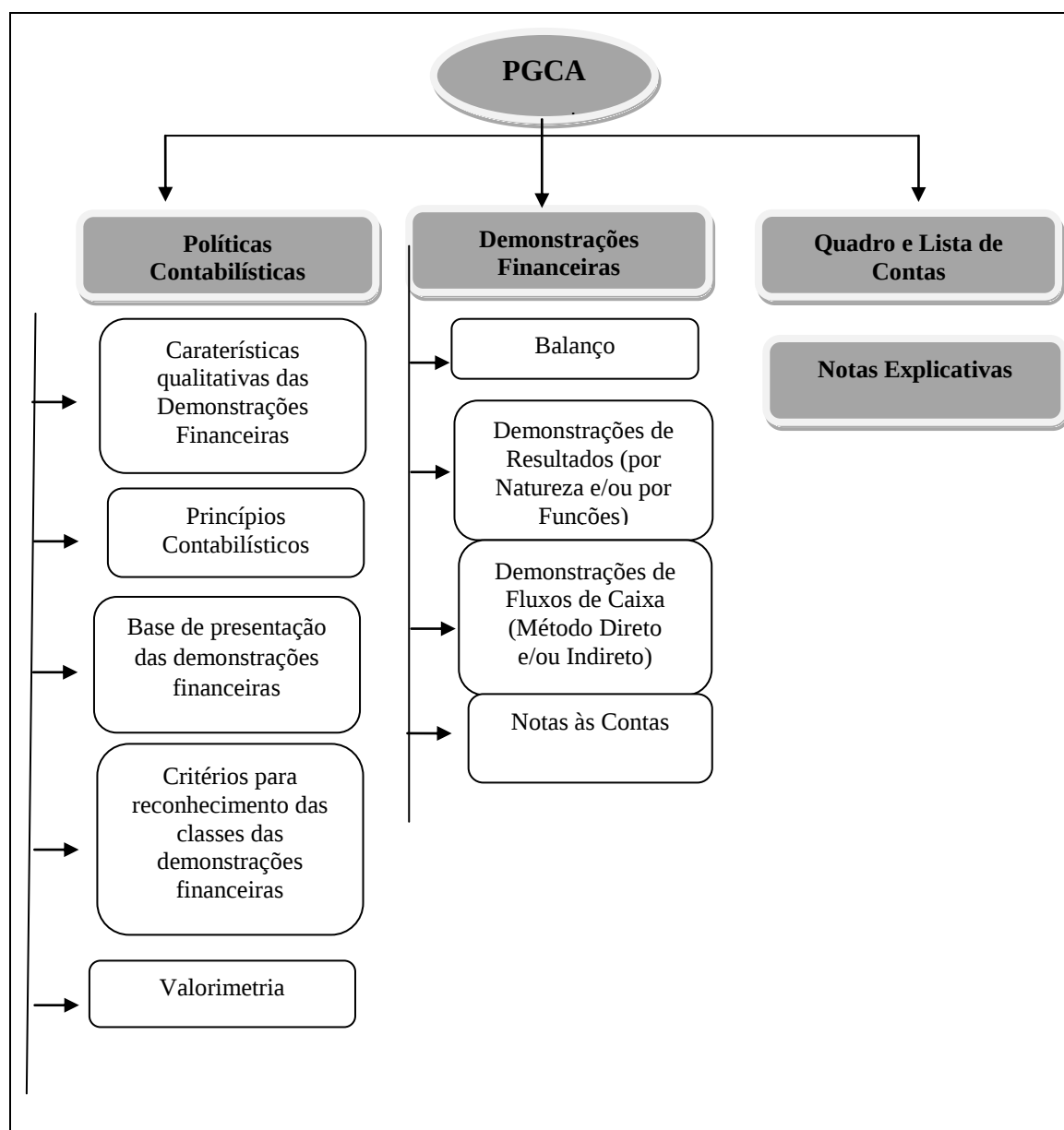
²³ Com base em nossas investigações, os países identificados foram: Brasil e Portugal.

implementar novas regras e práticas de contabilidade pudessem reter ao que está escrito no ponto 1 “Justificação do PGCA” do Decreto n.º 82/01 de 16 de Novembro de refere muito bem que,

“À medida que a implementação destas alterações se torne efetiva e com vista a flexibilizar a sua atualização em função das alterações que vierem a ser introduzidas nas normas internacionais haverá, então, conveniência de substituir o caráter legal atual por práticas geralmente aceites o que se prevê venha acontecer de forma progressiva”.

Almeida *et al.* (2014, p. 43) apresentou uma estrutura esquemática sobre a composição do PGCA contendo os seguintes elementos: Demonstrações Financeiras; Políticas Contabilísticas; Quadro de Lista de Contas; e Notas Explicativas.

FIGURA 6 – ESTRUTURA DO PGCA



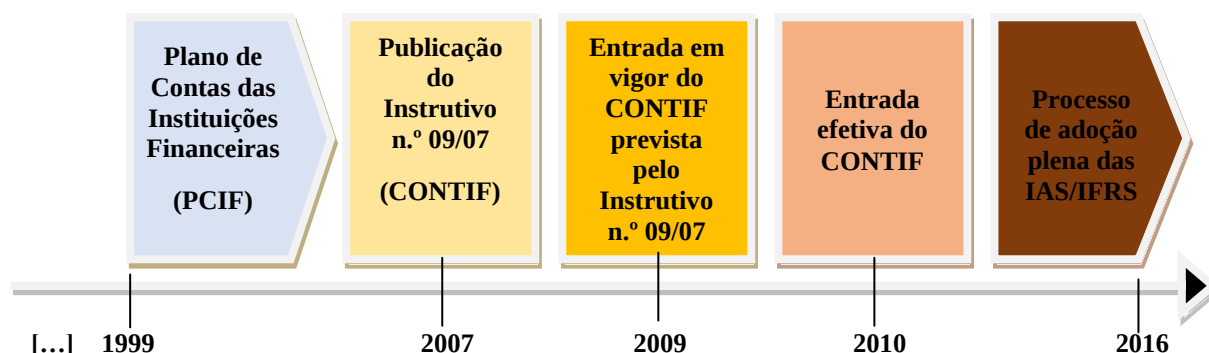
Fonte: Almeida *et al.*, (2014, p. 43)

4.1.6 Evolução do regulamento contabilístico das instituições financeiras angolanas.

Conforme pode-se verificar, o BNA, na qualidade de ser a entidade a quem cabe a supervisão de todas empresas financeiras bancárias e não bancárias que exercem atividade em Angola, tem assumido o papel de empreendedor institucional para implementação de determinadas práticas a serem adotadas por estas organizações financeiras, estando entre estas práticas, a promoção de alteração dos normativos contabilísticos.

A seguir, apresentaremos a estrutura da evolução do normativo contabilístico das instituições financeiras no quadro a seguir:

FIGURA 7 – EVOLUÇÃO DO NORMATIVO CONTABILÍSTICO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS ANGOLANAS



Fonte: BNA (2014, p. 3).

Com a efetivação do processo de adoção pela das IFRS pelas instituições financeiras, Angola poderá ser parte integrante do grupo de países que exigem ou permitem a aplicação das IFRS (BNA, 2014, p. 4). O BNA como principal agente dinamizador de mudança do sistema contabilístico nas instituições financeiras pretende manter uma interação contínua com as *IFRS Foundation* com o objetivo de assegurar um reconhecimento internacional adequado de todo este processo de adoção plena das IFRS (*Ibid*).

4.1.7 Plano de Contas das Instituições Financeiras (CONTIF)

O Plano de Contas das Instituições Financeiras (CONTIF) foi criado pelo Instrutivo n.º 9/07, em 19 de Setembro do BNA. Contrário ao PGCA, o CONTIF levou a uma convergência parcial dos registos contabilísticos e das DF das instituições financeiras angolanas com as melhores práticas utilizadas internacionalmente, nomeadamente as IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A sua utilização por parte das instituições financeiras angolanas tornou-se obrigatória a partir do exercício económico de 2010.

A aplicação do CONTIF é sujeita á todas instituições financeiras bancárias e não bancárias que se encontram sob a supervisão do BNA, conforme refere o nº1 do artigo do CONTIF “ *O presente Plano de Contas é de aplicação obrigatória, não sendo permitida quaisquer alterações, em particular, no que refere a nomenclatura, código e conteúdo de contas, sem autorização expressa do Banco Nacional de Angola*”.

Segundo o relatório de supervisão emitido em 2009 pelo Departamento de Instituições Financeiras (DSI) do BNA, as informações contabilísticas/estatísticas emitidas pelas

instituições Financeiras nos moldes de Plano de Contas das Instituições financeiras (PCIF²⁴) apresentava algumas limitações como:

- 1) Um grande volume de documentos com informações específicas remetidas ao BNA;
- 2) As reconciliações dos vários documentos emitidos ao BNA apresentavam diferenças relevantes;
- 3) Ausência de flexibilidade para emissão de relatórios com informações integradas pelos vários sistemas BNA; e
- 4) Duplicação de algumas informações.

Tendo em consideração as dificuldades associadas as limitações referenciadas pelo DSI, houve uma necessidade de se proceder a elaboração de um novo normativo de contabilidade – CONTIF com o propósito de unir em uma mesma base de dados²⁵ todas informações necessárias à execução dos trabalhos da Supervisão Bancária. De acordo com o relatório da Associação Angolana de Bancos o CONTIF veio contribuir para maior robustez do sistema financeiro angolano. Este plano de contas tem com objetivos os seguintes (DSI, 2009, p. 27; ABANC, 2012, p. 34):

- Colmatar as deficiências que existiam no anterior PCIF;
- Uniformizar dos registos contabilísticos;
- Sistematizar procedimentos e dos critérios de registo;
- Estabelecer regras para divulgação das informações, alinhando os procedimentos contabilísticos às melhores práticas internacionais;
- Ter em consideração uma estrutura simplificada para facilitar a remessa de todas as informações necessárias à supervisão do sistema bancário para uma boa análise de dados;
- Racionalizar e padronizar a utilização de contas de modo a possibilitar o acompanhamento do sistema financeiro, em particular, no que refere à análise, avaliação do desempenho e controlo das atividades desenvolvidas pelas instituições sob supervisão do BNA.

²⁴ O PCIF corresponde ao anterior plano contas das Instituições Financeiras criada pelo Instrutivo 13/1999, de 1 de Setembro emitido pelo BNA. Este plano de contas vigorou até 31 de Dezembro de 2009.

²⁵ É nessa mesma base dados onde diversos Instituições Financeiras e algumas áreas de BNA elaboram os relatórios de gestão (BNA, 2009, p. 27).

De acordo com a KPMG (2011, p. 25)

“a implementação plena do CONTIF permitirá a uniformização dos registos contabilísticos, a sistematização de sistemas e critérios de registos e do estabelecimento de regras para a divulgação de informação, em convergência com as boas práticas internacionais, o que aliado a todas práticas as todas restantes iniciativas do BNA para o desenvolvimento do sistema financeiro, contribuirá para a robustez das Instituições Financeiras nacionais e para uma melhoria da comparabilidade para os stakeholders nacionais e internacionais”.

No entanto, podemos referir que, com a implementação dessa nova prática de tratamento e divulgação das DF, as informações financeiras produzidas por estas instituições serão mais facilmente comparada com as informações financeiras de instituições de outros países que implementaram o mesmo modelo contabilístico, permitindo que estas entidades estrangeiras ou outras pessoas interessadas nas DF possam fazer uma apreciação das informações financeiras produzidas pelas instituições financeiras angolanas para efeito de análise para poderem tomar decisões.

O CONTIF faz menção de alguns aspetos utilizados internacionalmente como: a mensuração do justo valor, a imparidade, o método de equivalência patrimonial, e a reavaliação dos ativos, atualização monetária, entre outros, bem como os procedimentos para proporcionar melhor conhecimento da situação económico-financeira do grupo económico no qual a instituição está inserida, como a consolidação de demonstrações financeiras e as regras de evidenciação. A estrutura conceptual do CONTIF tem como objetivo a simplificação e a redução da quantidade da informação financeira a ser apresentada pelas instituições financeiras de forma segmentada, atendendo todas as necessidades do BNA em termos de remessa de informações financeiras.

De acordo com a Associação Angolana de Banco (ABANC, 2012, p.7) a alteração do PCIF para o CONTIF não correspondeu apenas uma mera alteração de plano de conta e das políticas contabilísticas, representando também um processo multidisciplinar com implicações para o ambiente interno e externo. Este processo de transição envolveu:

- Aspetos organizacionais e operacionais;
- Contabilidade e Demonstrações Financeiras (DF);
- Reporte de gestão; e
- Processos e sistemas para o manuseamento e gestão de informação.

A transição do PCIF para o CONTIF permitiu reduzir significativamente o número de contas contabilísticas apresentadas pelas Instituições Financeiras, através da criação de tabelas adicionais que permitiram transformar o plano de contas vertical em horizontal (ABANC, 2012, p. 10).

TABELA 6 – COMPARAÇÃO DA ESTRUTURA DE INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA NO PCIF E CONTIF

Nº de contas básicas		
	PCIF	CONTIF
Balanço	2.047	225
Demonstração dos resultados	1.121	149
Fluxo de caixa	-	185
Mutações nos fundos próprios	-	185
Extrapatrimonial	199	39
	3.168	632

Fonte: Adaptado de ABANC (2012, p.10)

A implementação do novo plano contabilístico constituiu representou para as instituições financeiras angolanas um grande desafio no sentido de poderem adaptar e aproximar as suas práticas de relato financeiro com as melhores práticas utilizadas internacionalmente (KPMG, 2010, p. 12).

Em 17 de Fevereiro de 2012 realizou-se um Workshop sobre o CONTIF, o Dr. João Fonseca, referiu a que a transição para o CONTIF não consistiu apenas uma alteração do plano de contas e das políticas contabilísticas dos bancos, considerando que era um processo multidisciplinar que tinha implicações tanto no ambiente externo como interno e que tinha de envolver o seguinte:

- Todos aspetos operacionais e organizacionais;
- A própria contabilidade e as DF;
- Relatório de Gestão; e
- Processos sistemas com vista a manuseamento e gestão das informações.

A implementação do CONTIF nas instituições financeiras bancárias angolanas trouxe alguns benefícios ao BNA (ABANC, 2012):

- Aumentou a consistência das informações prestadas pelos bancos ao BNA;
- As informações ficaram mais ajustadas para atender as necessidades do BNA;
- Foi determinante na redução do tempo de tratamento e análise da informação;

5 METODOLIGIA

5.1 Metodologia utilizada no estudo

Esta seção está reservada para a apresentação dos métodos e técnicas que forma utilizadas para podermos realizar esta investigação, pelo que, podemos definir o método (na âmbito geral) como sendo o caminho necessário, sendo estruturado com um conjunto de procedimentos e técnicas para se poder atingir um determinado propósito. Em uma investigação científica, os métodos de estudos utilizados estão compostas de um conjunto de procedimentos reconhecidos cientificamente e que estão base da elaboração de um trabalho, tanto académicos.

Marconi e Lakatos (2011, p. 253) definiram o método científico como sendo um conjunto de regras que serve para resolver ou explicar um determinado problema de investigação ou um fenómeno em estudo, apoiando para isso em hipóteses ou teorias. Para Vieira, Major e Robalo (2009, p. 134), os métodos de investigação são compostos por um conjunto de técnicas de pesquisas que auxiliam o investigador a fazer análises específicas, de acordo com a metodologia adotada para o estudo em causa.

Almeida e Pinto (1982, p. 78) definem as técnicas de investigação como sendo “*o conjunto de procedimentos bem definidos e transmissíveis, destinados a produzir certos resultados na recolha e tratamento da informação requerida pela atividade de pesquisa*”. Segundo Azevedo e Azevedo (2008, p. 11), o método ou metodologia científica consiste num conjunto de programas previamente estabelecidos, com o propósito de indicar o curso de ação a ser desenvolvido no processo de investigação científica para se poder atingir um determinado fim. De acordo com Fortin (2009, p. 53), “a fase metodológica consiste em definir os meios de realizar uma investigação”. É na metodologia onde se determinam todos os procedimentos necessários, de modo a poder obter respostas às questões de investigação, ou aos problemas levantados (*Ibidem*). Numa investigação científica, os métodos constituem uma espécie de suporte base para todo processo de investigação.

Para a consecução do nosso estudo realizou-se uma pesquisa bibliográfica em várias fontes de obtenção de dados, tais como: B-on, ESBSCO, Rcaap, Scielo, Google Académico, em livros, em sites e em Revista Científicas credenciadas, tendo como as palavras-chaves, as seguintes: *Teoria Institucional; Isomorfismo; CONTIF, IAS/IFRS; Instituições Financeiras Angolanas.*

Fortin (2009, p. 16) considera a investigação como sendo “um método por excelência, que permite adquirir conhecimentos e, por este fato, ela depende da teoria, visto que esta dá uma significação aos conceitos utilizados numa determinada situação”. Fortin (2009, *Ibid*) acrescenta ainda que existe uma estreita relação de dependência entre a investigação e a teoria, reforçando deste modo o plano do método de estudo, pela razão das investigações serem o veículo para a verificação da conformidade de uma determinada teoria.

Apresentaremos um quadro onde referimos o paradigma da nossa investigação, bem como a teoria de investigação associada ao estudo na tabela 8:

TABELA 7 – PARADIGMA DE INVESTIGAÇÃO UTILIZADA NO ESTUDO

Paradigma	Teoria	Objetivo	Método de Investigação
Investigação interpretativa	Teoria institucional	Explicar as dinâmicas de mudanças e os processos sociais e políticas que lhe estão associados	Investigação qualitativa (Estudo de caso)

Fonte: Adaptado de Vieira (2009, p. 28)

Yin (2010, p. 39) define o estudo de caso como sendo “uma investigação empírica que investiga um fenómeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenómeno e o contexto não são claramente evidentes”. De acordo com Fortin (2009, p. 241) “o estudo de caso consiste no exame detalhado e completo de um fenómeno ligado a uma entidade social”.

Para a realização de um estudo de caso, “é essencial o desenvolvimento de uma teoria como parte da fase do projeto, caso a finalidade de estudo de caso subsequente seja desenvolver ou testar uma teoria [...]” (*Ibid*, p. 58). Uma teoria é composta por um conjunto de conceitos, proposições e de definições que tem como objetivos a descrição, explicação ou a predição dos fenómenos constituídos por um conjunto de conceitos associados uns aos outros para poder explicar a visão desses fenómenos (*Ibidem*, p. 15). A teoria é num entanto uma explicação científica das relações que unem os fatos, conceitos e propósitos, podendo construir-se a partir de fenómenos observáveis e em resultados de investigação respeitantes a um determinado fenómeno (*Ibid*, p. 48). De acordo com Christensen e Demski (2003, p. 6), “a teoria refere-se a um conjunto de conhecimentos que explica, ou propõe para explicar um conjunto de fenómenos. É uma descrição coerente de um conjunto de princípios que iluminam ou explicam um conjunto particular de fenómenos”. A escolha de uma teoria é fundamental para

a investigação em contabilidade, quer para o aumento do nível de evidência dos dados que se pretende recolher no estudo, quer a nível de análise dos mesmos dados (Vieira *et al.*, 2009, p. 148).

O nosso estudo está assentado numa base teórica²⁶ que contribuiu fortemente para a estruturação e o fortalecimento do enquadramento teórico que constituiu o suporte *base* do nosso estudo. O nosso projeto de pesquisa é baseado em um estudo de **caso exploratório**, tendo em conta a necessidade da nossa investigação em “*explorar as razões que justificam determinadas práticas de contabilidade*” (Vieira *et al.*, 2009, p. 145).

5.2 Formas de colheita e análise de dados

Tendo em consideração a característica qualitativa do nosso estudo, nós utilizamos também os dados provenientes de outras fontes especializadas e que abordaram sobre a implementação das IFRS nas instituições financeiras bancárias angolanas.

A entrevista é um modo de comunicação verbal que geralmente é estabelecido entre duas pessoas, isto é o entrevistador e um respondente (o entrevistado), (Fortin, 2006, p. 375; Marconi e Lakatos, 2011, p. 280). Quivy e Campenhoudt (1998, p. 192) consideram a entrevista como sendo mais que um método de obtenção de informações pelo fato de permitir ao investigador retirar do entrevistando informações e outros elementos de reflexão bastante rica e detalhada sobre o assunto em causa.

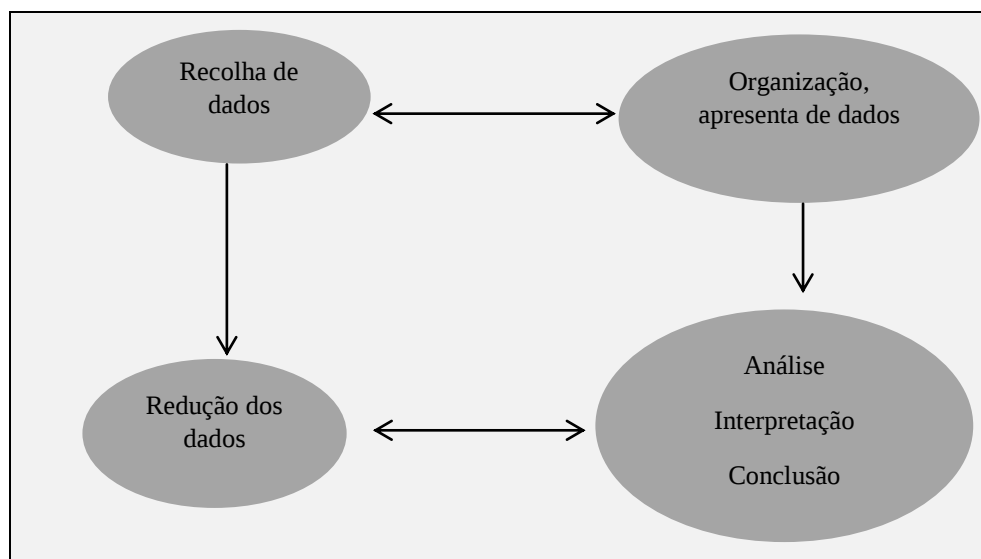
Existem três formas de entrevistas, sendo que as principais formas são a *entrevista dirigida* (ou *estruturada*) e a *entrevista não dirigida* (ou *não estruturada*), sendo que, a terceira forma é a entrevista semidirigida (resultado da combinação das duas formas de entrevistas estruturada e não estruturada). As entrevistas podem exercer geralmente três funções básicas (*Ibid*):

- a. Avaliar os conceitos dos fenómenos sociais e a sua conexão com a percepção dos participantes na entrevista para entendermos os seus pontos de vista sobre o assunto em causa;
- b. Constituir como o principal suporte de instrumento de medida dos dados; e
- c. Servir de suporte complementar para outros métodos de obtenção de dados.

²⁶ Relembramos que a base teórica do nosso estudo foi a teoria institucional, mais concretamente a *INS – Nova Sociologia Institucional*.

Para a análise de dados das entrevistas realizadas nós utilizamos o modelo interativo proposto por Maroy (1997, p. 124), sendo composto por seguintes elementos:

FIGURA 8 - COMPONENTES DE ANÁLISE DE DADOS DE UMA ENTREVISTA



Fonte: Adaptado de Maroy (1997, p. 124).

5.2.1 Seleção da amostra

Ruquoy (1997, p. 103) considerou que nos estudos qualitativos normalmente não se determina o número da amostra, pelo que não tem muito a questão de representatividade, sendo que, o meu estudo pode ser realizado com um número limitado de pessoas.

A forma de entrevista utilizada na nossa investigação é a entrevista semidirigida, sendo que, para a sua realização, nós contamos com a participação com um Professor Universitário em contabilidade e Coordenador do Projeto levado a cabo pelo BNA para a implementação das IFRS na banca angolana em Luanda, Angola (respondente X1). Contamos também com a participação de uma Professora Universitária e Auditora independente na província de Cabinda, Angola (respondente X2). Contamos também com a participação de mais um Professor Universitário e contabilista da província de Luanda (respondente X3), bem como com a participação de um angolano Mestre em contabilidade, pela Universidade ISCTE-IUL, Instituto Universitário de Lisboa e doutorando em Gestão pela Universidade ISEG – Instituto Superior de Economia e Gestão em Lisboa (respondente X4). A entrevista foi realizado em áudio através de telefone, mas houve situações em que tivemos respostas através da escrita por parte do respondentes e nós procuramos na mesma entrar em contacto com os nosso entrevistando para diálogo direito, por acharmos ser necessário e onde poderíamos obter mais respostas por parte dos nossos respondentes.

5.2.2 Consistência dos dados da investigação

Para podermos garantir a consistência dos dados, nós fizemos uma triangulação dos dados obtidos a partir das entrevistas os dados obtidos através de outras fontes formais de informação, conforme referenciadas no estudo. (Maroy, 1997; Fortin, 2009; Vieira et al, 2009; Ruquoy, 1997; Quivy e Campenhoudt, 1998; Marconi e Lkatos, 2011; Fraga, 2015). Segundo o Fortin (2009, p. 304) *“a triangulação constitui um meio de aumentar a credibilidade; ela consiste em combinar com outros métodos de colheita dos dados com o que é empregado ou em associar em seu estudo com outros investigadores para tirar conclusões sobre o que constitui a realidade”*.

5.3 Considerações sobre o estudo empírico

Conforme referimos acima, para a obtenção dos resultados referentes ao nosso estudo, nós optamos em utilizar o modelo de Dillard *et al.* (2004), por ser o modelo mais adequado e que melhor se enquadre para poder melhor o processo de institucionalização das práticas organizacionais, isto é, o sistema de contabilidade, mais completamente as IFRS. Guereiro *et al.* (2015) consideram o modelo de Dillard *et al.* (2004) como o modelo mais completo e capaz de explicar em detalhes o processo de institucionalização / implementação de uma prática organizacional como as normas IFRS. Este modelo também foi utilizado pelo Ivirne (2008); Mir e Rahaman (2005) com o objetivo de explicarem os determinantes de implementação das IFRS em Emirados Árabes Unidos e Bangladesh respectivamente.

Esta parte de estudo tem como o guião os procedimentos realizados pelo Guerreiro, Rodrigues, e Craig (2015) que, conforme referimos, fizeram um estudo sobre a mudança institucional ocorrido em Portugal, a quando da adoção da SNC. Sendo assim optamos o modelo de Dillar *et al.* (2004) que um modelo composto por três níveis que em conjunto permite explicar melhor o processo de implementação das IFRS como uma nova prática contabilística num determinado país. Estes três níveis de institucionalização das práticas organizacionais propostos por Dillar *et al.* (2004), acrescentando que estes três níveis permitem explorar melhor a dinâmica institucional da prática de contabilidade que ocorre desde o nível económico e político, nível do campo organizacional e a nível da própria organização.

6 ESTUDO EMPÍRICO

Nos iremos começar por fazer uma análise sobre o contexto institucional de implementação das normas IFRS a nível internacional (ponto 6.1), para podermos enquadrar melhor os fatores económicos políticos que mobilizaram a implementação e consequente desenvolvimento das IFRS a nível internacional. Em seguida iremos nível de analisar os determinantes da implementação das IFRS nas instituições financeiras angolanas.

6.1 Setor Económico e Político

6.1.1 Contexto institucional global de implementação das IFRS

Desde o início de ano 2000, altura em que se registou uma descredibilização do mercado financeiro a nível internacional, mas concretamente através dos escândalos financeiros ocorridos na Europa e os Estados Unidos da América (envolvendo a Enron e a WorldCom), diversas entidades reguladoras da atividade contabilística a nível internacional mostraram-se preocupados com esta situação, tomando para isso iniciativas no sentido de empreender esforços de modos a melhorar a qualidade de preparação das informações financeiras, bem como a sua divulgação no contexto da globalização económica (Zehri e Chouaibi, 2013, p. 61). Graças aos esforços empreendidos por algumas instituições internacionais como a *IFRS Foundation*, a UE, a IOSCO, *Organisation for Economic Cooperation* (OCDE), foi possível verifica-se um pouco por todo lado o movimento de internacionalização das práticas de contabilidade, conferindo mais flexibilidade a forma de tratamento e divulgação das atividades relacionados com a vida diária das organizações, instituições dos diferentes Estados (Hulle, 1997, p. 46-47; Rodrigues e Pereira, 2004).

A UE é a organização que desempenhou o papel mais notável em todo esse processo de difusão das normas IFRS a nível internacional, em parte por causa do objetivo que tinha em alcançar um mercado único dentro do espaço económico europeu (Whittington, 2005, p. 129), quer pelo papel que desempenhava enquanto observador ativo da estrutura do IASB (anterior IASC), quer pela manifestação de interesse que manifestava nas normas do IASC, sendo no entanto determinante para a negociação com a IOSCO cujo interesse manifestado era o registo de ações nas principais bolsas de valores do mundo (Hulle, 1997, p. 147). É nesse sentido que em 1995 o IASB celebrou o contrato com a IOSCO que foi determinante

para a alteração definitiva da política da harmonização contabilística a nível internacional (Rodrigues e Pereira, 2004, p. 17). Portanto, podemos dizer que termos económicos e políticos de adoção das normas IFRS desempenhou e continua a desempenhar o papel de destaque (Guerreiro *et al.*, 2015, p. 390). O processo de difusão das normas IFRS a nível internacional teve como epicentro a publicação do regulamento CE n.º 1606/2002, de 19 de Julho, do Parlamento Europeu, marcando uma data importante na história da contabilidade internacional (Lopes, 2013, p. 21; Morais e Lourenço, 2005; Borges *et al.*, 2007; Baker e Brgu, 2007; Guggiola, 2010, p. 100; Ball, 2006, p. 9).

Segundo Cooper *et al.* (2003) organizações de âmbito internacional como o BM e o FMI²⁷ também desempenharam um papel preponderante para a globalização desta prática de preparação e divulgação dos relatórios financeiros.

6.1.2 IFRS como símbolo de legitimação

As práticas de contabilidade financeira durante muito tempo eram consideradas como sendo práticas organizacionais reguladas tradicionalmente pelos estados individuais, mas que nos dias de hoje assiste uma internacionalização dessas práticas (Arnold, 2009, p. 48). Durante a última década tem-se assistido uma formalização em termos de adoção e implementação das IFRS por parte de muitas jurisdições (Arnold, 2009, p. 48; Alon e Dwyer, 2014, p. 349). Hoje em dia temos verificado cada vês mais uma grande aderência por parte de diversos países a esse fenómeno de internacionalização das práticas contabilísticas, cujo objetivo principal, conforme enunciado anteriormente, consiste em assemelhar as regras de preparação e apresentação das DF entre empresas dos diferentes países.

Do ponto de vista institucional da contabilidade, podemos argumenta, em nossa humilde opinião que as práticas de contabilidade internacional veio ganhando mais popularidade desde a obrigação da UE a todas empresas com valores do mercado regulamentação a implementarem as IFRS para a preparação das suas contabilidades e divulgação dos seus relatórios financeiros partir do exercício económico 2005. Sobre este aspeto o (entrevistado X1) considera as normas IFRS como sendo uma norma especificamente desenvolvido para o mercado de capitais. As IFRS foram um resultado das pressões que foram exercidas pelas

²⁷ O BM e o FM são instituições de carácter internacional que têm como objetivo a concessão de empréstimos às instituições ou países para o desenvolvimento de uma determinada atividade, supervisionando-as de modo a poder garantir a sua efetivação e publicar relatórios sobre o desenvolvimento das instituições ou países (Cooper *et al.*, 2003, p. 361).

autoridades de mercado de capitais, mais concretamente a Bolsa do Conselho dos Estados Unidos (SEC) e a IOSCO que queriam ver satisfeitas a questão da necessidade de harmonização das práticas de contabilidade para atender as necessidades dos investidores (Hopper, Lassou e Soobaroyen, 2016, p. 9). As IFRS foram no entanto criadas com a intenção de serem aplicadas em empresas cotadas para a preparação das suas contabilidade e divulgação das suas DF consolidadas, promovendo assim o desenvolvimento harmonioso do mercado de capitais. Esta ação empreendedora desempenhada pela UE resultou em mudanças nas estruturas de contabilidade internacional onde as IFRS começaram a ser consideradas como as normas de referência pelo fato de ser aplicado na maioria parte dos países do EM (Guerreiro *et al.*, 2015, p. 391). Este fenómeno fez com que outros países, mesmo não estando dentro da UE pudessem abraçar a este processo uniformização das práticas organizacionais, mais concretamente no sistema de contabilidade, convergindo essas práticas para que as formas de tratamento e divulgação dos seus relatos financeiros pudessem ser semelhantes.

Tem-se um grande esforço não só da própria EU, mas também de outro organismo como o BM, FMI, OCDE ou outros Organismos que, por intermédio do isomorfismo coercivo estão a fazer com que muitos países possam aderir a este processo de uniformização das suas práticas contabilísticas através da implementação das IFRS (DiMaggio e Powell, 1983).

Segundo uma lista apresentada pela *IFRS Foundation* para o ano de 2016, existem atualmente um total de 147 países em todo mundo que exigem ou permitem a aplicação das IFRS para a preparação e divulgação dos seus relatórios financeiros:

TABELA 8 – LISTA DE PAÍSES QUE EXIGEM OU PERMITEM A UTILIZAÇÃO DAS NORMAS IFRS

Continente	Número de países	Percentagem
Europa	43	29%
África	23	16
Médio Oriente	12	8%
Ásia e Oceânia	32	22%
Américas	37	25%
Total	147	100%

Fonte: Sítio da *IFRS Foundation* (2016).

Como podemos verificar, assiste-se cada vez mais a uma forte aderência dos diversos países a esta organização com o objetivo de poderem abraçar esse clima de harmonização das normas

contabilísticas a nível internacional, pela razão das IFRS atualmente constituírem uma norma de referência internacional para a preparação e a divulgação das DF das Organizações ou / Estados. Em Portugal, o IASB está representado pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, e em Angola, através do Banco Nacional de Angola.

6.1.3 Contexto local de implementação das IFRS

O processo de harmonização das IFRS na banca angolana começou a partir de 2010, quando o BNA, através do Instrutivo n.º 09/07 de 19 de Setembro obrigou as instituições bancárias sobre sua jurisdição a implementar as IFRS. Desde a sua implementação em 1 de Janeiro de 2010, BNA foi exercendo esforços contínuos no sentido de que sentido de tornar plena a implementação total das IFRS e garantir que as mesmas normas sejam aplicadas por todas instituições financeiras bancárias angolanas (KPMG, 2014, p. 25). A denominação adotada pelo BNA para as normas IFRS na banca Angola é a Contabilidade das Instituições Financeiras (CONTIF²⁸).

Segundo o BNA (2014), adoção plena das IFRS nas instituições financeiras irá permitir:

- *O cumprimento das recomendações de instituições financeiras internacionais, como o BM e FMI;*
- *A comparabilidade dos relatórios financeiros dos bancos angolanos com instituições de outros países, bem como aumento da transparência dos relatórios financeiros dos bancos;*
- *A melhoria significativa da informação financeira prestada aos utilizadores das demonstrações financeiras.*

Conforme referido na introdução do Instrutivo n.º 9/07 de 19 de Setembro, que cria o CONTIF

“convindo a exercer a adequação das práticas contabilísticas em vigor às normas internacionais de contabilidade, com o objetivo de uniformizar os registos contabilísticos, sistematizar os procedimentos e critérios de registo, estabelecer regras para a divulgação de informações, às melhores práticas internacionais, bem como racionalizar e padronizar a utilização das contas, de modo a possibilitar o acompanhamento do sistema financeiro, particularmente no que refere a sua análise, avaliação do desempenho e controlo das atividades desenvolvidas pelas instituições financeiras sob supervisão do Banco Nacional de Angola”.

²⁸ Segundo o entrevistado X1, o CONTIF passou a ser chamado com CONTIF ajustado por causa da adoção plena das IFRS feita recentemente.

José Massano, enquanto governador do banco num *workshop* desenvolvido pelo BNA sobre o CONTIF em 17 de Fevereiro de 2012, com a transição para o CONTIF BNA espera melhorar a qualidade das demonstrações financeiras produzidas pelas instituições bancárias, melhorando assim a eficiência dos serviços produzidos pelos bancos, conferindo transparência e credibilidade das atividades desenvolvidas a nível da banca e melhorando a qualidade de informações para uma boa supervisão por parte do BNA.

O entrevistado X1 referiu as principais razões determinantes de implementação das IFRS na banca angolana prende-se com o próprio dinamismo vivido a nível do próprio mercado financeiro a nível internacional. Atendo a desenvolvimento que se temos verificado no mercado financeiro angolano, esta não deveria ficar aquém das transformações que estão acontecendo no mercado financeiro a nível internacional, acompanhando assim as regras impostas pelas instituições que supervisionam o mercado financeiro a nível internacional, razão pela qual o BNA tem levado a famosa harmonização, não só em termos de Normas Internacionais de Relato Financeiro, como também das normas prudências que regulam o próprio sistema financeiro como os acordos de Basileia I, II e III. Acrescentou ainda esta decisão é parte de resposta de algumas exigências feitas por alguns organismos internacionais como o FMI, BM e outras organizações internacionais. O entrevistado X1 observou ainda que com a implementação das IFRS ficará resolvida a questão da internacionalização dos bancos angolanos. Um dos obstáculos da internacionalização dos bancos angolanos era exatamente a falta de harmonização do seu sistema de contabilidade com as práticas utilizadas internacionalmente “*frisou*”.

Segundo a revista apresentada pela KPMG para o ano 2015 “*a evolução do sistema financeiro em Angola e a crescente tendência com os mercados e investidores internacionais implicam a necessidade de um crescimento do nível sofisticação e tempestividade de regulamentação e supervisão do BNA*”. é assim que o BNA estabeleceu um conjunto de processos nas áreas contabilísticas e prudencial, fiscal e de *Compliance* de modo a trazer mais robustez no sistema financeiro bancário (Ibib).

O entrevista X2 referiu que:

A principal razão que estava na base da implementação das normas IFRS prende-se necessariamente com as questões ligadas a *Compliance*, isto é, a conformidade com as normas aceites internacionalmente. Acrescentou ainda que Angola está optando em uma economia de mercado para concorrer com outros países desenvolvidos e que por isso devem

necessariamente exercer valores como a transparência, integridade, e ética. Acrescentou referindo que em parte essa adesão é fruto de influência exercida pelo FMI e BM, justificando que as condições dessas instituições para obtenção de meios de financiamento ou investimento não são negociáveis. Assiste-se aqui uma clara evidenciação de isomorfismo mimético e coercivo na implementação desta prática organizacional (DiMaggio e Powell, 1983).

O entrevistado X3 referiu que as principais razões pelas quais o BNA implementou as IFRS nas instituições financeiras angolanas prendem-se necessariamente com o seguinte:

- Alinhamento com às normas das instituições financeiras internacionais;
- Pelo fato que Angola quer mostrar transparência acerca do desempenho financeiro das instituições financeiras angolanas, sobre tudo nessa época em que Angola está a ser acusada pela comunidade internacional sobre a má gestão e branqueamento de capitais;
- Este é também uma forma de atrair o financiamento internacional. Pois o país vive uma situação de crise financeira que comprometeu o ritmo de pois guerra. Razão pela qual pretende melhorar a informação prestada aos utilizadores de informações financeiras.

Acrescentou o entrevistado X3 que as instituições internacionais, principalmente as instituições de Breten Wood, levaram Angola a implementar as IFRS, sendo que os aspetos mais relevante nisso tudo é a transparência das DF, a comparabilidade das mesma e o garante da boa governação.

O entrevistado X4 referiu que as principais razões de implementação das IFRS prende-se necessariamente para o cumprimento das regras de *Compliance* (Acordos de Basileia 3), a reforma do próprio sistema financeiro, a credibilidade do sistema financeiro, adequação com as melhores práticas de apresentação do relato financeiro dos bancos, para melhorar a comparabilidade e a transparência da informação.

Esse processo surge no âmbito de desenvolvimento contínuo que se registou no setor bancário, levando a que o BNA optasse em procurar mecanismos para poder chamar a atenção das instituições bancário por parte de alguns organismos internacionais, bem como procurar forma de internacionalização dos bancos angolanos (KPMG, 2012, p. 25).

Entrevistado X1, considera que todo esse processo foi em parte uma estratégia do próprio executivo angolano, na pessoa do BNA para poder responder algumas exigências e nível internacional porque, a partir do momento em que se resolve a questão da internacionalização das práticas de contabilidade, tornar-se-á mais fácil a questão da captação de fundos a nível internacional, daí a necessidade de se promover a uniformização quer em termos contabilísticos, quer em termos de boa governação. Acrescentou que os fatores determinantes de implementação das boas práticas utilizadas internacionalmente para poder facilitar o acesso dos bancos angolanos ao mercado de capitais internacional, o único caminho é a harmonização das práticas organizacionais realizadas pelos bancos angolanos com as práticas utilizadas internacionalmente. Em seu resumo, (o entrevistado X1) disse que a implementação das IFRS vai aumentar a comparabilidade das próprias demonstrações financeiras dos bancos angolanos com outras instituições, vai melhorar a qualidade da informações financeiras produzidas pelos bancos, vai harmonizar as boas práticas de governança, garantir aos bancos o acesso ao mercado de capitais internacionais; a internacionalização dos bancos; e harmonização dos próprios princípios contabilísticos (*frisou*). A justificação dada pelo BNA em 26 de Junho de 2015, a quando da apresentação ao mercado financeiro angolano do modelo de adoção plena das IFRS é concordante com a opinião do entrevistado X1, ou seja, de acordo com o BNA (26 de Junho de 2015, p. 2) a decisão de adoção das IFRS surge, por um lado, da necessidade de se estabelecer o reforço da interação entre os bancos angolanos e as instituições financeiras a nível internacional e, por outro, o reconhecimento internacional dos Relatórios Financeiros produzidos por esses bancos por parte das *IFRS Foundation*. “A adoção plena das IFRS irá fazer com que Angola esteja no grupo de países que exigem ou permitem a aplicação das IAS/IFRS” (BNA, 2015).

O Aviso n.º 06/2016 refere melhor a justificação de adoção plena das IFRS, ao justificar que essa adoção por parte dos bancos angolanos surge da necessidade de se harmonizar o sistema contabilístico com as Normas Internacionais de Relato Financeiro e de implementação de outras práticas tidas como as melhores a nível internacional para poder contribuir no aumento da credibilidade do sistema financeiro angolano, justificando que a harmonização dessas práticas organizacionais levará a que os bancos nacionais possam cumprir com as recomendações das instituições financeiras internacionais, no que toca a comparabilidade e a transparência dos seus relatórios financeiros, garantindo assim uma melhoria contínua nas informações prestadas aos *stakeholders*, tanto nacionais como internacionais.

Ainda sobre a justificação da implementação das IFRS em Angola, podemos apontar para a justificação dada pelo Executivo angolano ao Fundo Monetário Internacional em 26 de Setembro de 2011, através de uma carta de intenções para Memorando Técnico de Entendimento acerca da Política Económica e Financeira. Dentre os vários pontos enunciados pelo Governo angolano, referiu no ponto tocante a *Transparências e Medidas de Salvaguardas* (ponto 33.) sobre o plano que tinha em carteira para poder aperfeiçoar o conteúdo das informações referentes as contas da Sonangol²⁹ para poder consolidar as contas das suas subsidiárias, bem como optar pela implementação plena das normas IFRS. Esta decisão surgiu em parte por causa do plano de modernização proposto pelo BNA para *Avaliação das Salvaguardas do FMI* (ponto 34. da carta de intenção apresentada pelo Governo de Angola ao FMI em 26 de Setembro de 2011).

Uma outra questão que também é importante referirmos neste todo processo é o funcionamento da Bolsa de Dívida e Angola.

Segundo um relatório da Deloitte apresentado pela Revista Exame Angola em Dezembro de 2015, a iniciativa de implementação as IFRS nas instituições bancárias angolanas surgiram através de um forte interesse por parte destas instituições em adotarem as medidas e boas práticas organizacionais aceites internacionalmente com o objetivo de poder promover maior comparabilidade das contas.

Registou-se neste ano o início do funcionamento da BODIVA, a bolsa de valores de Angola que nesta primeira fase de implementação está a agregar todas instituições bancárias que funcionam no território angolano. Podemos considerar este fato como a primeira estratégia de para a internacionalização dos bancos angolanos, mais um motivo para que os bancos tenham de necessariamente implementar as IFRS para a poder garantir que as suas contas sejam facilmente comparáveis com as contas de empresas de outros países que aplicam o mesmo regulamento contabilístico.

6.2 Setor do Setor Organizacional

O entrevistador X1 revelou que, dentro de atribuições conferidas ao BNA, segundo a Lei Orgânica do BNA, na qualidade de entidade de supervisão, o BNA levando a cabo a promoção de todo este processo com vista a implementação das IFRS na banca angolana.

²⁹ A Sonangol é uma entidade do Estado angolano responsável pela exploração e administração do petróleo e gás natural em Angola.

O entrevistado X4 referiu que o BNA está a desempenhar um papel muito grande por ser o grande condutor de todo esse processo, assim como agente dinamizador e incentivador de melhores práticas com essas normas, referindo que um aspeto positivo é a supervisão de cada uma das instituições financeiras, que considera bastante positivo. O entrevistado X3 referiu que o BNA tem jogado um papel de supervisor em todo esse processo.

Embora em pouca escala, tem-se verificado a existência de algumas instituições como a Instituição de Formação Bancária (IFBA), o centro de Formação na Academia BAI e que estão a passar formação as profissionais dos bancos e todas a aquelas pessoas, quer sejam estudantes de contabilidade, quer não e que estejam interessados em investigar mais acerca das IFRS. Podemos no entanto considerar o BNA como um empreendedor institucional, por ser a instituição que está a frente de todo este processo de homogeneização das práticas internacionais de contabilidade nas instituições sobre a sua jurisdição, por todos esforços que tem envidado no sentido de poder tornar real a utilização dessa prática a nível da banca angolana (Maguire, Hardy e Lawrence, 2004).

6.3 Setor Organizacional

O entrevistado X1 apontou que:

Em qualquer parte do mundo, é muito normal que a implementação de uma nova possa a partir suscitar dúvidas por parte dos profissionais que estão lidando diretamente com a matéria. Referiu ainda que este processo de implementação dessas novas normas compostas por princípios contabilístico é uma processo transversal e está envolvendo os trabalhadores de outras áreas de atividade, que não só a contabilidade e que esforços (tanto matérias, recursos financeiros e humanos) estão a ser mobilizado no sentido de poder implementar corretamente as normas IFRS. Acrescentou ainda que isto está a constituir um desafio por parte dos profissionais de contabilidade a nível da banca, bem como de algumas de empresas de consultorias que prestam serviços de contabilidade aos bancos angolanos.

A adoção plena das IFRS pelos bancos angolanos está a impor um programa de transformação abrangente e transversal pelo fato de as IFRS constituírem um *framework* dinâmico, e que está em constante mutação para poder atender as diversas necessidades dos *stakeholders* (KPMG, 2015, p. 7).

A nível individual de implementação das IFRS, o BNA estabeleceu critérios pelas quais as instituições financeiras deverão levar em consideração na implementação das IFRS. Segundo BNA, este processo de harmonização das Normas Internacionais de Relato Financeiro começou em 2010, aquando da adoção do CONTIF pelos bancos, sendo que esta norma passou a denominar-se “CONTIF ajustado” para diferenciar-se do normas anteriormente adotada pelos bancos angolana. Portanto, o *CONTIF ajustado* corresponde exatamente a adoção plena das normas IFRS tal como instituídas pelo IASB (entrevistado X1).

O entrevistado X2 referiu que:

Tem existido de fato uma certa dificuldade por parte dos profissionais na utilização das IFRS referindo que, caso particular, essa dificuldade não é muito notória pelo fato de ter estudado nos Estados Unidos e apenas está a reviver e consolidar tudo aquilo que absorveu a quando da formação.

O entrevistador X3 apontou para a determinação da perda por imparidade, aplicação do método da taxa efetiva e a parametrização dos novos requisitos de divulgação nas demonstrações financeiras como sendo uma das novidades que as IFRS trouxeram para o sistema contabilístico da banca angola. Com a adoção plena das IFRS, o novo modelo de apresentação das DF dos bancos angolanos está estruturado pelos seguintes elementos:

FIGURA 9 -MODELO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAL E CONSOLIDADA A APRESENTAR PELOS BANCOS ANGOLANOS



Fonte: Adaptado do BNA (2015, p. 4).

Conforme aconteceu no ano 2010, a quando da adoção das CONTIF, o BNA estabeleceu requisitos pelas quais os bancos comerciais deverão tomar em consideração na implementar das IFRS para o exercício económico de 2016, (BNA, 2015):

- Os bancos que tiverem um ativo total superior a AKZ (Kwanzas) 300 mil milhões, em base individual;
- Os bancos que tiverem valores cotadas em bolsa e/ou subsidiárias de entidades cotadas em bolsa;
- Os bancos subsidiários de entidades bancárias sediadas no estrangeiro;
- Os bancos com sede no território nacional e que possuam subsidiárias no estrangeiro;
- e
- Os bancos que estejam sedeadas no território nacional e que cumpram algum dos requisitos anteriores.

Assim sendo, os bancos que operam em Angola e que satisfaçam pelo menos um dos requisitos referidos acima no exercício económico de 2015 tiveram de obrigatoriamente implementar as IFRS em 1 de Janeiro de 2016 para poder apresentar as suas contas. As instituições bancárias que não conseguiram satisfazer nenhum dos requisitos propostos acima, relativamente ao exercício económico de 2015 deverão implementar as IFRS no exercício de 2017 (*Ibid*).

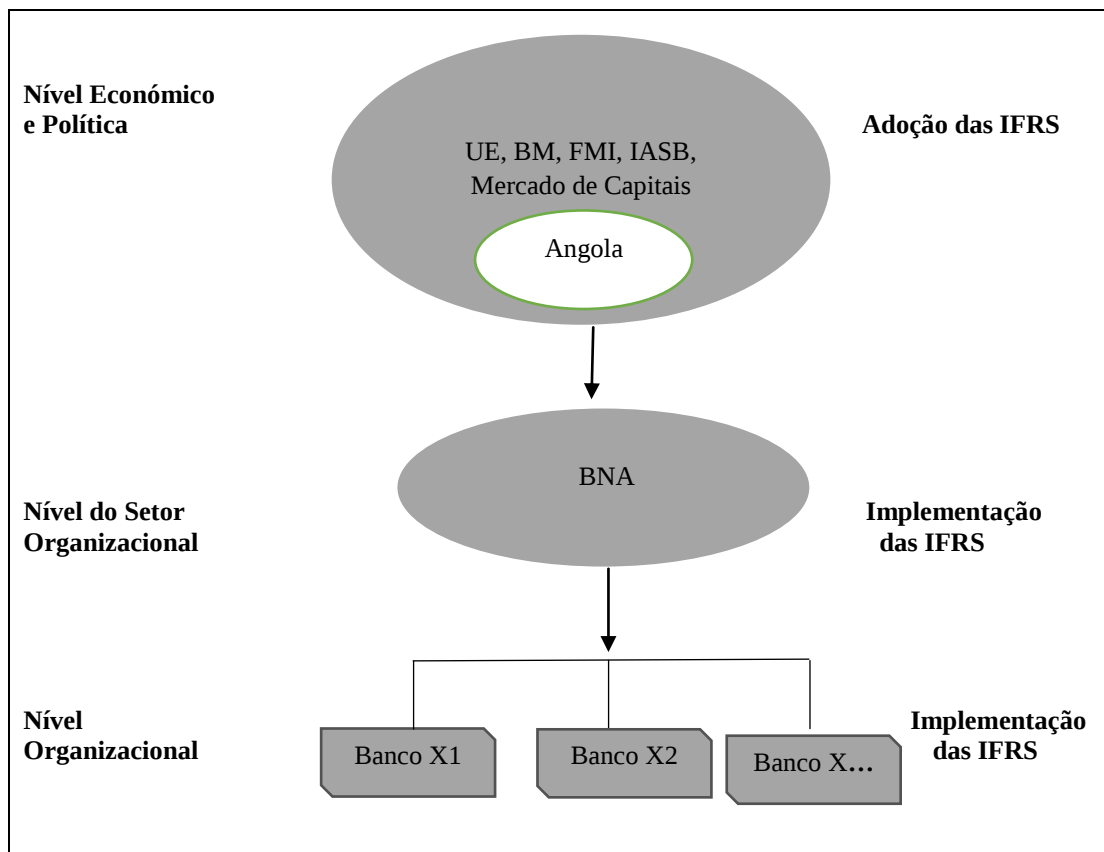
6.4 Análise dos resultados

O modelo de Dillard *et al.* (2004) permite explicar melhor o processo de institucionalização das IFRS, através de uma perspetiva mais abrangente em termos da sua explicação (Guerreiro *et al.*, 2015). Vimos que no Nível Económico e Político a IFRS tornou primeira numa estrutura de legitimação e significação dentro de UE (Guerreiro *et al.*, 2015; Ball, 2006). Depois de se verificarem a adoção por parte das todas empresas cotadas, todos os países no seio da própria UE começaram aderir a este processo, em, parte por causa de umas condições a que estavam sujeita pela UE. Uma outra questão que importa enfatizar é reforço causado pelos escândalos financeiros no princípio de ano 2000 e que envolveram grandes empresas de contabilidade, que de certam forma chamaram atenção nos organismos responsáveis pela difusão dessa prática a nível internacional, no sentido de implementar urgentemente uma única regra padronizada de contabilidade para poder facilitar a comparação das informações produzidas pelas diversas empresas, independentemente da sua localização. Depois de se

assistir o movimento harmonioso das regras de contabilidade na UE, muitos países começaram a abraçar esta prática de contabilidade e este fenómeno atingiu níveis alarmantes e que, nos dias de hoje é cada vez frequente assistir-se mais países a adotarem as IFRS. O processo de uniformização das práticas de contabilidade a nível internacional começou no seio da UE e depois daí, muitos países têm aderido a este processo de harmonização das suas contabilidades (Guerreiro, et al., 2015; Ball, 2006, p. 9; Tavares, 2015, p. 12; Guiola, 2010; Lopes, 2013, p. 21). Atualmente as IFRS são considerados como as normas de referências para as organizações que queiram integrar-se em mercados regulamentados, constituindo no entanto num dos requisitos principais para que as empresas possam fazer parte das bolsas de valores.

Temos assistido também uma exigência por parte de algumas instituições como BM, FMI, o próprio Mercado de Capitais a coagirem as empresas ou os países no sentido de implementar as IFRS como forma de poderem adquirir legitimidade e serem recompensados em alguma situação (podemos enunciar a como uma das recompensas, as exigências por parte do BM ou FMI para poderem conceder um financiamento aos países), verificando aqui presença de isomorfismo coercivo. O caso particular da explicação sobre os determinantes de implementação das IFRS nas instituições financeiras angolanas não foge essa regra, mas tomando em consideração ao modelo de Dillar *et al.* (2004), podemos referir que, no Nível Económico e Político, este processo resultou de algumas obrigações por parte de algumas instituições a nível internacional como o BM, o FMI que vem exigindo em todas as financeiras a nível internacional as boas práticas de Governanças Corporativas internacionalmente, como forma de poderem dar credibilidade as atividades desenvolvidas por tais instituições. É nesse sentido que o executivo angolano, na pessoa do BNA resolveu implementar essas práticas de *Governança Corporativa* junto para todas as instituições sobre sua jurisdição. Uma outra questão prende-se para o reconhecimento da BODIVA, visto que todas os bancos angolano que já estão a implementar as IFRS estão já listadas na bolsa de valores de Angola, constituindo aí um pontapé de saída para a internacionalização dos seus investimentos, mas concretamente e o investimento em outras bolsas de valores. É nesse sentido que apresentamos o medo de institucionalização das IFRS nas implementação das IFRS na banca angolana, adaptado à partir do modelo de Dillar *et al.* (2004).

FIGURA 10 - MODELO DE IMPLEMENTAÇÃO DAS IFRS NA BANCA ANGOLANA



Fonte: Adaptado de Dillard et al (2004)

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÕES

Portanto, podemos referir que existe um conjunto de fatores institucionais que efetivamente podem ser determinantes na implementação das IFRS nas Organizações ou mesmo em países. No caso de Angola, mas concretamente nas instituições financeiras bancárias angolanas, esse processo não foi diferente. Consiste com os estudos de (Mir e Rahaman (2005); Ivirne, 2008; Guerreiro et al, 2015), podemos enunciar que o modelo de Dillard et al (2004) constitui um modelo completo para explicar mudanças de estruturas que uma determinada organização ou mesmo um país pode passar, quando decide implementar uma nova prática organizacional tida como referencial (com o caso das IFRS). Concluimos também que o processo de institucionalização ou de implementação das IFRS teve a sua origem a partir dos primeiros passos dados pela UE, através do Regulamento CE n.º 1606/2002 sendo que, todas empresas com valores cotado na bolsa de valores e que adotaram as IFRS no ano de 2005, são em nossa opinião, considerados os pioneiros nesse grande processo de harmonização das práticas contabilísticas que se verifica um pouco por todo mundo (Ball, 2006). Concluimos também que as formas de isomorfismos propostos por DiMaggio e Powell (1983) e que instituições como BM, FMI, OCDE, IOSCO, o próprio IASB têm desempenhado um papel determinante neste processo de uniformização das normas de contabilidade, quer por causas das restrições que impõem para as empresas ou os países como condição para poderem conceder uma ajuda financeira ou monetária, quer por outros benefícios como o reconhecimento das atividades desenvolvidas por tais organizações, etc. Um dos requisitos que vem sendo exigido pelo BM ou FMI para poderem conceder um financiamento aos países é precisamente a obrigatoriedade de em obter uma contabilidade que seja facilmente interpretado e comparado com outro país. Portanto, no caso particular instituições financeiras angolanas, nós chegamos a conclusão que essas forças institucionais também exerceram uma certa influência para a implementação das IFRS na banca angolana. A partir do Nível Económico e Político, este processo resultou de algumas obrigações por parte de algumas instituições a nível internacional como o BM, o FMI que vem exigindo em todas as financeiras a nível internacional a optarem por boas práticas de *Governanças Corporativas* internacionalmente aceites por formas a darem credibilidade as suas atividades. É nesse sentido que o executivo angolano, na pessoa do BNA resolveu implementar essas práticas de *Governança Corporativa* junto para todas as instituições sobre sua jurisdição. Uma outra questão prende-se para o reconhecimento da BODIVA, visto que todas os bancos angolano que já estão a

implementar as IFRS estão já listadas na bolsa de valores de Angola, constituindo aí um pontapé de saída para a internacionalização dos seus investimentos, mas concretamente e o investimento em outras bolsas de valores.

7.1 Limitação do estudo

Podemos dizer que as dificuldades estão em qualquer parte da vida, desde a vida profissional, pessoal, académica, etc. Nós nos deparamos com inúmeras dificuldades no decorrer do nosso trabalho, tudo em parte por se tratar de uma nova abordagem de investigação primeiro, segundo, por causa do tempo relativamente curto para a elaboração da mesma investigação. Tivemos alguma dificuldade em poder obter os dados relacionados banca angolana (objeto de estudo) em parte por causa do próprio sigilo em termos de fornecimento de dados para a investigação e que certa forma dificultou um pouco a articulação com as próprias bibliografias relacionadas com a temática em causa. Uma outra dificuldade que tivemos foi na procura de profissionais de contabilidade em qualificados em Angola para a elaboração da entrevista, o que queremos dizer é que, para além de uma pequena, senão mesmo da falta de cultura académica por parte das pessoas em Angola no sentido de ceder um pouco do seu tempo para um entrevista por conta de uma investigação académica, nos verificamos também alguma resistência dos profissionais devido a própria interação com o tema de estudo em causa.

No entanto, podemos dizer que este trabalho não está isento de imperfeições por conta de tudo isso, e também por se tratar praticamente de primeiro trabalho desta envergadura (*que a título pessoal realizo*), pelo que queremos desde já pedir aos nossos jurados o favor de poderem fazer algumas considerações, sugestões, assim como as críticas necessárias sobre o estudo em causa, no sentido de poderem contribuir para a melhoria do mesmo.

7.2 Propostas para futuras investigações

Tendo em consideração este é o primeiro em que as IFRS estão a ser implementado nas instituições financeiras bancárias angolanas, o próximo passo da nossa investigação será em investigar o impacto que essas normas irão revelar nas DF dos bancos, bem como medir quais serão as vantagens que os bancos poderão obter a partir da implementação dessas normas. Tendo em consideração que as IFRS consistem atualmente uma prática contabilidade mais notória a nível, acreditamos que benefícios que não só os bancos, mas Angola como país poderá ganhar muito com isso. Uma outra investigação seria realizar um estudo comparado

entre Angola e Portugal (considerando os resultados obtidos por Guerreiro *et al.*, 2015) ou de outros países (ver por exemplo Ivirne, 2008); Hassan *et al.*, 2014; Mir e Rahaman, 2005; Heidunes e Patel, 2012; Albu *et al.*, 2014) para podermos ampliar compreender mais acerca dos fatores institucionais que em conjunto podem levar a que um países possa adotar as normas IFRS.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Albu, C. N., Albu, N. & Alexander, D. (2014). *When Global Accounting Standards Meet the Local Context Insights from an Emerging Economy*. *Critical Perspectives on Accounting*, 25, 489 – 510.
- Alhinho, C. I. R. (2014) *O impacto da adoção das IFRS na relevância da informação contabilística*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa. Instituto Superior de economia e Gestão, Lisboa.
- Almeida, J. F., & Pinto, J., M. (1982). *A investigação nas ciências sociais*. 3ª Ed. Lisboa: Editora Presença.
- Almeida, R. (2014). *Decreto n.º 81/01, de 16 de Novembro: Plano Geral de Contabilidade Angolano*. In R. Almeida (Org.). Cacém: ATF – Edições técnicas.
- Almeida, R. M. P., Miranda, S. J., Nogueira, A., Silva, J. L. & Pinheiro, P. M. (2014). *Plano Geral de Contabilidade – Explicado*. Cacém: ATF – Edições técnicas.
- Alon, A., & Dwyer, P. D. (2014). *Early adoption of IFRS as a strategic response to transnational and local influences*. *The international Journal of accounting*, 49 (3), 348 – 370.
- Alves, A. A. (2012). *Ausência de granularidade, concentração sectorial e capital económico*. *Revista da Banca*, (73), 5 – 32. Lisboa.
- Antão, A. A., Tavares, A., Marques, J. P., & Alves, S. (2015). *Normas Internacionais de Contabilidade Adotadas na União Europeia*. Lisboa, Áreas Editora.
- António, B. (2014). *A importância da internacionalização das normas contabilísticas: qual é o impacto, em termos de transparência da informação contabilística, provocada pela adoção das normas IFRS em Angola?*. [Em linha]. (Dissertação de Mestrado), UAL, Lisboa. [Consultado em 15 de Novembro de 2015]. Disponível em: <http://repositorio.ual.pt/handle/11144/416>.
- Appiah, K. O., Victor, D. A., Mireku, K., & Ahiagbah, C. (2016) *Compliance with International Financial Reporting Standards: The Case of Listed Firms in Ghana*. *Journal of Financial Reporting and Accounting*, 14 (1).
- Arnold, P. J. (1997). *Institutional Perspectives on the Internationalization of Accounting*. In C. Chapman, D. Cooper, & P. B. Miller (Org.) (2009), *Accounting, Organizations & Institutions*, (pp. 48 – 64), New York.

Azevedo, C. A. M., & Azevedo, A. G. (2008). *Metodologia Científica: Contributos práticos para a elaboração de trabalhos académicos*. 9.^a ed. Revista, Lisboa: Universidade Católica Editora.

Baker, C. R., & Barbu, E. M. (2007). *Trends in research on international accounting harmonization*. The International Journal of Accounting, (42), 272 – 304.

Ball, R. (2006). *International Financial Reporting Standards (IFRS): pros and cons for investors*. Accounting and Business Research, 36, 5 – 27.

Beckman, J. K. (2016). *Introductory remarks to the special issue on the impact of International Financial reporting Standards*. International Journal of Managerial Finance, 12 (2)

Banco Nacional de Angola – BNA: Instrutivo 13/1999, de 1 de Setembro. *Aprovação do Plano de Contas das Instituições Financeiras*. Consultado em: <http://www.bna.ao/uploads/%7B1c04c802-efbd-4b07-b91a-464e0cbb1801%7D.pdf>.

Banco Nacional de Angola – BNA. (2009). *Departamento de Supervisão de Instituições Financeiras: Relatório de Supervisão (2009)*. Consultado em: <http://www.bna.ao/uploads/%7B90946200-00d9-412e-9d22-750a04029151%7D.pdf>.

Banco Nacional de Angola – BNA. (2014). *Apresentação ao mercado do processo de adoção plena das IAS/IFRS*. Consultado em: <http://www.bna.ao/uploads/%7Bee13001f-a336-478e-97ed-f423b6aabf29%7D.pdf>.

Banco Nacional de Angola – BNA (2015). *1.º Seminário sobre as IFRS*. Consultado em: <http://www.bna.ao/uploads/%7B996212e5-3fd8-4ef4-9755-24ee9f06602c%7D.pdf>.

Banco Nacional de Angola – BNA. *Lei n.º 16/10, de 15 de Julho. Lei do Banco Nacional de Angola*. Consultado em: <http://www.bna.ao/uploads/%7B1f7edf48-322e-43c0-8ad7-8b083cd0a299%7D.pdf>.

Banco Nacional de Angola – BNA. *Instrutivo n.º 09/2007, de 18 de Setembro. Relativo a Criação do Plano de Contas das Instituições Financeiras Angolana*.

Banco Nacional de Angola – BNA. (16 de Setembro de 2016). *Lista de Instituições Financeiras Autorizadas*. Consultado em: http://www.bna.ao/Conteudos/Artigos/lista_artigos_medias.aspx?idc=834&idl=1.

Banco de Portugal. *Lei n.º 5/98, de 31 de janeiro. Lei Orgânica de Banco de Portugal*. Consultado em: <http://www.bportugal.pt/pt-PT/OBancoeoEurosistema/MissaoeFuncoes/LeiOrganica/Documents/LeiOrganicajun2016.pdf>.

- Borges, A., Rodrigues, A., & Rodrigues, R. (2010). *Elementos de Contabilidade Geral*. 25.^a Edição. Lisboa: Áreas Editora.
- Borges, A., Rodrigues, J. A., Rodrigues, J. M., & Rodrigues, R. (2007). *As Novas Demonstrações Financeiras*. 2.^a Ed. Lisboa: Áreas Editora.
- Caiado, A. C. (2015). *Bancos – Normativos, Contabilidade e Gestão*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Caiado, A. C., & Caiado, J. (2006). *Gestão de Instituições Financeiras*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Caliatu, G. R e Soares, V. S. (2015). *Estudo comparativo da Normalização da Contabilidade Financeira em Portugal e Angola*. Portuguese Journal of Finance, Management and Accounting. 1 (1), 3 – 32. Consultado em: <http://u3isjournal.isvoug.pt/index.php/PJFMA>.
- Caliatu, G. R. (2012). *Evolução da normalização contabilística internacional e o caso de Angola*. (Dissertação de Mestrado), Universidade Portucalense, Porto. Consultado em: <http://repositorio.uportu.pt:8080/handle/11328/1391>.
- Carpenter, V. L., & Feroz, E. H. (2001). *Institutional Theory and Accounting Rule Choice: an Analysis of Four US State Governments' Decisions to Adopt Generally Accepted Accounting Principles*. Accounting, Organizations and Society, 26 (7), 565 – 596.
- Carruthers, B. G. (1995). *Accounting, Ambiguity, and the New Institutionalism*. Accounting, Organizations and Society, 20 (4), 313 – 328.
- Carvalho, B.O., Garcia, E. A. R., Bizarria, F. P. A., Melo, L. H. A., Forte, S. H. A. (2015). *Aculturação e Institucionalização Internacional do Setor Automobilístico*. Revista de Admisnitração FACES Journal, 13 (4), 109 – 128.
- Carvalho, C. A., Vieira, M. M. F., & Silva, S. M. G. (2012). *A Trajetória Conservadora da teoria institucional*. GESTÃO. Revista Eletrônica de Gestão Organizacional, 10 (03) (pág. 469-496).
- Cleeg, S. R. (1990). *As Organizações Modernas* (F. Assunção, trad.). Oeiras: Celta Editora.
- Comissão de Mercado de capitais – CMC. (Outubro, 2016). BODIVA tem Nova Comissão Executiva. Consultado em: www.cmc.gv.ao.
- Comissão de Mercado de capitais – CMC. (Outubro, 2016). Protocolo de Negociações com os Bancos Comerciais. Consultado em: www.cmc.gv.ao.
- Comunidade Económica Europeia, C. E. E. (2002). *Regulamento (CE) N.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, Relativo a aplicação das*

Normais Internais de Contabilidade. Consultado em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32002R1606&from=PT>.

Cooper, C., Neu, D., & Lehman, G. (2003). *Globalisation and its Discontents: A Concern About Growth and Globalization*. Accounting Forum, 27 (4), 359 – 364.

Costa, J., I., P., & Lopes, P., T. (2010). *O Impacto da Adopção das IAS/IFRS nas Demonstrações Financeiras das Empresas Cotadas na Euronext Lisboa*. Portuguese Journal of Accounting and Management, 9, 49 – 85.

Cristensen, J. A., & Demski, J. S. (2003). *Accounting Theory: a information content perspective*. New York: McGraw – Hill.

Cruz, C. M. P. (2011). *Principais diferenças entre o Plano Geral de Contabilidade de Angola e o Sistema Contabilístico de Portugal*. [Em linha]. (Dissertação de Mestrado), Universidade Técnica de Lisboa. Instituto Superior de Economia e Gestão, Lisboa. [Consultado em 15 de Novembro de 2015]. Disponível em: <http://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/3494>.

Cruz, I., Major, M., & Scapens, R., W. (2009). *Institutionalization and practice variation in the management control of a global/local setting*. Accounting, Auditing & Accountability journal, 22 (1), 91 – 117.

Cuijpers, R. & Buijink, W. (2005). *Voluntary Adoption of non-local GAAP in the European Union: A study of determinants and consequences*. European Accounting Review, 14 (3), 487 – 524.

Cunha, M., P., Rego, A., e Cabral-Cardoso, C. (2007). *Tempos modernos: Uma História das Organizações e da Gestão*. Edições Sílabo. Lisboa.

Decreto 158/2009 de 13 de Julho, aprova o Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

Decreto n.º 82/2001, de 16 de Novembro. *Aprovação do Plano Geral de Contabilidade de Angola – PGCA*.

Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho – *Aprovação do Sistema de Normalização Contabilística*.

Diário da República de Angola. Decreto Presidencial n.º 232/10 de 11 de Outubro. *Estatuto da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas*.

DiMaggio, P. J., & Powell, W. W. (1983). *The Iron Cage Revisited: Institutional Isomorphism and Collective Rationality in Organization Fields*. American Sociological Review, 48 (2), 147 – 160.

Dos santos, M. A. C. e Cavalcante, P. R. N. (2014), *O efeito da adoção dos IFRS sobre a relevância informacional do Lucro Contábil no Brasil*. Revista Contabilidade & Finanças, 25 (66), 228 – 241.

Exame Angola (2015). Banca em Análise: Edição especial. Disponível em: https://www2.deloitte.com/content/dam/Deloitte/ao/Documents/about-deloitte/EXAME_BANCA_2015.pdf

Félix, M. A. (2014). *Importância de fazer convergir o sistema contabilístico angolano (PGCA) com o sistema contabilístico português (SNC) para efeitos de análise económico-financeira: estudo de caso*. [Em linha]. (Dissertação de Mestrado), Instituto Politécnico de Bragança, Bragança. [Consultado em 12 de Novembro de 2015]. Disponível em: <https://bibliotecadigital.ipb.pt/handle/10198/10339>.

Fernandes, E. M. S. L. A. (2011). *O sistema contabilístico em Angola: diferenças conceituais face às normas internacionais de relato financeiro*. [Em linha]. (Dissertação de Mestrado), ISCTE, Lisboa. [Consultado em 15 de Novembro de 2015]. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/4105>.

Fortin, M. F. (2009). *Fundamentos e etapas do processo de investigação*. (N. Salgueiro, trad.). Loures, Lisboa: Lusodidacta.

Fraga, L. A. (2015). *Metodologia de Investigação*. Lisboa: UAL – Universidade Autónoma de Lisboa.

Franco, H. (Org.) (1999). *A Contabilidade na Era da Globalização: temas discutidos no XV congresso mundial de contadores em Paris, 26, a 29-10-1997* (p. 17-19). São Paulo: Editora Atlas.

Françony, M. M. S. (2015). *Análise Comparativa do Normativo Contabilístico e do Sistema Fiscal entre Angola e Portugal*. (Relatório de Estágio de Mestrado, em Contabilidade e Finanças). Instituto Politécnico de Bragança, Viana do Castelo. Consultado em: <http://repositorio.ipvc.pt/handle/123456789/1487>

Fundo Monetário Internacional (26 de Setembro de 2011). *Angola: Carta de Intenções, Memorando de Política Económica e Financeira e Memorando Técnico de Entendimento*. Acedido em (14 de Maio de 2016), Disponível em <https://www.imf.org/external/np/loi/2011/ago/por/092611p.pdf>

Garud, R., Hardy, C., & Maguire, S. (2007). *Institutional Entrepreneurship as Embedded Agency Agency: Na Introduction to Special Issue. Organization Studies*, 28 (07), 957 – 969.

- Gomes, P. S., Carvalho, J. B. da C. & Fernandes, M. J. (2009). *Determinantes da Adoção e Desenvolvimento do Sistema de Contabilidade de Custos nos Municípios Portugueses*. Portuguese Journal of Accounting and Management, 8, 11 – 40.
- Gonçalves. C. A. R. (2013). *Prefácio*. In I. C. Lourenço., P. A. Ferreira., A. M. Simões., & C. A. Pais. (Os Autores). (2013). *IFRS – Demonstrações Financeiras* (p. 7 – 8). Coimbra: Almedina.
- Griffith, E. E., Hammersley, J. S., & Kadous, K. (2015). *Audits of complex estimates as verification of management numbers: How institutional pressures shape practice*. Contemporary Accounting Research, 32 (3), 883 – 863.
- Guerreiro, M. A. S. (2006). *Impacto da Adopção das International Financial Reporting Standards: factores explicativos do nível de informação divulgada pelas empresas portuguesas cotadas*. Portuguese Journal of Accounting and Management, n.º 3, 7 – 32.
- Guerreiro, M. S, Rodrigues, L. L e Graig, R. (2012). *Voluntary Adoption of International Financial Reporting Standards by Large Companies in Portugal – Institutional Logics and Strategic Responses*. Accounting, Organizations and Society, 37 (7), 482 – 499.
- Guerreiro, M. S., Rodrigues, L. L., & Craig, R. (2015). *Institutional Change of Accounting Systems: The adoption of a regime of adapted International Financial Reporting Standards*. European Accounting Review, 24 (2), 379 – 409.
- Guerreiro, R., Frezatti, F., Lopes, A. B., & Pereira, C. A. (2005). *O entendimento da contabilidade gerencial sob a ótica da teoria institucional*. Organizações & Sociedade, 12 (35), 91 – 106.
- Guggiola, G. (2010). *IFRS Adoption In The E.U. Accounting Harmonization And Markets Efficiency: A Review*. International Business & Economics Research Journal, 9 (12), 99 – 112.
- Hassan, E. A., Rankin, M., & Lu, W. (2014). *The Development of Accounting Regulation in Iraq and the IFRS Adoption Decision: an institutional perspective*. The International Journal of Accounting, 49 (3), 371 – 390.
- Hassan, E. A., Rankin, M., & Lu, W. (2014). *The Development of Accounting Regulation in Iraq and the IFRS Adoption Decision: an institutional perspective*. The International Journal of Accounting, 49 (3), 371 – 390.
- Hassan, M. K. (2008). *The Development of Accounting Regulations in Egypt: Legitimizing the International Accounting Standards*. Managerial Auditing Journal, 23 (5), 467 – 484.
- Hope, O. K., Jin, J., & Kang, T. (2006). *Empirical Evidence on Jurisdictions That Adopt IFRS*. Journal of International Accounting Research, 5 (2), 1 – 20.

Hopper, T., & Major, M. (2007). *Extending institutional analysis through theoretical triangulation: Regulation and activity-based costing in Portuguese telecommunications*. *European Accounting Review*, 16 (1), 59 – 97.

Hopper, T., Lassou, P., & Soobaroyen, T. (2016). *Globalization, Accounting and Developing Countries*. *Critical Perspectives on Accounting*, 1 – 24.

<http://www.bna.ao/>

Hulle, K. (1997). *Harmonização das normas contábeis na Europa*. In H. Franco (Org). (1999), *A Contabilidade na Era da Globalização* (pp. 145 – 154). São Paulo: Editoras Atlas.

IASB (2004). *Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRSs): contendo as Normas Internacionais de Contabilidade (IASs) e as Interpretações referentes a 31 de Março de 2004*. (Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC), trad.). London: IASB. (Trabalho original publicado em 2004).

IFRS Foundation (2015). *Normas Internacionais de Relato Financeiro – conforme emitidas em 1 de Janeiro de 2015 (Parte A)*. Consultado em: <http://eifrs.ifrs.org/eifrs/PDFArchive?viewFile=15690>.

IFRS Foundation (2016). *Analysis of the IFRS Jurisdiction Profiles*. Retrieved from: <http://www.ifrs.org/Use-around-the-world/Pages/Analysis-of-the-IFRS-jurisdictional-profiles.aspx>.

Irvine, H. (2008). *The Global Institutionalization of Financial Reporting: The case of the United Arab Emirates*. In *Accounting Forum*, 32 (2), 125 – 142.

Irvine, H. (2011). *From go to woe*. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 24 (7), 824 – 847.

João, J. C., e Machado, D. D. P. N. (2011). *Teoria Institucional: aderência às normas de RH em agências bancárias*. *Revista eletrônica Gestão e Sociedade*, 5 (12), 236 – 253. Belo Horizonte.

Judge, W., Li, S., & Pinsker, R. (2010). *National adoption of international accounting standards: An institutional perspective*. *Corporate Governance: An International Review*, 18 (3), 161 – 174.

Khadaroo, M. I. (2005). *An Institutional Theory Perspective on the UK's Private Finance Initiative (PFI) Accounting Standard Setting Process*. *Public Management Review*, 7 (1), 69 – 94.

KPMG & Associados – SROC, S.A. (2012). *Análise do Sector Bancário Angolano para o ano 2012*. Consultado em: <http://www.kpmg.com/PT/pt/IssuesAndInsights/Documents/kpmg-bank-ao-2012pt.pdf>.

Landu, M. (2014). *O Plano Geral de Contabilidade angolano e o Sistema de Normalização Contabilística de Portugal: uma análise comparada*. (Dissertação de Mestrado). Instituto Superior de contabilidade e Administração do Porto, Porto. Consultado em: <http://recipp.ipp.pt/handle/10400.22/4878>.

Lejeune, G. (1992). *A contabilidade da empresa: práticas de gestão*. (Cruz, M. A., trad.). Mira – Sintra: Publicações Europa-América, Lda.

Lopes, I. T. (2013). *Contabilidade Financeira – Preparação das Demonstrações Financeiras, sua Divulgação e Análise*. Lisboa: Escolar Editora.

Lourenço, I., & Morais, A. I. *A contabilidade como linguagem dos negócios*. In I. C. Lourenço., A. I. Morais., & A. I. Lopes (Org.) (2015), *Fundamentos da contabilidade Financeira – Teorias e Casos* (pp. 15-34). Lisboa: Edições Sílabo.

Mackenzie, B., & Simmonds, A. (2001). *International Accounting Standards: A Guide to Preparing Accounts*. 3rd Ed. London: Deloitte & Touche.

Magro, J., e Magro, A. (2008). *Manual de Contabilidade Angolano*. 2^a Ed. Luanda: Ed. Banco Keve.

Magro, J.L.F (2010, Setembro / Outubro). *A Contabilidade em Angola: A Importância da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas*. Revista Valor Acrescentado, (16), 38 – 78.

Maguire, S., Hardy, C., & Lawrence, T, B. (2004). *Institutional Entrepreneurship in Emerging Fields: HIV / AIDS Treatment Advocacy in Canada*. The Academy of Management Journal, 47 (5), 657 – 679.

Major, M. J. & Ribeiro, J (2009). *A Teoria Institucional na Investigação em Contabilidade*. In Major, M. J., & Vieira, R. *Contabilidade e controlo de gestão: Teoria, Metodologia e Prática*. Lisboa: Escola Editora, 35 – 56.

Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2011). *Metodologia Científica*. 6.^a ed., São Paulo: Atlas.

Maroy, C. (1997). *Análise Qualitativa de Entrevistas*. In *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Social* (L. Baptista, trad., 1.^a ed., 117 – 155). Lisboa: Gradiva. (Trabalho original publicado em 1995).

Marques, A. G. (2010). *Supervisão comportamental bancária: da supervisão à proteção do cliente bancário*. Revista da Banca, (70), 5 – 56. Lisboa.

- Meyer, John W & Rowan, B. (1977). *Institucionalized Organizations: Formal Structure as Myth and Ceremony*. The American Journal of Sociology, 83, (2), pp. 340 – 363.
- Mir, M. Z., & Rahaman, A. S. (2005). *The Adoption of International Accounting Standards in Bangladesh: an Exploration of Rationalie and Process*. Accounting, Auditing & Accountability, 18 (6), 816 – 841.
- Moll, J., Burns, J., & Major, M. (2006). *Institutional Theory*. In Z. Hoque (Org.) (2006), *Methodological Issues in Accounting Research: Teories and Methods*. London, Spiramus.
- Morais, A. I., & Lourenço, I. C. (2005). *Aplicação das Normas do IASB em Portugal*. Lisboa: Publisher Team.
- Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola – OCPCA. (Novembro, 2014). *Materializar Anseios e Consolidar Convicções: Especial – o processo de Constituição da OCPCA*. Consultado em: www.ocpcangola.org.
- Oliveira, M. C., Araújo-Júnior, J. F., Oliveira, O. V., Ponte, V. M. R. (2013) *Disclosure Social de Empresas Brasileiras e Britânicas à Luz da Teoria Institucional.. ASAA – Advances in Scientific and Applied Accounting*, 5 (1), 2 – 26.
- Oliver, C. (1991). *Strategic Responses to Institutional Processes*. The Academy of Management Review, 16 (1), 145 – 179.
- Oyadomari, J. C. T., Cardoso, L. R., Mendonça, O. R., & Lima, M. P. (2008). *Fatores que Influenciam a Adoção de Artefactos de Controle Gerencial nas Empresas Brasileiras: um estudo exploratório sob a ótica da Teoria Neo-Institucional*. Revista de Contabilidade e Organizações – RCO, 2 (2), 55 – 70.
- Palmer, D. A., Jennings, P. D., & Zhou, X. (1993). *Late adoption of the multidivisional form by large US corporations: Institutional, political, and economic accounts*. Administrative Science Quarterly, 100 – 131.
- Pontes, S. L. P. C. (2014). *Relato Financeiro Diferenciado: Determinantes e a Necessidade de Normalização Internacional*. [Em Linha], Tese de Doutoramento em Contabilidade] ISCTE, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa. [Consultado em 10 de Abril de 2015]. Disponível em [www:<http://hdl.handle.net/10071/8412>](http://hdl.handle.net/10071/8412).
- Pricope, C. F. (2016). *The role of institutional pressures in developing countries: implications for IFRS*. Theoretical and Applied Economics, 22, 2 (607), Summer, 27 – 40.
- Quinello, R. (2009). *O processo de inovação sob o enfoque institucionalista: Um estudo etnográfico na gestão de facilidades de uma montadora de estado de São Paulo*. Revista de Administração e Inovação. 6 (1), 5 – 29.

- Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, 2.^a ed., Lisboa: Gradiva.
- Rocha, A. (2004). *Lições de Teoria de Contabilidade*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Rodrigues, L. L., & Craig, R. (2007). *Assessing International Accounting Harmonization using Hegelian Dialectic, Isomorphism and Foucault*. *Critical Perspectives on Accounting*, 18 (6), 739 – 757.
- Rodrigues, L. L., & Pereira, A. A. C. (2004). *Manual de Contabilidade Internacional – A diversidade contabilística e o processo de harmonização internacional*. Lisboa: Publisher Team.
- Ruquoy, D. (1997). *Situação de Entrevista e Estratégia do entrevistador*. In *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Social* (L. Baptista, trad., 1.^a ed., 84 – 116). Lisboa: Gradiva. (Trabalho original publicado em 1995).
- Sande, P. A. (1994). *Fundamentos da União Europeia*. Lisboa: Edições Cosmos.
- Santos, F. M. B. (2014). *A contabilidade angolana em contexto internacional: uma comparação com Portugal*. [Em linha]. (Dissertação de Mestrado), Faculdade de economia da Universidade de Coimbra, Coimbra. [Consultado em 15 de Novembro de 2015]. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/27509>.
- Santos, L. L. (2006). *Contabilidade Internacional: Comparação das normas contabilísticas para as empresas não financeiras nos países lusófonos*, Vida Económica.
- Scott, W. R. (Dec., 1987). *The Adolescence of Institutional Theory*. *Administrative Science Quarterly*, 32 (4), 493 – 511.
- Scott, W.P. (2nd Ed.). (2001). *Institutions and Organizations*. United States of America: Sage.
- Scott, W.P. (3rd Ed.). (2008). *Institutions and Organizations: Ideas and Interests* United States of America: Sage.
- Silva, M. J. P. C., Azevedo, G. M. C. & Oliveira, J. S. (2016). *A divulgação de responsabilidade social empresarial e a recente crise financeira mundial: perspetivas sociológicas e institucionais*. *Portuguese Journal of Accounting and Management*, 18, 9 – 54.
- Soeiro, T. M. (2015). *Pesquisa Institucional em Contabilidade: uma revisão nos principais periódicos nacionais e internacionais*. (Dissertação de Mestrado em Ciências Contabilísticas). Universidade Federal de Pernambuco. Recife: Brasil. Consultado em: <http://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/14036>.

- Terzi, S., Oktem, R., & Sen, I. K. (2013). *Impact of Adopting International Financial Reporting Standards: Empirical Evidence from Turkey*. *International Business Research* 6 (4), 55 – 66.
- Tolbert, P. S. & Zucker, L. G. (1996). *The institutionalization of institutional theory*. In *Handbook of Organization Studies*. S. R. Clegg; C. Hardy and W. R. Nord (Eds.), (pp. 175 – 190). London: SAGE.
- Touron, P. (2005). *The Adoption of US GAAP by French Firms Before the Creation of the International Accounting Standard Committee: an institutional explanation*. *Critical Perspectives on Accounting*, 16 (6), 851 – 873.
- Vieira, R. (2009). *Paradigmas Teóricas de Investigação em Contabilidade*. In M. J. Major, M.J., & R. Vieira (Org.) (2009), *Contabilidade e Controlo de Gestão: Teoria, Metodologia e Prática*. (pp. 9 – 34). Lisboa: Escolar Editora.
- Vieira, R., Major, M. J., & Robalo, R. (2009). *Investigação Qualitativa em Contabilidade*. In M. J. Major & R. Vieira (Org.) (2009), *Contabilidade e Controlo de Gestão – Teoria, Metodologia e Prática* (pp. 129 – 208). Lisboa: Escolar Editora.
- Warken, I. L. M. e Klan, R. C. (2015). *Sustentabilidade Ambiental: um estudo sobre a perspectiva da teoria institucional*. *Contabilidad Y Negocios*, 9 (18), 99 – 113.
- Whittington, G. (2005). *The adoption of Internatiuonal Accounting Standards in the Eurpean Union*. *European Accounting Review*, 14 (1), 127 – 153.
- Yin, R., K. (2010). *Estudo de Caso: Panejamento e Métodos*. (A. Thorell, trad., 4ª ed.). São Paulo, Brasil: Bookman.
- Zeghal, D., & Mhedhbi, K (2006). *An anlysis of the factors affecting the adoption of international accounting standards by developing countries*. *The International Journal of Accounting*, (41), 373 – 386.
- Zehri, F., & Chouaibi, J. (2013). *Adoption Determinants of the International Accounting Standards IAS/IFRS by Developing Contries*. *Journal of Economics, Finance and Administrative Science*, 18, 56 – 62.

ANEXOS

Anexo I: Lista de instituições financeiras bancárias angolanas

Ordem	Designação	Sigla
1	Banco Angolano de Investimento	BAI
2	Banco de Poupança e Crédito	BPC
3	Banco de Fomento Angola	BFA
4	Banco BIC, S.A.	BIC
5	Banco YETU, S.A.	YET U
6	Banco Caixa Geral Angola, S.A.	BCG A
7	Banco SOL, S.A.	BSOL
8	Banco Económico	BE
9	Banco Comercial Angolano	BCA
10	Banco BAI Micro Finanças, S.A.	BMF
11	Banco Angolano de Negócios e Comércio, S.A	BAN C
12	Banco Comercial do Huambo, S.A.	BCH
13	Banco Keve, S.A.	KEV E
14	Banco de Negócios Internacional, S.A.	BNI
15	Banco do Comércio e Indústria	BCI
16	Banco de Investimento Rural, S.A.	BIR
17	Banco Kwanza Investimento, S.A.	BKI
18	Banco Prestígio, S.A.	BPG
19	Banco Valor, S.A.	BVB
20	Banco Pungo Andongo, S.A.	BPA N
21	Banco VBT África, S.A.	VTB
22	Banco Millennium Atlântico, S.A.	BPA
23	Ecobank de Angola, S.A.*	ECO
24	Finibanco Angola, S.A.	FNB
26	Standard Banc de Angola, S.A.	SBA
27	Banco da China Limitada – Sucursal em Luanda**	

- | | | |
|----|--|------|
| 28 | Banco Postal, S.A.** | |
| 29 | Credisul – Banco de Crédito do Sul, S.A. | BCS |
| 30 | Standard Chartered Bank de Angola | SCBA |

Fonte: Adaptado de BNA (16 de Setembro de 2016)

OBS: * Instituições que ainda não começaram a sua atividade; e

** Instituições que aguardam por registo de início atividade

Anexo II: Listagem das Normas Internacionais de Contabilidade e de Relato Financeiro

Normais Internacionais de Contabilidade	
IAS 1	Apresentação das Demonstrações Financeiras
IAS 2	Inventários
IAS 7	Demonstrações dos Fluxos de Caixa
IAS 8	Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros
IAS 10	Acontecimentos Após a Data de Relato
IAS 11	Contratos de Construção
IAS 12	Impostos Sobre o Rendimento
IAS 16	Ativos Fixos Tangíveis
IAS 17	Locações
IAS 18	Réditos
IAS 19	Benefícios dos Empregados
IAS 20	Contabilização dos subsídios Governamentais e Divulgação de Apoios Governamentais
IAS 21	Efeitos de Alterações em Taxa de Câmbio
IAS 23	Custos dos Empréstimos Obtidos
IAS 24	Divulgação de Partes Relacionadas
IAS 26	Contabilização de Relato de Plano de Benefícios de Reforma
IAS 27	Demonstrações Financeiras Consolidadas Separadas
IAS 28	Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos
IAS 29	Relato Financeiro em Economias Hiperinflacionárias
IAS 32	Instrumentos Financeiro: Apresentação
IAS 33	Resultados por ação
IAS 34	Relato Financeiro Intercalar
IAS 36	Imparidade de Ativos
IAS 37	Provisões, Passivos e Contingentes e Ativos Contingentes
IAS 38	Ativos Intangíveis
IAS 39	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração
IAS 40	Propriedades de Investimento

IAS 41	Agricultura
Normais Internacionais de Relato Financeiro (IFRS)	
IFRS 1	Apresentação Pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Contabilidade
IFRS 2	Pagamento com Base em Ações
IFRS 3	Concentrações de Atividades Empresariais
IFRS 4	Contratos de Seguro
IFRS 5	Ativos Não Correntes Detidos para a Venda e Unidades Operacionais Descontinuadas
IFRS 6	Exploração e Avaliação de Recursos Minerais
IFRS 7	Instrumentos Financeiros: Divulgações
IFRS 8	Segmentos Operacionais
IFRS 9	Instrumentos Financeiros
IFRS 10	Demonstrações Financeiras Consolidadas
IFRS 11	Acordos Conjuntos
IFRS 12	Divulgação de Interesses em Outras Entidades
IFRS 13	Mensuração do Justo valor
IFRS 14	Ativos e Passivos Regulatórios
IFRS 15	Réditos e Contratos com Clientes
Interpretações	
SIC-7	Introdução do Euro
SIC-10	Apoio do Governo – Sem Relação Específica com Atividades Operacionais
SIC-15	Locações Operacionais – Incentivos
SIC-25	Imposto sobre a Renda – Mudanças na situação Fiscal de uma Entidade ou os seus Acionistas
SIC-27	Avaliação de Substância de Transações que Envolvam a Forma Legal de uma Locação
SIC-29	Divulgações - Acordos de Concessão de Serviços
SIC-32	Ativos Intangíveis – Custos com <i>Websites</i>
IFRIC 1	Alterações em Passivos Existentes por Descomissionamento, Restauro e Outros Passivos Semelhantes

IFRIC 2	Ações de Membros em Entidades Cooperativas e Instrumentos Semelhantes
IFRIC 4	Determinar se um Acordo contém uma Locação
IFRIC 5	Direitos e Interesses resultantes dos Fundos de Descomissionamento, Restauro e Reabilitação Ambiental
IFRIC 6	Passivos decorrentes da Participação em Mercados Específicos Resíduos de Equipamento Elétrico e Eletrónico
IFRIC 7	Aplica a Abordagem de Ré expressão Prevista na IAS 19 – Relato Financeiros em Economias Hiperinflacionárias
IFRIC 10	Relato Financeiro Intercalar e Imparidade
IFRIC 12	Acordos de Concessão de Serviços
IFRIC 14	IAS 19 – O Limite sobre o Ativo de Benefícios Definidos, Requisitos de Financiamento Mínimo e Respetiva Interação
IFRIC 16	Contratos de Construção de Imóveis
IFRIC 17	Distribuições aos Sócios de Ativos Não Monetários
IFRIC 19	Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Património
IFRIC 20	Custos de Decapagem na Fase de Produção de Uma Mina de Superfície
IFRIC 21	Lucros

Fonte: *IFRS Foundation* (2015, p. 7-9).

Anexo III: Carta Convite de Entrevista



Carta Convite

Prezado Sr. (a) _____

Eu, *Mateus Luís Singana*, estudante do curso de Mestrado em Gestão de Empresas, na Especialidade de Auditoria Contabilística Económica e Financeira, pela Universidade Autónoma de Lisboa – UAL, em Lisboa. Estou dissertando sobre:

“Fatores Determinantes da Implementação das (IAS / IFRS) em Empresas do Setor Financeiro Angolano: um estudo de caso”.

Tomando nota ao caráter qualitativo da nossa investigação, elaborada essencialmente através de entrevistas semiestruturadas com os profissionais de contabilidade em Angola, quer estejam, quer não envolvidos no processo levado a cabo pelo Banco Nacional de Angola (BNA) com vista a implementação das *International Financial and Accounting Standards* na banca angolana. Portanto, cremos ser a forma mais adequada para atingirmos os objetivos propostos para o nosso estudo.

É nesse sentido que, com muito gosto, tomamos a iniciativa de convidar o /a Sr. (a) a participar em uma entrevista com a duração de aproximadamente 20/30 minutos, podendo se adequar a sua disponibilidade (dia, data, horário de sua preferência), cuja finalidade será expor a sua opinião e experiência sobre o recente processo de implementação / adoção das IFRS nas Instituições Financeiras Bancárias.

Para o cumprimento do nosso cronograma, informamos que a entrevista precisa ser realizada de preferência até ao final de Outubro de 2016. Informamos ainda que dados a obter nessa

entrevista serão de uso exclusivo para fins acadêmicos, pelo que garantimos confidencialidade dos mesmos, assim como o anonimato dos participantes na entrevista.

Queremos desde já agradecer a sua atenção e colaboração para a realização do nosso estudo.

Com os melhores Cumprimentos,

Atentamente

Mateus Singana

Anexo IV: Guião de Entrevista



Guião de Entrevista

Tema: *Fatores Determinantes da Implementação das (IAS / IFRS) em Empresas do Setor Financeiro Angolano: um estudo de caso.*

Objetivo:

O nosso estudo tem como objetivo principal, analisar os diversos fatores que, em conjunto contribuíram para a decisão por parte do Banco Nacional de Angola em adoptar e implementar as *International Financial Accounting Standards* (IFRS) como modelo padrão para a preparação e divulgação do Relato Financeiro das instituições financeiras bancárias angolanas.

Tendo em consideração a teoria utilizada para a nossa investigação, nós dividimos este guião de entrevistas em três partes / ou níveis (que em conjunto podem explicar uma mudança de estrutura organizacional³⁰). Acrescentamos ainda uma seção reservada para comentários adicionais sobre as questões propostas para a entrevista. Entretanto, apresentaremos em seguida uma explicação sobre os níveis propostos para o estudo em causa, de forma a situarmos melhor aos nossos participantes o contexto da entrevista em causa.

1. Nível Económico e Político

O objetivo fundamental deste nível consiste em entendermos quais são as verdadeiras causas / as razões principais que estiveram na base de implementação das IFRS³¹ nas instituições financeiras bancárias angolanas, bem como assim como fazer uma análise do papel desenvolvido pelo BNA para a difusão dessas normas em Angola.

³⁰ Dillard *et al.* (2004)

³¹ Guerreiro, Rodrigues e Graig (2015).

2. Nível do Campo Organizacional

Analisar a forma de intervenção do BNA nesse todo processo de implementação dessas normas nas instituições financeiras sobre a sua supervisão. Analisar também o papel desenvolvido por empresas de consultoria (Big Four) nesse processo de implementação dessas normas nas instituições financeiras angolanas.

3. Nível Organizacional

Este nível está reservado para as opiniões dos profissionais de contabilidade que estejam envolvidos direta ou indiretamente este processo de implementação das IAS / IFRS a nível da banca angolana, bem como opinião de outros profissionais de contabilidade, e que estejam registados na Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola (OCPCA).

Nesta ordem de ideias, apresentamos as seguintes questões:

Nível Económico e Político

- ❖ Quais são as principais razões que no fundo contribuíram para a adoção / implementação das IFRS nas instituições financeiras bancárias angolana?
- ❖ Quais aspetos essenciais que considera serem relevantes na implementação dessas normas nas Instituições Financeiras Bancárias Angolanas?
- ❖ Será que a adesão destas normas contabilísticas é fruto de incentivo de algumas instituições internacionais (como por exemplo o International Accounting Standards Boards – IASB, o Fundo Monetário Internacional – FMI, o Banco Mundial – BM ou outras Instituições? Quais foram essas causas?

Nível do Campo Organizacional

- ❖ Como classifica o papel que está a ser desenvolvido pelo BNA nesse processo de implementação das novas normas para a preparação e divulgação dos relatórios financeiros dos bancos angolanos?
- ❖ Houve alguma influência por parte de outras instituições prestadoras de serviços de consultoria de contabilidade, auditoria ou fiscal (Big Four) na implementação das IFRS nas instituições financeiras angolanas?

Nível Organizacional

- ❖ Tendo em consideração que as IFRS no setor bancário constituem uma inovação em termos de prática contabilística. Registou alguma dificuldade na utilização dessas normas? Quais foram?
- ❖ Como encara essa nova experiência com a utilização das IFRS para a preparação das Demonstrações Financeiras?
- ❖ Sendo as IFRS uma novidade de prática contabilística na banca angolana. Existe alguma diferença entre este normativo e o normativo anteriormente utilizado pelos bancos para a preparação e divulgação do Relato Financeiro? Quais são essas diferenças?

Comentários adicionais

- ✓ Na sua opinião, quais aspetos consideráveis ou experiências adicionais gostaria de apontar, relativamente as questões expostas acima?
- ✓ Sendo as IFRS uma norma de referência a nível internacional para preparação e divulgação do Relato Financeiro; Portanto, na sua opinião, que benefícios se podem esperar que a implementação dessas normas trará para as instituições bancárias angolanas?

Queremos desde já agradecer a vossa disponibilidade e participação para o estudo em causa, certos de que o vosso contributo será valioso para a realização desta nossa investigação.

Atentamente

Mateus Singana